Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012 10

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011 11

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 12

Demonstração do Valor Adicionado 13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 15

Balanço Patrimonial Passivo 17

Demonstração do Resultado 19

Demonstração do Resultado Abrangente 20

Demonstração do Fluxo de Caixa 21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012 23

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011 24

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 25

Demonstração do Valor Adicionado 26

Relatório da Administração 28

Notas Explicativas 40

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva 180

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 182

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 184

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes 185

Índice

Motivos de Reapresentação 186

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	505.260.684
Preferenciais	508.525.506
Total	1.013.786.190
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.526.654
Preferenciais	22.455.476
Total	24.982.130

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	29.667.154	30.238.550	29.334.772
1.01	Ativo Circulante	5.829.216	6.415.996	8.141.419
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.251.103	363.586	1.526.767
1.01.02	Aplicações Financeiras	9.137	124.396	237.134
1.01.03	Contas a Receber	949.368	783.520	1.332.014
1.01.03.01	Clientes	949.368	783.520	1.332.014
1.01.04	Estoques	2.985.220	4.263.673	4.165.982
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	634.388	880.821	879.522
1.01.08.03	Outros	634.388	880.821	879.522
1.01.08.03.01	Impostos a Recuperar	369.678	646.160	696.774
1.01.08.03.02	Dividendos a Receber	129.936	61.952	56.324
1.01.08.03.03	Adiantamentos a Fornecedores	5.120	18.396	28.199
1.01.08.03.04	Instrumentos Financeiros	22.440	10.560	4.476
1.01.08.03.05	Outros	107.214	143.753	93.749
1.02	Ativo Não Circulante	23.837.938	23.822.554	21.193.353
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.935.331	1.793.183	1.333.824
1.02.01.03	Contas a Receber	23.176	26.491	31.565
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.058.842	676.592	283.446
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	69.862	57.113	55.693
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	783.451	1.032.987	963.120
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	391.956	448.653	420.393
1.02.01.09.04	Depósitos para Incentivos Fiscais	290	5.490	5.490
1.02.01.09.05	Imóveis à Venda	8.020	7.124	6.905
1.02.01.09.06	Instrumentos Financeiros	281.356	431.772	356.899
1.02.01.09.07	Impostos a Recuperar	70.063	123.381	161.628
1.02.01.09.08	Outros	31.766	16.567	11.805
1.02.02	Investimentos	7.780.318	8.100.465	7.098.606
1.02.02.01	Participações Societárias	7.780.318	8.100.465	7.098.606
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	143.040	142.017	146.575

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	6.938.944	7.188.154	6.260.545
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	698.334	770.294	691.486
1.02.03	Imobilizado	13.974.626	13.786.171	12.615.069
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.478.158	8.815.399	8.735.502
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.496.468	4.970.772	3.879.567
1.02.04	Intangível	147.663	142.735	145.854

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	29.667.154	30.238.550	29.334.772
2.01	Passivo Circulante	4.690.077	3.405.007	3.029.790
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	185.127	200.423	176.155
2.01.02	Fornecedores	1.833.050	1.270.212	1.174.054
2.01.03	Obrigações Fiscais	76.082	83.402	80.013
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.551.357	1.104.034	865.200
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.293.693	829.615	842.784
2.01.04.02	Debêntures	257.664	274.419	22.416
2.01.05	Outras Obrigações	1.044.461	746.936	734.368
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	794.316	428.592	332.025
2.01.05.02	Outros	250.145	318.344	402.343
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	915	57.171	145.175
2.01.05.02.04	Contas a Pagar	165.209	148.226	110.987
2.01.05.02.05	Tributos Parcelados	31.107	57.169	55.402
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros	42.209	43.589	73.027
2.01.05.02.07	Adiantamento de Clientes	10.705	12.189	17.752
2.02	Passivo Não Circulante	8.368.648	9.549.750	8.872.383
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.563.581	7.832.780	6.995.538
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.563.581	7.582.780	6.495.538
2.02.01.02	Debêntures	0	250.000	500.000
2.02.02	Outras Obrigações	140.763	231.643	217.456
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	41.444	43.085	41.899
2.02.02.02	Outros	99.319	188.558	175.557
2.02.02.02.03	Tributos Parcelados	30.737	22.050	63.007
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros	15.056	23.990	22.249
2.02.02.02.05	Demais contas a pagar	53.526	142.518	90.301
2.02.04	Provisões	1.664.304	1.485.327	1.659.389
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.642.887	1.427.973	1.579.411
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.396.812	1.277.473	1.301.940

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.02.04.01.05	Passivos Contingentes	246.075	150.500	277.471
2.02.04.02	Outras Provisões	21.417	57.354	79.978
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	21.417	57.354	79.978
2.03	Patrimônio Líquido	16.608.429	17.283.793	17.432.599
2.03.01	Capital Social Realizado	12.150.000	12.150.000	12.150.000
2.03.02	Reservas de Capital	219.684	2.274	0
2.03.04	Reservas de Lucros	3.871.384	4.490.822	4.316.992
2.03.04.01	Reserva Legal	699.587	699.587	687.934
2.03.04.02	Reserva Estatutária	3.020.985	3.020.985	2.910.274
2.03.04.10	Para Investimentos e Capital de Giro	150.812	770.250	718.784
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	367.361	640.697	965.607

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	11.414.421	10.517.522	11.424.351
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-11.759.451	-10.445.265	-9.803.002
3.03	Resultado Bruto	-345.030	72.257	1.621.349
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	278.217	637.712	44.443
3.04.01	Despesas com Vendas	-155.945	-264.876	-241.408
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-274.316	-291.175	-337.527
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	351.201	352.201	131.504
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-343.191	-48.299	177.330
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	700.468	889.861	314.544
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-66.813	709.969	1.665.792
3.06	Resultado Financeiro	-864.276	-599.574	8.678
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-931.089	110.395	1.674.470
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	291.515	247.601	-280.535
3.08.01	Corrente	27.041	7.924	-231.684
3.08.02	Diferido	264.474	239.677	-48.851
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-639.574	357.996	1.393.935
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	-124.919	177.905
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-639.574	233.077	1.571.840
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,62000	0,23000	1,52000
3.99.01.02	PN	-0,68000	0,25000	1,67000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,62000	0,23000	1,52000
3.99.02.02	PN	-0,68000	0,25000	1,67000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	-639.574	233.077	1.571.840
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-229.758	-130.507	-233.497
4.02.01	Ganho (perda) Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	-250.762	-154.174	-187.551
4.02.02	Variação Cambial de Coligada no Exterior e Outras Movimentações	-1.134	161.624	-48.512
4.02.03	Hedge de fluxo de Caixa na Controladora	22.138	-143.735	0
4.02.04	Hedge de fluxo de caixa em Coligada	0	5.778	2.566
4.03	Resultado Abrangente do Período	-869.332	102.570	1.338.343

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.076.755	428.338	1.259.899
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	148.858	467.702	2.342.955
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	-639.574	233.077	1.571.840
6.01.01.02	Encargos e variações monetárias/cambiais líquidas	619.212	494.095	-97.822
6.01.01.03	Despesas de juros	225.567	257.381	408.627
6.01.01.04	Depreciação, amortização e exaustão	852.062	752.082	741.278
6.01.01.05	Resultado na venda de imobilizado	-2.137	-49.403	43.905
6.01.01.06	Resultado na alienação de operações descontinuadas	0	124.919	-177.905
6.01.01.07	Participações nos resultados de controladas, controladas em conjunto e coligadas	-700.468	-889.861	-314.544
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-264.474	-239.677	280.535
6.01.01.09	Constituição (reversão) de provisões	138.071	-127.519	-32.791
6.01.01.10	Perdas (ganhos) atuariais	-86.092	-89.666	-80.168
6.01.01.11	Plano de outorga de ações	6.691	2.274	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.927.897	-39.364	-1.083.056
6.01.02.01	Títulos e valores mobiliários	115.259	112.738	605.622
6.01.02.02	Contas a receber de clientes	-165.848	536.807	154.420
6.01.02.03	Estoques	1.278.453	-197.121	-1.182.674
6.01.02.04	Impostos a recuperar	356.895	99.192	-225.106
6.01.02.05	Valores a receber de empresas ligadas	-23.201	-1.420	934
6.01.02.06	Depósitos judiciais	26.123	-26.622	-23.674
6.01.02.07	Outros	73.639	-103.214	-57.068
6.01.02.08	Fornecedores, empreiteiros e fretes	562.838	245.421	471.099
6.01.02.09	Adiantamentos de clientes	-1.484	-5.563	-2.036
6.01.02.10	Valores a pagar a empresas ligadas	364.083	72.917	150.084
6.01.02.11	Tributos a recolher	-7.320	3.389	-19.060
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-54	-2.407	-262.598
6.01.02.13	Juros pagos	-476.841	-514.885	-427.616
6.01.02.14	Passivo atuarial pago	-174.511	-167.207	-147.005
6.01.02.15	Outros	-134	-91.389	-118.378

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	121.978	-1.656.409	-2.641.161
6.02.01	Valor recebido pela alienação (aquisição) de investimentos	623.281	35.953	0
6.02.02	Valor pago pela aquisição de controladas e coligadas	-8.142	-1.175	-47.178
6.02.03	Compras de imobilizado	-959.623	-1.844.287	-2.649.229
6.02.04	Valor recebido pela venda de imobilizado	5.178	29.000	1.634
6.02.05	Compras de ativos intangíveis	-58.631	-40.221	-595
6.02.06	Dividendos recebidos	519.915	164.321	54.207
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.321.826	72.028	1.586.290
6.03.01	Ingressos de empréstimos e financiamentos e debêntures	338.368	1.442.850	3.471.928
6.03.02	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-1.504.040	-955.401	-1.184.201
6.03.03	Pagamento de tributos parcelados	-31.041	-31.860	-45.359
6.03.04	Liquidação de operações de swap	-43.545	-63.877	-45.917
6.03.05	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-81.568	-319.684	-610.161
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	10.610	-7.138	-642
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	887.517	-1.163.181	204.386
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	363.586	1.526.767	1.322.381
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.251.103	363.586	1.526.767

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	12.150.000	2.274	4.490.822	0	640.697	17.283.793
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	12.150.000	2.274	4.490.822	0	640.697	17.283.793
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	4.821	0	2.779	-26.221	-18.621
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.821	0	1.870	0	6.691
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	909	0	909
5.04.09	Dividendo e Juros sobre Capital Próprio Apropriados	0	0	0	0	-26.221	-26.221
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-622.217	-247.115	-869.332
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-639.574	0	-639.574
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	17.357	-247.115	-229.758
5.05.02.06	Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	-250.762	-250.762
5.05.02.07	Variação Cambial de Coligada no Exterior e Outras Movimentações	0	0	0	0	-1.134	-1.134
5.05.02.08	Hedge de Fluxo de Caixa na Controladora	0	0	0	0	22.138	22.138
5.05.02.09	Realização do Ajuste do IAS 29 no Ativo Imobilizado	0	0	0	17.357	-17.357	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	212.589	-619.438	619.438	0	212.589
5.06.04	Reserva Especial - IR/CS sobre Incorporação Reversa de Controlada	0	212.589	0	0	0	212.589
5.06.05	Absorção de Prejuízo	0	0	-619.438	619.438	0	0
5.07	Saldos Finais	12.150.000	219.684	3.871.384	0	367.361	16.608.429

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	12.150.000	0	4.316.992	0	965.607	17.432.599
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	12.150.000	0	4.316.992	0	965.607	17.432.599
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.274	0	-81.068	-150.612	-229.406
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.274	0	0	0	2.274
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	509	0	509
5.04.09	Dividendo Minimo Obrigatorio e Juros sobre Capital Próprio 2011	0	0	0	-55.356	0	-55.356
5.04.10	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Apropriar	0	0	0	-26.221	26.221	0
5.04.11	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Apropriados	0	0	0	0	-176.833	-176.833
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	254.898	-174.298	80.600
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	233.077	0	233.077
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	21.821	-174.298	-152.477
5.05.02.06	Hedge de Fluxo de Caixa em Coligadas	0	0	0	0	5.778	5.778
5.05.02.07	Hedge de Fluxo de Caixa Controladora	0	0	0	0	-143.735	-143.735
5.05.02.08	Perda (ganho) Atuarial com Benefícios de Aposentadoria, Líquido de Impostos	0	0	0	0	-154.174	-154.174
5.05.02.09	Realização do Ajuste do IAS 29 no Ativo Imobilizado	0	0	0	21.821	-21.821	0
5.05.02.10	Alterações nas Participações Societárias que Não Resultaram em Perda ou Aquisição de Controle	0	0	0	0	-21.970	-21.970
5.05.02.11	Variação Cambial de Subsidiárias no Exterior	0	0	0	0	161.624	161.624
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	173.830	-173.830	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	173.830	-173.830	0	0
5.07	Saldos Finais	12.150.000	2.274	4.490.822	0	640.697	17.283.793

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	12.150.000	0	3.315.028	-41.277	221.901	15.645.652
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	12.150.000	0	3.315.028	-41.277	221.901	15.645.652
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-549.090	104.466	-444.624
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-72.367	-72.367
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-550.144	176.833	-373.311
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	1.054	0	1.054
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.406.969	824.602	2.231.571
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.571.840	0	1.571.840
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-164.871	824.602	659.731
5.05.02.06	Hedge de Fluxo de Caixa em Coligada	0	0	0	0	2.566	2.566
5.05.02.07	Realização do Valor Justo do Imobilizado	0	0	0	22.680	-22.680	0
5.05.02.08	Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	-187.551	0	-187.551
5.05.02.09	Variação cambial de Coligada no Exterior	0	0	0	0	-48.512	-48.512
5.05.02.10	Alterações nas Participações Societárias que Não Resultaram em Perda ou Aquisição de Controle	0	0	0	0	893.228	893.228
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.001.964	-816.602	-185.362	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.001.964	-816.602	-185.362	0
5.07	Saldos Finais	12.150.000	0	4.316.992	0	965.607	17.432.599

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	15.045.929	14.020.271	15.348.688
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	14.984.769	14.057.428	15.296.836
7.01.02	Outras Receitas	62.946	29.541	40.316
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.786	-66.698	11.536
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.738.586	-11.859.399	-11.145.559
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-12.044.360	-11.371.602	-10.607.817
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-694.226	-487.797	-537.742
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.307.343	2.160.872	4.203.129
7.04	Retenções	-852.062	-752.082	-741.278
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-852.062	-752.082	-741.278
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.455.281	1.408.790	3.461.851
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	978.780	1.280.002	973.719
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	700.468	889.861	492.449
7.06.02	Receitas Financeiras	192.220	300.475	354.795
7.06.03	Outros	86.092	89.666	126.475
7.06.03.01	Ganhos e perdas atuariais	86.092	89.666	80.168
7.06.03.02	Variações cambiais líquidas	0	0	46.307
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.434.061	2.688.792	4.435.570
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.434.061	2.688.792	4.435.570
7.08.01	Pessoal	1.119.536	887.153	762.110
7.08.01.01	Remuneração Direta	944.120	698.384	641.369
7.08.01.02	Benefícios	93.972	97.177	53.020
7.08.01.03	F.G.T.S.	81.444	91.592	67.721
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	897.603	543.594	1.709.196
7.08.02.01	Federais	327.428	57.458	791.000
7.08.02.02	Estaduais	531.802	452.377	891.278
7.08.02.03	Municipais	38.373	33.759	26.918
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.056.496	818.472	392.424
7.08.03.01	Juros	651.572	572.412	424.733

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.03.03	Outras	404.924	246.060	-32.309
7.08.03.03.01	Variações cambiais líquidas	220.669	304.682	0
7.08.03.03.02	Outras	184.255	-58.622	-32.309
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-639.574	439.573	1.571.840
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	81.577	550.144
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-639.574	357.996	1.021.696

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	32.774.219	33.360.425	31.784.751
1.01	Ativo Circulante	10.780.645	12.616.945	12.270.576
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.180.764	2.901.312	4.145.779
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.537.558	2.289.383	397.787
1.01.03	Contas a Receber	1.568.085	1.254.435	1.735.127
1.01.03.01	Clientes	1.568.085	1.254.435	1.735.127
1.01.04	Estoques	3.780.182	5.058.876	4.898.311
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	714.056	1.112.939	1.093.572
1.01.08.03	Outros	714.056	1.112.939	1.093.572
1.01.08.03.01	Impostos a Recuperar	485.532	799.635	823.271
1.01.08.03.02	Dividendos a Receber	12.134	13.587	0
1.01.08.03.03	Adiantamentos a Fornecedores	33.431	71.758	70.065
1.01.08.03.04	Outras Contas a Receber	132.866	198.495	175.942
1.01.08.03.05	Instrumentos Financeiros	50.093	29.464	24.294
1.02	Ativo Não Circulante	21.993.574	20.743.480	19.514.175
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.444.744	1.939.992	1.436.133
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	12.631	5.710	5.960
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.432.113	1.934.282	1.430.173
1.02.01.09.03	Tributos Diferidos	1.513.879	797.146	398.223
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	430.717	486.327	443.879
1.02.01.09.05	Instrumentos Financeiros	286.508	435.972	356.899
1.02.01.09.06	Impostos a Recuperar	132.451	154.737	174.970
1.02.01.09.07	Outros	68.558	60.100	56.202
1.02.02	Investimentos	453.062	428.382	2.061.186
1.02.02.01	Participações Societárias	453.062	428.382	2.061.186
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	450.146	425.198	1.677.101
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2.916	3.184	384.085
1.02.03	Imobilizado	16.653.120	15.921.154	14.275.006
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	14.443.324	10.489.802	9.744.385

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.209.796	5.431.352	4.530.621
1.02.04	Intangível	2.442.648	2.453.952	1.741.850

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	32.774.219	33.360.425	31.784.751
2.01	Passivo Circulante	5.402.921	4.092.173	3.497.015
2.01.02	Fornecedores	2.283.644	1.462.373	1.288.109
2.01.03	Obrigações Fiscais	488.625	625.788	596.243
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	488.625	625.788	596.243
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	87.610	197.636	178.593
2.01.03.01.02	Tributos a recolher	119.479	126.202	130.441
2.01.03.01.03	Salários e Encargos Sociais	281.536	301.950	287.209
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.687.073	1.139.516	812.976
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.429.409	865.097	790.560
2.01.04.02	Debêntures	257.664	274.419	22.416
2.01.05	Outras Obrigações	943.579	864.496	799.687
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	158.243	92.815	72.621
2.01.05.02	Outros	785.336	771.681	727.066
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26.635	69.704	159.819
2.01.05.02.04	Tributos Parcelados	35.434	61.169	57.555
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros	42.209	43.589	73.027
2.01.05.02.06	Adiantamentos de Clientes	279.297	202.978	180.728
2.01.05.02.07	Contas a Pagar por Aquisição de Investimentos	178.249	156.193	0
2.01.05.02.08	Contas a Pagar	223.512	238.048	255.937
2.02	Passivo Não Circulante	8.858.225	10.254.047	9.258.299
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.467.587	7.623.126	6.904.124
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.467.587	7.373.126	6.404.124
2.02.01.02	Debêntures	0	250.000	500.000
2.02.02	Outras Obrigações	636.185	1.040.933	602.371
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	6.750	41.899
2.02.02.02	Outros	636.185	1.034.183	560.472
2.02.02.02.03	Tributos Parcelados	44.259	38.637	70.538
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros	323.790	547.250	437.195

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.02.02.02.05	Contas a Pagar por Aquisição de Investimentos	178.249	312.385	0
2.02.02.02.06	Outros	89.887	135.911	52.739
2.02.04	Provisões	1.754.453	1.589.988	1.751.804
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.676.750	1.481.728	1.616.894
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.396.812	1.277.473	1.301.940
2.02.04.01.05	Passivos Contingentes	279.938	204.255	314.954
2.02.04.02	Outras Provisões	77.703	108.260	134.910
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	77.703	108.260	134.910
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	18.513.073	19.014.205	19.029.437
2.03.01	Capital Social Realizado	12.150.000	12.150.000	12.150.000
2.03.02	Reservas de Capital	219.684	2.274	0
2.03.04	Reservas de Lucros	3.871.384	4.490.822	4.316.992
2.03.04.01	Reserva Legal	699.587	699.587	687.934
2.03.04.02	Reserva Estatutária	3.020.985	3.020.985	2.910.274
2.03.04.10	Para Investimentos e Capital de Giro	150.812	770.250	718.784
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	367.361	640.697	965.607
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.904.644	1.730.412	1.596.838

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	12.708.799	11.901.959	12.962.395
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.048.300	-10.607.791	-10.431.539
3.03	Resultado Bruto	660.499	1.294.168	2.530.856
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-798.974	-601.349	-570.413
3.04.01	Despesas com Vendas	-372.937	-458.568	-374.254
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-488.447	-510.319	-527.222
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	363.808	422.203	172.515
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-362.566	-121.632	100.568
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	61.168	66.967	57.980
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-138.475	692.819	1.960.443
3.06	Resultado Financeiro	-502.631	-50.015	13.227
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-641.106	642.804	1.973.670
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	109.806	-113.752	-567.925
3.08.01	Corrente	-168.316	-340.583	-492.654
3.08.02	Diferido	278.122	226.831	-75.271
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-531.300	529.052	1.405.745
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	-124.919	177.905
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-531.300	404.133	1.583.650
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-639.574	233.077	1.571.840
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	108.274	171.056	11.810
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,62000	0,23000	1,52000
3.99.01.02	PN	-0,68000	0,25000	1,67000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,62000	0,23000	1,52000
3.99.02.02	PN	-0,68000	0,25000	1,67000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-531.300	404.133	1.583.650
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-229.758	-130.507	-233.497
4.02.01	Ganho (perda) Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	-250.762	-154.174	-187.551
4.02.02	Variação Cambial de Coligada no Exterior e Outras Movimentações	-1.134	161.624	-48.512
4.02.03	Hedge de Fluxo de Caixa na Controladora	22.138	-143.735	0
4.02.04	Hedge de Fluxo de Caixa em Coligada	0	5.778	2.566
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-761.058	273.626	1.350.153
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-869.332	102.570	1.338.343
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	108.274	171.056	11.810

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.409.075	-470.631	1.347.760
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.002.221	1.560.739	2.920.756
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-531.300	404.133	1.583.650
6.01.01.02	Encargos e Variações Monetárias/Cambiais Líquidas	541.337	490.460	-108.757
6.01.01.03	Despesas de Juros	284.808	277.737	437.760
6.01.01.04	Depreciação, Amortização e Exaustão	997.718	856.888	822.858
6.01.01.05	Resultado na Venda de Imobilizado	-2.246	-64.112	56.427
6.01.01.06	Resultado na Alienação de Operações Descontinuadas	0	124.919	-177.905
6.01.01.07	Participações nos Resultados de controladas, controladas em conjunto e coligadas	-61.168	-66.967	-57.980
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-278.122	-226.831	567.925
6.01.01.09	Constituição (Reversão) e Provisões	130.595	-148.096	-123.054
6.01.01.10	Perdas (Ganhos) Atuariais	-86.092	-89.666	-80.168
6.01.01.11	Plano de Outorga de Ações	6.691	2.274	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.406.854	-2.031.370	-1.572.996
6.01.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	751.825	-1.891.596	587.064
6.01.02.02	Contas a Receber de Clientes	-313.650	480.692	32.392
6.01.02.03	Estoques	1.278.694	-241.990	-1.261.108
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	278.395	12.059	-289.671
6.01.02.05	Valores a Receber de Empresas Ligadas	-6.921	250	1.384
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	19.447	-34.299	-33.003
6.01.02.07	Outros	134.612	-27.549	-13.355
6.01.02.08	Fornecedores, Empreiteiros e Fretes	821.271	379.637	472.823
6.01.02.09	Adiantamentos de Clientes	76.319	22.250	-16.817
6.01.02.10	Valores a Pagar a Empresas Ligadas	58.678	-14.955	-37.456
6.01.02.11	Tributos a Recolher	-6.723	-4.239	58
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-220.347	-210.504	-345.856
6.01.02.13	Juros Pagos	-507.246	-549.599	-465.919
6.01.02.14	Passivo Atuarial Pago	-174.511	-167.207	-147.005
6.01.02.15	Outros	217.011	215.680	-56.527

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.843.443	-921.849	-3.177.933
6.02.01	Valor Recebido Pela Alienação (Aquisição) de Investimentos	4.606	1.656.740	-32.400
6.02.02	Valor Pago Pela Aquisição de Controladas e Coligadas	-194.412	-154.312	0
6.02.03	Compras de Imobilizado	-1.637.077	-2.490.138	-3.191.808
6.02.04	Valor Recebido Pela Venda de Imobilizado	12.890	85.100	2.840
6.02.05	Compras de Ativos Intangíveis	-66.319	-45.436	-15.596
6.02.06	Dividendos Recebidos	36.869	26.197	59.031
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.296.790	155.151	3.878.398
6.03.01	Ingressos de Empréstimos de Financiamentos e Debêntures	452.758	1.497.120	3.684.823
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-1.598.095	-940.230	-1.282.478
6.03.03	Recebimento Decorrente de Emissão de Ações	0	42.063	2.137.265
6.03.04	Pagamento de Tributos Parcelados	-35.229	-34.335	-46.734
6.03.05	Liquidação de Operações de Swap	-22.125	-37.571	-18.920
6.03.06	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-94.099	-371.896	-595.558
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	10.610	-7.138	-642
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	279.452	-1.244.467	2.047.583
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.901.312	4.145.779	2.098.196
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.180.764	2.901.312	4.145.779

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	12.150.000	2.274	4.490.822	0	640.697	17.283.793	1.730.412	19.014.205
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	12.150.000	2.274	4.490.822	0	640.697	17.283.793	1.730.412	19.014.205
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	4.821	0	2.779	-26.221	-18.621	-25.152	-43.773
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.821	0	1.870	0	6.691	0	6.691
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	909	0	909	0	909
5.04.09	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Apropriados	0	0	0	0	-26.221	-26.221	0	-26.221
5.04.10	Dividendo Mínimo Obrigatório e Juros sobre Capital Próprio 2012	0	0	0	0	0	0	-25.152	-25.152
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-622.217	-247.115	-869.332	108.274	-761.058
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-639.574	0	-639.574	108.274	-531.300
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	17.357	-247.115	-229.758	0	-229.758
5.05.02.06	Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	-250.762	-250.762	0	-250.762
5.05.02.07	Variação Cambial de Coligada no Exterior e Outras Movimentações	0	0	0	0	-1.134	-1.134	0	-1.134
5.05.02.08	Hedge de Fluxo de Caixa na Controladora	0	0	0	0	22.138	22.138	0	22.138
5.05.02.09	Realização do Ajuste do IAS 29 no ativo Imobilizado	0	0	0	17.357	-17.357	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	212.589	-619.438	619.438	0	212.589	91.110	303.699
5.06.04	Reserva Especial - IR/CS sobre Incorporação Reversa de Controlada	0	212.589	0	0	0	212.589	91.110	303.699
5.06.05	Absorção de Prejuízo	0	0	-619.438	619.438	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	12.150.000	219.684	3.871.384	0	367.361	16.608.429	1.904.644	18.513.073

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	12.150.000	0	4.316.992	0	965.607	17.432.599	1.596.838	19.029.437
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	12.150.000	0	4.316.992	0	965.607	17.432.599	1.596.838	19.029.437
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.274	0	-81.068	-150.612	-229.406	-37.482	-266.888
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	12.619	12.619
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.274	0	0	0	2.274	0	2.274
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-50.101	-50.101
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	509	0	509	0	509
5.04.09	Dividendo Minimo Obrigatorio e Juros sobre Capital Próprio 2011	0	0	0	-55.356	0	-55.356	0	-55.356
5.04.10	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Apropriar	0	0	0	-26.221	26.221	0	0	0
5.04.11	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Apropriados	0	0	0	0	-176.833	-176.833	0	-176.833
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	254.898	-174.298	80.600	171.056	251.656
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	233.077	0	233.077	171.056	404.133
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	21.821	-174.298	-152.477	0	-152.477
5.05.02.06	Hedge de Fluxo de Caixa em Coligada	0	0	0	0	5.778	5.778	0	5.778
5.05.02.07	Hedge de Fluxo de Caixa Controladora	0	0	0	0	-143.735	-143.735	0	-143.735
5.05.02.09	Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	-154.174	-154.174	0	-154.174
5.05.02.10	Variação Cambial de Coligada no Exterior	0	0	0	0	161.624	161.624	0	161.624
5.05.02.11	Realização do Ajuste do IAS 29 no Ativo Imobilizado	0	0	0	21.821	-21.821	0	0	0
5.05.02.12	Alterações nas Participações Societárias que Não Resultaram em Perda ou Aquisição de Controle	0	0	0	0	-21.970	-21.970	0	-21.970
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	173.830	-173.830	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	173.830	-173.830	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	12.150.000	2.274	4.490.822	0	640.697	17.283.793	1.730.412	19.014.205

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	12.150.000	0	3.315.028	-41.277	221.901	15.645.652	355.406	16.001.058
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	12.150.000	0	3.315.028	-41.277	221.901	15.645.652	355.406	16.001.058
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-549.090	104.466	-444.624	-14.415	-459.039
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-72.367	-72.367	-14.415	-86.782
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-550.144	176.833	-373.311	0	-373.311
5.04.08	Dvidendos Prescritos	0	0	0	1.054	0	1.054	0	1.054
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.406.969	824.602	2.231.571	1.255.847	3.487.418
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.571.840	0	1.571.840	11.810	1.583.650
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-164.871	824.602	659.731	1.244.037	1.903.768
5.05.02.06	Hedge de Fluxo de Caixa em Coligada	0	0	0	0	2.566	2.566	0	2.566
5.05.02.07	Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado	0	0	0	22.680	-22.680	0	0	0
5.05.02.08	Perda atuarial com benefícios de aposentadoria	0	0	0	-187.551	0	-187.551	0	-187.551
5.05.02.09	Variação cambial de coligada no exterior	0	0	0	0	-48.512	-48.512	0	-48.512
5.05.02.10	Alterações nas Participações Societárias que não Resultaram em Perda ou Aquisição de Controle	0	0	0	0	893.228	893.228	1.244.037	2.137.265
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.001.964	-816.602	-185.362	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.001.964	-816.602	-185.362	0	0	0
5.07	Saldos Finais	12.150.000	0	4.316.992	0	965.607	17.432.599	1.596.838	19.029.437

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	16.759.074	15.790.912	17.046.605
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	16.696.407	15.832.381	16.992.062
7.01.02	Outras Receitas	64.721	30.691	44.714
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.054	-72.160	9.829
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.446.325	-12.042.212	-11.270.649
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-12.297.381	-11.213.576	-10.488.544
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.148.944	-828.636	-776.718
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	0	-5.387
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.312.749	3.748.700	5.775.956
7.04	Retenções	-997.718	-856.888	-822.858
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-997.718	-856.888	-822.858
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.315.031	2.891.812	4.953.098
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	555.443	836.889	920.535
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	61.168	66.967	235.885
7.06.02	Receitas Financeiras	408.183	625.943	415.216
7.06.03	Outros	86.092	143.979	269.434
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.870.474	3.728.701	5.873.633
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.870.474	3.728.701	5.873.633
7.08.01	Pessoal	1.905.353	1.798.103	1.532.747
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.648.907	1.506.768	1.336.424
7.08.01.02	Benefícios	134.003	147.856	80.542
7.08.01.03	F.G.T.S.	122.443	143.479	115.781
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	585.607	671.275	2.161.154
7.08.02.01	Federais	400.143	488.596	1.165.090
7.08.02.02	Estaduais	135.881	126.601	958.388
7.08.02.03	Municipais	49.583	56.078	37.676
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	910.814	648.694	596.082
7.08.03.01	Juros	782.244	628.597	472.942
7.08.03.02	Aluguéis	0	0	4.827

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.03.03	Outras	128.570	20.097	118.313
7.08.03.03.01	Variações Cambiais Líquidas	190.985	0	0
7.08.03.03.02	Outras	-62.415	20.097	118.313
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-531.300	610.629	1.583.650
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	81.577	550.144
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-639.574	357.996	1.021.696
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	108.274	171.056	11.810

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e suas controladas, com o parecer dos auditores independentes e do conselho fiscal, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

1) Introdução

O ano de 2012 foi marcado pela entrada da Ternium / Tenaris em substituição à Votorantim e Camargo Correa no grupo de controle formado pelos acionistas Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation e Previdência Usiminas, que firmaram Acordo de Acionistas até 2031. A Companhia se fortaleceu para resgatar sua competitividade mediante esforços focados nas áreas chave do nosso negócio, comercial e industrial.

Em 2012, um grande ciclo de investimentos na Siderurgia chegou ao fim. Nos últimos cinco anos, foram cerca de R$11 bilhões investidos na modernização de nossas unidades siderúrgicas e no aumento da capacidade de laminação e galvanização para a produção de aços de maior valor agregado.

A Companhia trabalhou ao longo do ano, nos processos industriais, na busca continua pela eficiência e no maior entendimento das necessidades de seus clientes.

Todavia, todo este esforço de investimento e gestão depende de um ambiente propício ao crescimento industrial. A carga tributária, o alto custo de energia e mão de obra e a deficiência de infraestrutura são alguns dos fatores que reduzem o potencial competitivo do país.

A cadeia de valor do aço está particularmente exposta aos concorrentes no mercado mundial que, muitas vezes, são empresas estatais para as quais a remuneração do negócio não é relevante. Soma-se a isso a importação de produtos com alto conteúdo de aço, que ameaça toda a cadeia de valor do nosso sistema industrial.

Apesar dos desafios, a expectativa é de alguma melhora do ambiente de negócios para os próximos trimestres. Empresários industriais se mantêm cautelosamente confiantes na retomada da atividade à medida que a economia reage aos incentivos monetários, advindos da redução da taxa de juros, dos incentivos creditícios vigentes, como Programa de Sustentação do Investimento, e dos incentivos fiscais, tais como redução dos encargos na energia elétrica e a desoneração da folha de pagamento. São também vistas como promissoras as medidas estruturais previstas, como a redução da tarifa de energia elétrica para a indústria e os programas de concessões públicas em obras de infraestrutura.

Contudo, o cenário externo ainda continuará sendo determinante para a definição da direção da economia brasileira. O desempenho da balança comercial e dos investimentos estrangeiros e, conseqüentemente, o impacto na cotação do dólar, deverão influenciar a dinâmica da demanda interna, principalmente no tocante à importação de produtos industrializados que contêm aço.

Relatório da Administração

Para enfrentar este cenário difícil, a Usiminas persistirá em seus esforços na redução de custos e no aumento da eficiência produtiva para buscar competitividade em suas atividades.

2) Perfil da Companhia

Com 50 anos de atuação no mercado, a Usiminas está presente em toda a cadeia produtiva do aço, sendo líder do mercado nacional de aços planos e um dos maiores complexos siderúrgicos da América Latina. Detém uma linha completa de aços planos, que atende aos mais diferentes setores da indústria brasileira e mundial e possui capacidade nominal para produzir 9,5 milhões de toneladas de aço por ano.

A Usiminas não se restringe apenas à siderurgia. O grupo Usiminas também atua no segmento de mineração, por meio da Mineração Usiminas, nos segmentos de transformação do aço, por meio da Soluções Usiminas e da Automotiva Usiminas e no segmento de bens de capital e serviços, por meio da Usiminas Mecânica. O grupo Usiminas possui uma estrutura de empresas integradas para oferecer soluções completas para os mercados brasileiro e global. Assim, nossos clientes tem a certeza de contar com produtos derivados do aço desenvolvidos com toda a tecnologia e conhecimento específicos, para terem o melhor rendimento nos projetos mais exigentes.

3) Governança Corporativa

Em 2012, a Usiminas continuou na evolução das práticas de governança corporativa, de transparência e respeito aos acionistas. Como reconhecimento desse compromisso a empresa recebeu o Troféu Transparência, empresa Destaque 2012 na sua categoria, da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC).

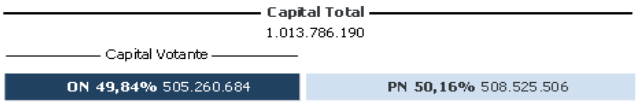
A estrutura de governança da Usiminas conta com Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração. Ela tem a missão de monitorar as boas práticas - avalia o sistema de controles internos e de gestão de riscos da Companhia - ao dar suporte às decisões da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração.

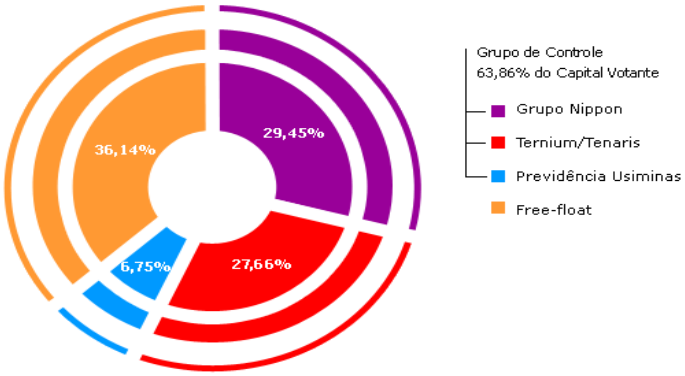
A Usiminas possui um Código de Conduta que tem por objetivo orientar seu relacionamento com os públicos interno e externo, padronizando a relação direta das empresas da Companhia com os *stakeholders*. O Código é uma referência para a conduta pessoal e profissional dos empregados, baseado em valores e princípios que sustentam a atuação da Companhia.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA E GRUPO DE CONTROLE

O capital social da Companhia se compõe 1.013.786.190 ações sendo 49,8% ações ordinárias com direito a voto. O Grupo de Controle possui 63,9% do capital votante.

Relatório da Administração





Administração

A Diretoria Executiva da Usiminas é composta por um diretor-presidente e sete vice presidentes nas áreas: Comercial, Industrial, Finanças e Relações com Investidores, Tecnologia e Qualidade, Subsidiárias, Planejamento Corporativo, Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional, sendo esta última não estatutária.

Os gestores têm mandatos de dois anos, podendo ser reeleitos, e devem estabelecer as diretrizes corporativas para os demais gestores e direcioná-los nas relações internas e externas.

O Conselho de Administração conta com nove membros efetivos e seus respectivos suplentes e se reúne ordinariamente quatro vezes por ano, conforme calendário previamente estabelecido, ou extraordinariamente sempre que necessário aos interesses da Companhia. Possui dois comitês de assessoramento: o Comitê de Auditoria e o Comitê de Recursos Humanos.

A Usiminas mantém ainda um Conselho Fiscal instalado, responsável por fiscalizar os atos de gestão dos Administradores.

Remuneração da Administração

Em reunião da Assembléia Geral Ordinária, promovida em abril de 2012, os acionistas aprovaram o montante de R$ 35 milhões de remuneração dos administradores da Companhia até a Assembléia Geral Ordinária de 2013.

Relatório da Administração

Auditores independentes

A norma da Companhia no que diz respeito à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou de objetividade. A PricewaterhouseCoopers é responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras da Usiminas em 2012.

4) Ambiente Econômico

A economia mundial deu sinais de melhora no segundo semestre de 2012, embora tenha sido insuficiente para reverter o quadro de crescimento abaixo do verificado nos dois últimos anos, de 5% em 2010 e de 4% em 2011. Segundo o FMI, a economia mundial cresceu apenas 3% em 2012.

Na Europa, o comprometimento do Banco Central Europeu em prover liquidez aos mercados de títulos soberanos contribuiu para aliviar os problemas das economias da região e diminuiu os riscos de um desfecho agudo para a crise. A previsão do FMI é de que a economia do bloco tenha encolhido 0,5% em 2012. Nos EUA, ritmo de o crescimento ao longo do segundo semestre, foi indicativo de estabilidade com melhora da economia americana. Apesar da incerteza decorrente dos impasses políticos envolvendo a questão fiscal, a estimativa é que os EUA tenham crescido 2% em 2012. Na China, o governo respondeu agressivamente ao enfraquecimento da economia no 1º semestre e as medidas surtiram efeito com a economia acelerando no 4T12 e fechando o ano com crescimento de 8%.

No Brasil, as expectativas de crescimento foram continuamente ajustadas para baixo ao longo de 2012, de 3% no início do ano, para cerca de 1% ao fim do ano. A esperada recuperação da atividade industrial se frustrou. Mesmo em um cenário de consumo crescendo 3% e a taxa de desemprego abaixo de 6%, a produção industrial recuou 2,7% em 2012 evidenciando problemas de competitividade do país relacionados aos altos custos de energia e mão de obra e falta de infraestrutura. Ainda com relação à produção industrial, o destaque negativo foi o recuo de 10% na produção de bens de capital, que retornou ao patamar médio de 2007, impactando negativamente no consumo de aço.

O cenário da siderurgia mundial permaneceu negativo. A situação de relativa sobreoferta de aços persiste e estimativas mais recentes da Organisation for Economic Co-operation and Development - OCDE indicam cerca de 540 milhões de toneladas em capacidade excedente da produção mundial de aço. Em 2012, estima-se que a produção de aço bruto tenha sido de 1,5 bilhão de toneladas, crescimento de 1,1% em relação a 2011, bem abaixo da capacidade de produção mundial, enquanto o consumo de produtos acabados foi de 1,4 bilhão de toneladas, representando crescimento de 2,1%.

Na China, principal produtor e exportador de aço, também persistiu a condição de excesso de oferta decorrente da sustentação dos níveis de produção das usinas sem contrapartida de melhoria significativa das condições de demanda. No 4T12, as cotações do minério de ferro no mercado spot chinês iniciaram uma forte recuperação depois de atingirem, em setembro, o mínimo histórico. Houve aumento de cerca de 70% dos preços ao longo do período. Com a alta dos custos da matéria prima, estima-

Relatório da Administração

se que a margem bruta da siderurgia mundial tenha recuado, em dezembro de 2012, ao menor patamar dos últimos dois anos.

O mercado brasileiro de aços planos consumiu 14,0 milhões de toneladas em 2012, sendo 87% do volume fornecido pelas usinas locais e 13% por importações. A comparação com o ano anterior mostra uma retomada do crescimento de 3%, após significativa queda de 6%, que se verificou em 2011, embora ainda tímido.

5) Desempenho Consolidado

Principais Indicadores

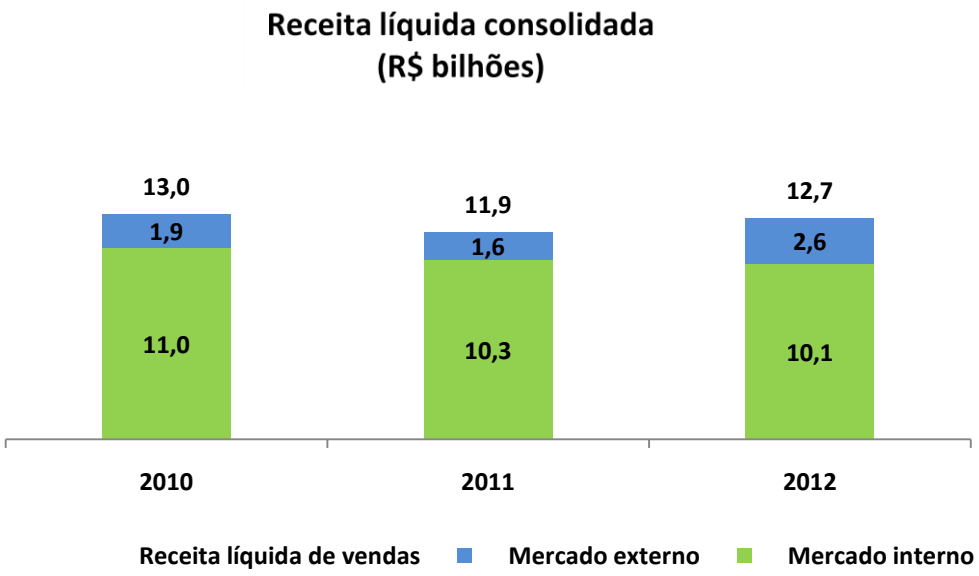
R$ milhões	2010	2011	2012	Var. 2012/2011
Produção de aço bruto (mil t)	7.299	6.699	7.158	7%
Vendas físicas de aço (mil t)	6.565	5.916	6.881	16%
Produção de minério (mil t)	6.837	6.329	6.652	5%
Vendas minério (mil t)	6.029	5.564	6.115	10%
Receita Líquida	12.962	11.902	12.709	7%
CPV	(10.432)	(10.608)	(12.048)	14%
Lucro (Prejuízo) Bruto	2.531	1.294	660	-49%
Lucro (Prejuízo) Líquido	1.584	404	(531)	-
EBITDA	2.650	1.264	798	-37%
Margem de EBITDA	20,4%	10,6%	6,3%	-4,3 p.p
Investimentos (Capex)	3.192	2.490	1.652	-34%
Caixa	4.544	5.191	4.718	-9%

Relatório da Administração

Receita Líquida

No exercício de 2012, a receita líquida alcançou R$12,7 bilhões, superior em 6,8% à de 2011, devido, principalmente, ao maior volume vendido de aço no segmento Siderurgia que atingiu 6,9 milhões (+16%), e de minério no segmento Mineração que atingiu 6,1 milhões de toneladas (+10%). Esses aumentos foram parcialmente compensados com redução nos preços médios do segmento Siderurgia em 4,9% afetados pela maior participação das vendas do mercado externo e a concorrência local, e também menores preços de minério, afetados pelos valores internacionais.

Adicionalmente o segmento Bens de Capital apresentou uma performance menor alinhada com a redução do mercado no ano 2012.



Custo dos produtos vendidos e lucro bruto

O custo dos produtos vendidos de 2012 somou R$12,0 bilhões, 13,6% maior quando comparado ao de 2011, devido, principalmente, ao maior volume de aço vendido, ao processo de desestocagem de produtos siderúrgicos produzidos em períodos anteriores, com preços de matérias primas mais altos, na Unidade da Siderurgia, aos maiores custos devido ao efeito cambial da desvalorização de 8,9% do real frente ao dólar norte-americano e aos custos com a readequação do quadro de funcionários.

A margem bruta no ano foi de 5,2%, inferior em 5,7 pontos percentuais à realizada no ano anterior.

Relatório da Administração

Despesas Operacionais

As despesas operacionais estão compostas por:

Despesas Operacionais

R$ milhões	2010	2011	2012	Var. 2012/2011
Despesas com Vendas	(374.254)	(458.568)	(372.937)	85.631
Despesas Gerais e Administrativas	(527.222)	(510.319)	(488.447)	21.872
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais	273.083	300.571	1.242	(299.329)
Total	**(628.393)**	**(668.316)**	**(860.142)**	**(191.826)**

As despesas com vendas e gerais administrativas apresentaram uma redução de 11,1% comparado com 2011 refletindo os esforços da Companhia na redução de gastos, principalmente com serviços de terceiros.

A variação negativa de R$ 299,3 milhões contra o ano anterior, em outras (despesas) e receitas operacionais, deve-se principalmente à significativa reversão de contingências judiciais em 2011. O Programa Reintegra contribuiu positivamente em R$ 71,9 milhões no ano de 2012 e foi prorrogado até dezembro de 2013.

No total as despesas operacionais consolidadas em 2012 atingiram R$860,1 milhões, superiores em 28,7% às de 2011, pelos motivos apontados acima.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido consolidado apresentou uma despesa de R$502,6 milhões no ano de 2012, contra uma despesa de R$50,0 milhões em 2011 em função, principalmente, dos efeitos cambiais decorrentes da desvalorização de 8,9% do real frente ao dólar norte-americano em 2012.

Participação em controladas e coligadas

Em 2012, o resultado de equivalência patrimonial atingiu R$61,2 milhões, que representa uma diminuição de 8,7% quando comparado ao valor de R$67,0 milhões em 2011. Esta diminuição é decorrente da menor contribuição da MRS, que foi de R$50,3 milhões em 2012, contra R$62,6 milhões em 2011.

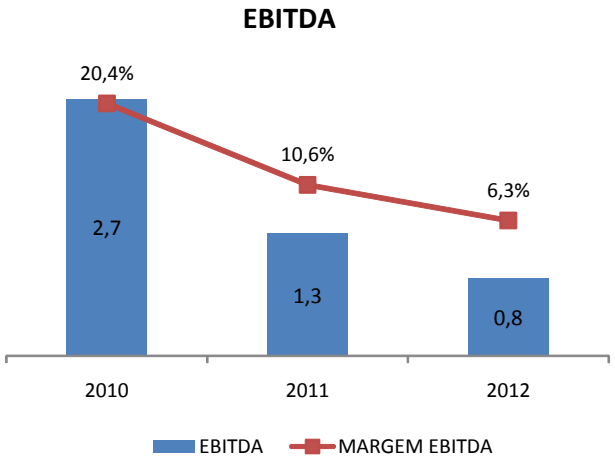
Relatório da Administração

Lucro (prejuízo) líquido

Em 2012 a Companhia registrou um prejuízo líquido de R$531,3 milhões, devido, principalmente, à redução no lucro bruto, já comentado, e maiores despesas financeiras decorrentes da desvalorização do real frente ao dólar norte-americano. No ano de 2011 registrou-se um lucro de R$404,1 milhões.

EBITDA

No ano de 2012, o EBITDA ajustado totalizou R$798,1 milhões, apresentando um decréscimo de 36,8% quando comparado ao ano de 2011, que foi de R$1,3 bilhão, em função, principalmente, da redução do lucro bruto e do aumento das despesas operacionais.



O EBITDA é uma medida utilizada pela Administração da Companhia para medir seu desempenho financeiro. O EBITDA ajustado é calculado adicionando-se ao lucro líquido (prejuízo) do exercício o lucro (prejuízo) das operações descontinuadas, o imposto de renda e contribuição social, a participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas, o resultado financeiro, depreciação, amortização e exaustão, e outras adições e exclusões. Conforme instrução CVM nº 527 de 4 de outubro de 2012, que dispõe sobre a divulgação voluntária do EBITDA, a Companhia apresenta a conciliação exigida pela norma:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(531.300)	404.133
Imposto de renda e contribuição social	(109.806)	113.752
Resultado financeiro líquido	502.631	50.015
Depreciação, amortização e exaustão	997.718	856.888
EBITDA - Instrução CVM 527	859.243	1.424.788
Lucro (prejuízo das operações descontinuadas		124.919
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	(61.168)	(66.967)
Outras adições e exclusões (i)		(219.048)
EBITDA ajustado	798.075	1.263.692

(i) Outras adições e exclusões compostas, substancialmente, por recuperação de contingências judiciais e compensação de créditos tributários, não recorrentes.

Relatório da Administração

Capital de Giro

O capital de giro registrado em 31/12/2012 foi inferior em R$2,2 bilhões ao existente no fechamento do ano anterior. No ano, a Companhia implementou diversas ações com o objetivo de reduzir seu capital de giro, destacando-se a redução de estoques em R$ 1,3 bilhão.

Investimentos

Os investimentos em 2012 totalizaram R$1.651,7 milhões, 33,7% inferiores, quando comparados ao ano de 2011, sinalizando o encerramento do forte ciclo de investimentos em modernização e expansão da capacidade de laminação e galvanização na Unidade de Siderurgia. Para este montante também contribuiu a execução do Projeto Friáveis no segmento Mineração, para expansão de sua capacidade de produção. Do total dos investimentos em 2012, foram aplicados 60% nas Unidades de Siderurgia, 34% na Mineração, 3% na Transformação do Aço e 3% em Bens de Capital, aproximadamente.

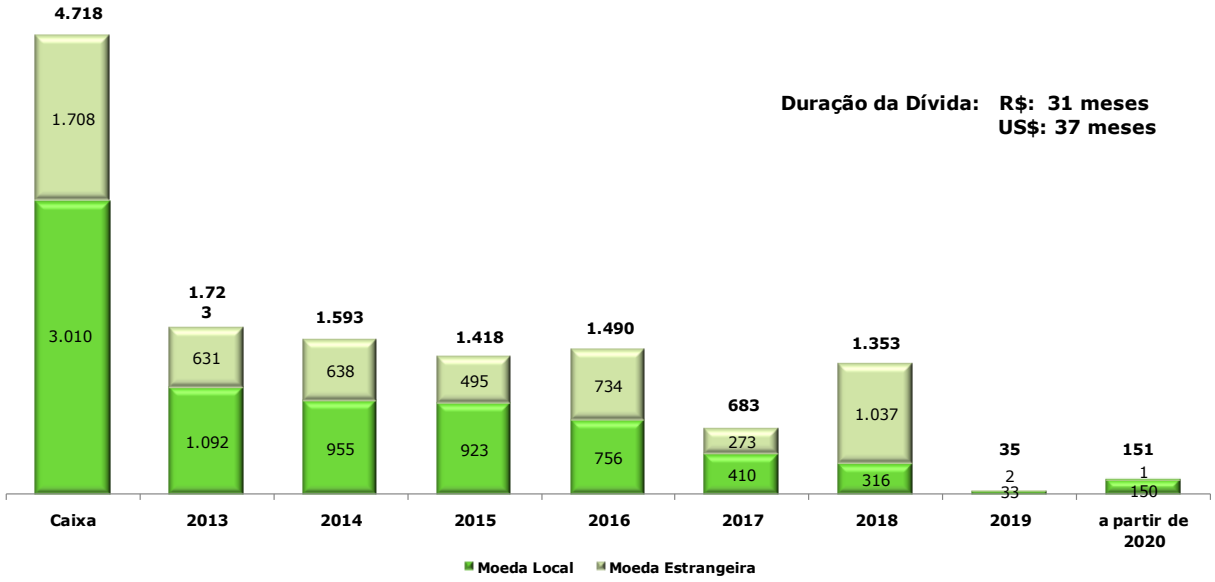
Endividamento

O endividamento total consolidado atingiu R$8,4 bilhões em 31/12/2012, contra R$9,1 bilhões em 31/12/2011. A dívida líquida no final de 2012 era de R$3,7 bilhões, contra R$3,9 bilhões no final de 2011. O indicador dívida líquida/EBITDA em 31/12/2012 era de 4,7 vezes.

Em 31/12/2012, a composição da dívida por prazo de vencimento era de 20,4% no curto prazo e 79,6% no longo prazo. A composição por moeda representava 54,9% em moeda nacional e 45,1% em moeda estrangeira.

Relatório da Administração

PERFIL DA DÍVIDA - CONSOLIDADO



6) Mercado de Capitais

As ações da Usiminas são negociadas no Brasil, na BM&FBovespa – Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros –, com os códigos USIM3, USIM5 e USIM6; em Nova York (OTC – Market), como ADR nível I, com os códigos USNZY e USDMY; e em Madri, na Latibex, com os códigos XUSI e XUSIO.

DESEMPENHO NA BM&F BOVESPA

As ações ordinárias (USIM3) da Usiminas encerraram o ano cotadas a R$ 13,67 por ação; as preferenciais (USIM5) foram cotadas a R$ 12,80 por ação, com valorizações de, respectivamente, -20,3% e 26,1% em 2012. No mesmo período, o Ibovespa apresentou oscilação positiva de 7,4%.

DESEMPENHO EM NOVA YORK

Em 2012, as ações da Usiminas negociadas nos Estados Unidos, como ADR nível I, sob o código “USNZY” no mercado de balcão (Over the Counter – OTC), tiveram valorização de 10,5% e, no fechamento do ano, foram cotadas a US$ 6,22.

DESEMPENHO NA LATIBEX – MADRI

As ações XUSI (preferenciais), negociadas na Latibex, tiveram valorização de 11,4% no ano e encerraram o período com a cotação de € 4,78. As ações XUSIO (ordinárias) também apresentaram valorização, de 27,5%, e foram cotadas a € 5,11.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Relatório da Administração

A Usiminas manteve um canal estreito de relacionamento com o mercado tendo em vista o objetivo de manter a transparência e uma comunicação aberta. Dessa forma, suas ações convergiram no sentido de transmitir, de forma imparcial, informações precisas e de qualidade, que dessem subsídios suficientes para a avaliação do investimento.

Durante o ano, foram promovidas diversas reuniões com investidores e analistas de mercado, dentre elas, duas apresentações públicas Apimec (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais) e conferências no Brasil e no exterior.

A Usiminas esteve presente em 12 conferências e roadshows internacionais e nacionais, atuando diretamente perante os investidores estrangeiros. Para atender aos analistas e aos investidores, a Companhia promoveu ainda mais de vinte visitas a diversas unidades industriais. A Companhia apresentava mais de 48 mil acionistas em 2012.

7) Desempenho Social

GESTÃO DE PESSOAS

A Usiminas investe no treinamento e na capacitação de seus colaboradores, oferece benefícios sociais e trabalhistas, além de oferecer remuneração compatível com o que é praticado no mercado.

O foco maior dos programas de treinamento profissional está em preparar as pessoas para um modelo de gestão orientado para o aumento da competitividade da Companhia. Nesse sentido, destaca-se o início das atividades do programa Avançar, voltado para o desenvolvimento acelerado de jovens profissionais de alto potencial, e a continuidade do programa Educar – Educação Corporativa Usiminas, que envolve desde ações de educação continuada até treinamentos customizados à realidade da empresa. O grupo encerrou 2012 com 93,6% de seus colaboradores diretos tendo participado de treinamentos.

Em 2012, a Usiminas recebeu o Prêmio Sesi - Qualidade no Trabalho, nível regional, em função do programa Atitude Rima com Saúde. Estruturado em 12 projetos educativos, voltados para gestantes, idosos, tabagistas, prevenção do câncer e outras doenças, reeducação alimentar, entre outros, o programa é aberto para colaboradores, ex-colaboradores e seus dependentes de todas as empresas do grupo Usiminas, em âmbito nacional e encerrou 2012 com 12.351 participantes.

COMUNIDADE E MEIO AMBIENTE

Ao mesmo tempo em que acredita no desenvolvimento de seus colaboradores, a Usiminas acredita no desenvolvimento de atividades que gerem valor para as comunidades onde a empresa se faz presente.

Relatório da Administração

Nesse contexto, a Fundação São Francisco Xavier (FSFX), entidade filantrópica de direito privado, possui grande relevância social no Vale do Aço mineiro. Atualmente a entidade, administra de maneira independente o plano de saúde Usisaúde e o Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT Coletivo) entre outros.

A Usiminas mantém uma política de investimentos sociais baseada na democratização do acesso à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, com o direcionamento prioritário das ações para as comunidades das regiões onde opera. Por meio do Instituto Cultural Usiminas, criado em 1993, já patrocinou mais de 1.800 projetos por intermédio das Leis de Incentivo à Cultura e ao Esporte. O Instituto Cultural Usiminas também é responsável por gerenciar espaços culturais próprios e por promover ações educativas de formação de público e democratização do acesso à cultura, em parceria com escolas da comunidade. Em 2012, 117 mil pessoas passaram pelo Centro Cultural Usiminas e 29 mil pelo Teatro Zélia Olguin, no Vale do Aço mineiro.

Um acordo, firmado em 2012, entre a Usiminas e o Sistema Fiemg permitiu que o Vale do Aço mineiro tenha a maior unidade do Senai em Minas Gerais, tanto em área construída quanto em capacidade de treinamento. A empresa cedeu ao Senai, em regime de comodato, o espaço do seu Centro de Desenvolvimento Profissional (CDP).

Ciente de seu compromisso com a redução dos impactos de suas atividades no meio ambiente, a Companhia atua preventivamente na gestão de resíduos, emissões atmosféricas e ruídos, uso racional da água, energia e insumos. Historicamente, a Usiminas foi a primeira siderúrgica do Brasil e a segunda do mundo a ter seu sistema de gestão ambiental certificado pela norma ISO 14001.

Os produtos comercializados pela Companhia cumpriram as rigorosas exigências ambientais das diretivas internacionais RoHS e ELV, os chamados “selos verdes”, que monitoram iniciativas de proteção do solo, da água e do ar contra a poluição, com a restrição do uso de determinadas substâncias, como chumbo, mercúrio e cádmio. Também são empregadas tecnologias que permitem reutilizar a água de forma contínua no processo produtivo. O resultado é que as duas plantas siderúrgicas da empresa – Ipatinga/MG e Cubatão/ SP –, passaram a reaproveitar 96,3% de toda a água necessária ao processo de produção.

Projetos externos voltados para a preservação do meio ambiente também estão presentes nas atividades da Usiminas em 2012. No Vale do Aço mineiro, a Companhia mantém um cinturão verde ao redor do complexo industrial, favorecendo a revegetação de encostas urbanas, a redução das erosões e a melhoria das condições micro-climáticas da região. A partir da contribuição deste projeto, a cidade Ipatinga possui um índice de áreas verdes por habitante significativamente superior ao recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Outro exemplo de programa ambiental para a comunidade é o projeto Xerimbabo, desenvolvido pelo 28º ano consecutivo, no Vale do Aço mineiro. Mais antigo projeto de educação ambiental do Brasil já recebeu mais de 2 milhões de visitantes na região do Vale do Aço mineiro desde que foi criado, em 1984. O foco é apresentar, por meio de uma grande exposição lúdica, conceitos de preservação ambiental voltados, principalmente, para crianças e jovens da rede pública de ensino. Desde 2010, o projeto passou a ser realizado também na comunidade da região de Serra Azul-MG, onde a Usiminas possui unidades de mineração.

1 Contexto operacional

A Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS (“USIMINAS”, ”Usiminas”, “Controladora” ou “Companhia”), cuja sede está situada em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tem por objetivo a exploração da indústria siderúrgica e correlatas. A Companhia produz aços laminados planos nas Usinas Intendente Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, localizadas em Ipatinga (Minas Gerais) e Cubatão (São Paulo), respectivamente, destinados ao mercado interno e à exportação.

A Companhia, por meio de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas (conjuntamente denominadas “Empresas Usiminas”), mantém centros de serviços e de distribuição localizados em várias regiões do País, além dos portos de Cubatão em São Paulo e de Praia Mole no Espírito Santo, como pontos estratégicos para escoamento de sua produção.

A Companhia é listada na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (USIM3, USIM5).

Conforme descrito na Nota 27, o Grupo Techint, adquiriu as participações das empresas dos grupos Votorantim e Camargo Corrêa na USIMINAS, além de parte das ações de titularidade da Previdência Usiminas (nova denominação da Caixa dos Empregados da Usiminas - “CAIXA”), em montante que totaliza 139,7 milhões de ações, ou 27,7% do capital votante da Companhia. A concretização das transações, e consequentemente a entrada em vigor do Novo Acordo de Acionistas ocorreram em 16 de janeiro de 2012, conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 17 de janeiro de 2012.

A Companhia vem implementando medidas que visam a melhoria da performance operacional e a redução do seu endividamento líquido. Dentre elas destacam-se o aumento no nível de utilização da capacidade instalada nas usinas, com melhor absorção dos custos fixos; a redução das despesas estruturais (vendas e administrativas); a redução do capital de giro, notadamente dos estoques de produtos em processo, acabados e de almoxarifado; e a redução dos investimentos em *Capital Expenditure* (Capex). Adicionalmente a Companhia dispõe de um volume expressivo de caixa em poder de controladas no exterior.

Visando à ampliação de seu ramo de atividade, a Companhia mantém participação, direta ou indireta, em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, cujas atividades principais são descritas a seguir:

(a) Empresas controladas

Automotiva Usiminas S.A. (“Automotiva Usiminas”) – Com sede em Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, dedica-se à industrialização e comercialização de peças estampadas de aço.

Cosipa Commercial Ltd. (“Cosipa Commercial”) – Sediada nas Ilhas Cayman, foi constituída em abril de 2006, com o objetivo de otimizar a captação de recursos no mercado externo.

Notas Explicativas

Cosipa Overseas Ltd. (“Cosipa Overseas”) – Sediada nas Ilhas Cayman, foi estabelecida em fevereiro de 1994, com o objetivo de otimizar as operações de comércio exterior da Companhia, visando facilitar as compras de matérias-primas importadas e a exportação de produtos siderúrgicos, além de ser via de captação de recursos no mercado internacional, para financiamento dos investimentos da Companhia.

Mineração Usiminas S.A. (“Mineração Usiminas” ou “MUSA”) - Com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade entre a Companhia (70%) e o Grupo Sumitomo (30%), cujo objeto principal é a extração e beneficiamento de minério de ferro na forma de *pellet feed, sinter feed* e granulados. A maior parte de sua produção, que é extraída das minas da região de Serra Azul, no Quadrilátero Ferrífero do Estado, é destinada ao consumo das plantas siderúrgicas da Companhia. A MUSA mantém participação de 50% na controlada em conjunto Modal Terminal de Granéis Ltda. (“Modal”), com sede em Itaúna, Minas Gerais, cujo objetivo social é a operação de terminais de cargas rodoviários e ferroviários, armazenamento e manuseio de minério e produtos siderúrgicos e transporte rodoviário de cargas. Possui também participação de 22,22% na coligada Terminal de Cargas Sarzedo Ltda. (“Terminal Sarzedo”) com sede em Sarzedo, Minas Gerais, cujas atividades principais são de armazenamento de cargas, operação de terminal rodoferroviário, depósito, além de serviços correlacionados. Adicionalmente, controla integralmente a Usiminas Participações e Logística S.A. (“UPL”) com sede em São Paulo, Capital, cujo objeto consiste, exclusivamente, na titularidade, de forma direta, das ações e outros valores mobiliários de emissão da MRS Logística S.A.. Em 2011, a MUSA adquiriu participação na Mineração Ouro Negro S.A. (“Mineração Ouro Negro), conforme descrito na Nota 16 (d) (iii).

Rios Unidos Logística e Transporte de Aço Ltda. (“Rios Unidos”) – Estabelecida em Guarulhos, Estado de São Paulo, tem como objetivo principal e prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas.

Soluções em Aço Usiminas S.A. (“Soluções Usiminas”) – Com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, possui 14 unidades industriais, localizadas estrategicamente em todo o país, cujo objeto principal é a transformação de produtos siderúrgicos, além da atuação como centro de distribuição. A Soluções Usiminas fornece ao mercado produtos diferenciados e de maior valor agregado, concentrando-se no atendimento a clientes de pequeno e médio portes. É uma sociedade formada pela Companhia (68,88%), Metal One (20%) e outros (11,12%).

Usiminas Commercial Ltd. (“Usiminas Commercial”) – Criada em 2006, possui o objetivo de captar recursos no exterior para a Companhia.

Notas Explicativas

Usiminas Europa A/S (“Usiminas Europa”) – Criada em 2005, com sede em Copenhague, na Dinamarca, possui como objeto principal deter os investimentos nas controladas integrais Usiminas Galvanized Steel ApS (“Usiminas Galvanized “) e Usiminas Eletrogalvanized Steel ApS (‘Usiminas Eletrogalvanized”), cuja atividade principal é fomentar o comércio no exterior com clientes, respectivamente, de aço galvanizado e de aço eletrogalvanizado produzidos pela Companhia.

Usiminas International Ltd. (“Usiminas International”) – Com sede no Principado de Luxemburgo, foi criada em 2001, tem como propósito deter os investimentos da Companhia no exterior e investimentos da Companhia na Usiminas Portugal Serviços de Consultoria Ltd. (“Usiminas Portugal”) localizada na Ilha da Madeira. Em 30 de novembro de 2012 a Usiminas Portugal foi encerrada, conforme descrito na Nota 16 (d) (v).

Usiminas Mecânica S.A. (“Usiminas Mecânica”) – Com sede em Ipatinga, Estado de Minas Gerais, tem como atividade principal a fabricação de equipamentos e instalações para os setores de produção do aço, petróleo, petroquímico, hidroelétrico, mineração, transporte ferroviário, cimento, papel e celulose, recuperação de peças, rolos, cilindros da indústria pesada, estampagem e cortes em chapas para peças automotivas seriadas, caçambas estacionárias e, ainda, de controle ambiental.

(b) Empresa controlada em conjunto

Unigal Usiminas Ltda. (“Unigal”) – Com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, é uma *joint venture* criada em 1998 pela Companhia (70%) e pela Nippon Steel Corporation (30%), com o objetivo de transformar bobinas laminadas a frio em bobinas galvanizadas por imersão a quente, principalmente para atender à indústria automobilística. A Unigal, cuja fábrica está localizada em Ipatinga, Minas Gerais, possui capacidade instalada para galvanização de 1.030 mil toneladas de aço por ano.

Fasal Trading Brasil S.A (“Fasal Trading Brasil”). - Criada em 30 de novembro de 2009, tem sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Tem como objeto social o comércio de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, a prestação de serviços correlatos, bem como, a participação no capital social de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras de atividades afins ou complementares à sua.

Usiroll – Usiminas Court Tecnologia em Acabamento Superficial Ltda. (“Usiroll”) – Com sede em Ipatinga, Estado de Minas Gerais, dedica-se à prestação de serviços, especialmente para retificação de cilindros e rolos.

c) Investimentos em coligadas

Codeme Engenharia S.A. (“Codeme”) – Com sede em Betim, Estado de Minas Gerais, possui como atividade a fabricação e montagem das construções em aço, principalmente, prédios industriais, galpões comerciais e edifícios de andares múltiplos. A Codeme possui fábricas em Betim (Minas Gerais) e em Taubaté (São Paulo).

Metform S.A. (“Metform”) – Com sede em Betim, Estado de Minas Gerais, tem como objeto a fabricação de telhas de aço, *Steel Decks* e acessórios galvanizados, com ou sem pintura. A Metform possui fábricas em Betim (Minas Gerais) e em Taubaté (São Paulo).

Notas Explicativas

MRS Logística S.A. (“MRS”) – Com sede na cidade do Rio de Janeiro, a MRS presta serviços de transporte ferroviário e logístico na região Sudeste do Brasil. A participação da Companhia na MRS representa um investimento estratégico para a otimização do fornecimento de matérias-primas, transporte de produtos acabados e transporte de cargas de terceiros, relacionado principalmente à operação dos terminais marítimos da Companhia.

2 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 18 de fevereiro de 2013.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram adotadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado.

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(a) Demonstrações financeiras individuais - Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Controladora, aqui apresentada sob o título de Controladora, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas

(b) Demonstrações financeiras consolidadas - Consolidado

As demonstrações financeiras consolidadas, aqui apresentadas sob o título de Consolidado, foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas, coligadas e controladas em conjunto foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes foram feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da USIMINAS, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

3.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

As Controladas são entidades nas quais as Empresas Usiminas têm o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais da metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se as Empresas Usiminas controlam outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para as Empresas Usiminas. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

O método de aquisição é usado para contabilização das combinações de negócio. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelas Empresas Usiminas. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são registrados no resultado do exercício, conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição. As Empresas Usiminas reconhecem a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

Notas Explicativas

O excedente da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação das Empresas Usiminas nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nas aquisições em que as Empresas Usiminas atribuem valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando-se a participação das Empresas Usiminas e dos não controladores. Se a contraprestação transferida for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Os saldos e ganhos não realizados e demais transações entre as Empresas Usiminas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelas Empresas Usiminas.

(b) Controladas em conjunto e coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa por meio da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detêm o controle ou o controle em conjunto sobre essas políticas. Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com um ou mais partes. Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as controladas em conjunto são consolidadas proporcionalmente a participação da Companhia. O investimento das Empresas Usiminas em coligadas e controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Vide Nota 3.13, sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação das Empresas Usiminas nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação na mutação das reservas é reconhecida nas reservas das Empresas Usiminas. Quando a participação das Empresas Usiminas nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, as Empresas Usiminas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Notas Explicativas

Os ganhos não realizados das operações entre as Empresas Usiminas e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação das Empresas Usiminas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelas Empresas Usiminas.

Os ganhos e as perdas de diluição em participações em coligadas são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os exercícios sociais das coligadas e controladas em conjunto são coincidentes com os da USIMINAS. Contudo, exceto para as coligadas (diretas e indiretas) Codeme, Fasal Trading Brasil, Metform e Terminal Sarzedo, a Companhia utilizou, para fins de equivalência patrimonial, em consonância com o CPC18 e IAS 28, demonstrações financeiras elaboradas em 30 de novembro de 2012.

(c) Operações e participações de acionistas não controladores

As Empresas Usiminas tratam as transações com participações de acionistas não controladores como transações com proprietários de ativos das Empresas Usiminas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido, na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”.

Quando as Empresas Usiminas deixam de deter o controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se as Empresas Usiminas tivessem alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

3.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais foram apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, inclui a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração - Grupo de Controle, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas das Empresas Usiminas.

Notas Explicativas

3.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada e controlada em conjunto incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico em que ela opera. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação das Empresas Usiminas.

(b) Transações e saldos

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa e operações de *hedge* de investimento líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor.

As demais disponibilidades, embora tenham liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários, pois referem-se a aplicações no exterior e requerem procedimentos específicos para ingresso no Brasil.

3.6 Ativos financeiros

3.6.1 Classificação

As Empresas Usiminas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Notas Explicativas

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge.*

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (esses são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis das Empresas Usiminas compreendem caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, valores a receber de empresas ligadas e demais contas a receber.

3.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os investimentos não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos neste último caso, desde que as Empresas Usiminas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em bolsa) não estiver ativo, as Empresas Usiminas estabelecem o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

Notas Explicativas

3.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos são compensados, e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6.4 *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

As Empresas Usiminas avaliam no final de cada período de relatório se há evidência objetiva que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial e que tenham impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que possa ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados pelas Empresas Usiminas para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;
- uma quebra de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;
- probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e
- extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

O montante da perda por *impairment* corresponde à diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, as Empresas Usiminas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após o *impairment* ser reconhecido, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado.

Notas Explicativas

3.7 Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

(a) Instrumentos derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo esse o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

(b) Atividades de *hedge*

As Empresas Usiminas adotam a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designam a variação cambial de certos passivos como *hedge* de um risco cambial associado a exportação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa).

As Empresas Usiminas documentam, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. As Empresas Usiminas também documentam sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os instrumentos financeiros usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

As movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta “Reserva de *hedge* de fluxo de caixa” no patrimônio líquido estão demonstradas na Nota 6 (c).

(c) *Hedge* de fluxo de caixa

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica “Reserva de *hedge* de fluxo de caixa”. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva são reconhecidos na rubrica “Resultado financeiro”.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos passivos financeiros que protege o risco cambial associado a exportações futuras altamente prováveis é reconhecido na demonstração do resultado, na rubrica relacionada ao objeto de *hedge*, no caso das exportações, na rubrica “Receitas”.

Notas Explicativas

Quando um instrumento de *hedge* prescreve ou é liquidado antecipadamente, quando um *hedge* não atende mais aos critérios de contabilização de *hedge*, ou quando a Administração decide descontinuar a contabilização de *hedge accounting* todo ganho ou toda perda cumulativa existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido no resultado quando a operação prevista é finalmente reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Resultado financeiro”. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado na rubrica “Resultado financeiro

(d) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

3.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades das Empresas Usiminas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa "PCLD" (*impairment*).

3.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições ou da produção (média ponderada móvel) ou, ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais aplicáveis. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos, além das respectivas despesas diretas de produção, apuradas com base na capacidade operacional normal.

Notas Explicativas

3.10 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação.

Os depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as regras específicas de cada tribunal e, como são utilizados como garantia, podem ser levantados pela parte vencedora. Assim, se a Companhia não obtiver êxito no processo, os valores depositados serão convertidos em renda da Fazenda Pública ou utilizados para deduzir o valor do passivo correspondente, caso houver. Do contrário, se a decisão for favorável à Companhia, há possibilidade de resgate dos depósitos.

3.11 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação. Dependendo do tipo de ativo e da época de sua aquisição, o custo se refere ao custo histórico de aquisição, ao custo histórico ajustado pelos efeitos da hiperinflação, nos termos do CPC 37 e do IAS 29, no período em que a economia do Brasil era considerada hiperinflacionária. O Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária para fins de IFRS até 1997.

Os componentes principais de alguns bens do imobilizado, quando de sua reposição, são contabilizados como ativos individuais e separados utilizando-se a vida útil específica desse componente. O componente substituído é baixado. Os custos com as manutenções efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos durante o período em que são incorridos.

As Empresas Usiminas agregam mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em formação os juros e, quando aplicável, a variação cambial, incorridos sobre empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) o período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização; (c) a parcela de variação cambial capitalizada é aquela considerada como ajuste anual à taxa de juros (componente de juros); (d) os juros e variação cambial capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros e variação cambial apuradas no período de capitalização; e (e) os juros e variação cambial capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Notas Explicativas

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. A vida útil média ponderada da depreciação do imobilizado é:

	Em anos	
	31/12/2012	**31/12/2011**
Edificações	30	24
Instalações	26	14
Máquinas e equipamentos	21	18
Veículos	7	7
Móveis, utensílios e equipamentos	7	8
Equipamentos de informática	3	3
Ferramentas, aparelhos e implementos	7	8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

3.12 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de controladas e controladas em conjunto é registrado como “ativo intangível” nas demonstrações financeiras consolidadas. Se a adquirente apurar deságio, o mesmo deve ser reconhecido na demonstração do resultado do período, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para o grupo de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

Notas Explicativas

(b) Direitos minerários

Os direitos minerários são registrados pelo valor justo de aquisição e deduzidos pela exaustão das minas.

Os direitos minerários provenientes de aquisição de empresas são reconhecidos pelo valor justo considerando a alocação dos ativos e dos passivos adquiridos.

A exaustão dos direitos minerários é realizada de acordo com a exploração das minas.

(c) Programas de computador (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 19.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *softwares* identificáveis e exclusivos, controlados pelas Empresas Usiminas, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para ser utilizado ou vendido;
- a administração pretende concluir o *software* para usá-lo ou vendê-lo;
- o *software* pode ser vendido ou usado;
- o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento do *software* e para que ele seja utilizado ou vendido; e
- o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Os custos com desenvolvimento de *softwares* que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de sua vida útil, pelas taxas descritas na Nota 19.

Notas Explicativas

3.13 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

3.14 Fornecedores, empreiteiros e fretes

As contas a pagar registradas na rubrica “Fornecedores, empreiteiros e fretes” são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar registradas na rubrica “Fornecedores, empreiteiros e fretes” não possuem caráter de financiamento e são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, se aplicável.

3.15 Empréstimos e financiamentos e debêntures

(a) Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e financiamentos e as debêntures (não conversíveis em ações) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que as Empresas Usiminas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Notas Explicativas

(b) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que as Empresas Usiminas incorrem em conexão com o empréstimo de recursos.

3.16 Provisões para contingências

As provisões para contingências, relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando as Empresas Usiminas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor pode ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.17 Provisão para recuperação ambiental

A provisão para gastos com recuperação ambiental, quando relacionados com a construção ou aquisição de um ativo, é registrada como parte dos custos desses ativos, e leva em conta as estimativas da Administração da Companhia de futuros gastos trazidos a valor presente. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.18 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio ou no resultado abrangente.

Notas Explicativas

O Imposto sobre a Renda – Pessoa Jurídica (“IRPJ”) é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) é calculada à alíquota vigente, sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O passivo do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos é integralmente reconhecido enquanto o ativo depende da realização. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e de 9% para contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O reconhecimento dos créditos tributários é baseado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros elaborado e fundamentado em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O referido estudo foi examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.19 Benefícios a empregados

(a) Plano de suplementação de aposentadoria

A Companhia e algumas de suas controladas participam de planos de aposentadoria, administrados pela Previdência Usiminas, que provêm a seus empregados pensões e outros benefícios pós-emprego.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado aos planos de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

As dívidas contratadas referem-se aos requisitos de fundamentos mínimos e são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Notas Explicativas

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente nos outros resultados abrangentes no período em que ocorreram.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de aposentadoria estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Para o plano de contribuição definida (Cosiprev), a Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência privada complementar em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Exceto pela parcela relacionada aos pecúlios de invalidez e morte, para os quais é efetuado cálculo atuarial por atuário independente, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.

(b) Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

Para os empregados que se aposentaram na incorporada Companhia Siderúrgica Paulista – Cosipa até 30 de abril de 2002 eram oferecidos benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. Esse benefício era concedido quando o empregado permanecia trabalhando até a sua aposentadoria. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de aposentadoria de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes.

(c) Participação nos lucros

As Empresas Usiminas provisionam a participação de empregados no resultado, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas a seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas de “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

Notas Explicativas

(d) Remuneração com base em ações

A Companhia possui um plano de remuneração com base em ações, a ser liquidado com ações preferenciais em tesouraria, o qual permite que membros da Administração e demais executivos indicados pelo Conselho de Administração adquiram as suas ações. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. Uma vez atendidas as condições estabelecidas no plano, o valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido.

Na data do balanço, a Companhia revisa as suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um efeito correspondente no patrimônio líquido.

Quando as opções são exercidas, os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal).

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança será tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

3.20 Arrendamentos

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia atua como arrendatária, assumindo substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em empréstimos e financiamentos segregados entre circulante e não circulante considerando o prazo de pagamento. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pela taxa estimada de vida útil do bem.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo

Notas Explicativas

recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

3.21 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando qualquer das Empresas Usiminas compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas.

Não foram emitidas novas ações e/ou efetuada compra de ações da Companhia pelas Empresas Usiminas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

3.22 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades das Empresas Usiminas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as Empresas Usiminas.

As Empresas Usiminas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de produtos

As Empresas Usiminas fabricam e vendem diversos produtos e matérias-primas, tais como aços planos, minério de ferro, peças estampadas de aço para a indústria automobilística e produtos para a construção civil e indústria de bens de capital.

A receita pela venda de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

Notas Explicativas

(b) Venda de serviços

As Empresas Usiminas realizam a prestação de serviços de transferência de tecnologia na atividade de siderurgia, no gerenciamento de projetos e na prestação de serviços na área de construção civil e indústria de bens de capital, transporte rodoviário de aços planos, galvanização de aço por imersão a quente e texturização e cromagem de cilindros.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

(c) Receita de encomendas em curso

A receita de encomendas em curso é reconhecida segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). A receita é calculada e contabilizada com base na aplicação, sobre o preço de venda atualizado, do percentual representado pela relação entre os custos incorridos e o custo total orçado atualizado, ajustada por provisão para reconhecer perdas de encomendas em processo de execução, quando aplicável. Os valores faturados além da execução física de cada projeto são reconhecidos como serviços faturados a executar no passivo circulante.

A variação entre o custo final efetivo e o custo total orçado, atualizado e revisado periodicamente, tem se mantido em parâmetros considerados razoáveis pela Administração. Os contratos de encomenda contêm cláusulas de garantia de fabricação dos equipamentos após entrada em funcionamento por períodos variáveis de tempo; os custos eventualmente incorridos são absorvidos diretamente no resultado.

As receitas de encomenda em curso fazem parte exclusivamente das operações realizadas pela controlada Usiminas Mecânica que, além desse tipo de receita, efetua venda de serviços. As receitas da Usiminas Mecânica compreendem os montantes reportados na Nota 28.1 a título de bens de capital.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.23 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras das Empresas Usiminas ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Os valores acima do mínimo obrigatório requerido por lei somente são provisionados quando aprovados em Assembleia de acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

3.24 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1o de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação

- IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos previstos para a sua adoção nas demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes: (i) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados. A Companhia possui um crédito de serviços passados a ser reconhecido de, aproximadamente, R$20.000; (ii) reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida deverá gerar um impacto negativo na demonstração de resultado de 2013 no valor de R$62.000. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

- O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. As Empresas Usiminas estão avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Notas Explicativas

- O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 10. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional, aplicado em 2012, não será mais permitido, deixando a Companhia de consolidar as controladas em conjunto Fasal Trading Brasil, Unigal e Usiroll. Os impactos nas demonstrações financeiras da Companhia podem ser avaliados na nota 16 (i) e (ii). À partir de 1º de janeiro de 2013, as participações na Fasal Trading Brasil (50%), Unigal (70%) e na Usiroll (50%) passarão a ser contabilizadas por equivalência patrimonial.

- IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

- IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

Não há outras normas CPC/IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Empresas Usiminas.

Notas Explicativas

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, as Empresas Usiminas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e as premissas que apresentam risco significativo, que podem causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Valor recuperável (*impairment*) do ágio

Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso e do preço de venda líquido, efetuados com base em estimativas (Nota 18).

Em 2012, foi reconhecida perda por *impairment* no valor de R$358 (31 de dezembro de 2011 – R$5.552) referente ao ágio alocado na UGC Modal.

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados para a UGC Modal fosse 1% maior que as estimativas da administração, o segmento teria reconhecido uma perda por *impairment* adicional do ágio de R$3.122.

(b) Imposto de renda e contribuição social

As Empresas Usiminas estão sujeitas ao imposto de renda em diversos países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. As Empresas Usiminas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Notas Explicativas

As Empresas Usiminas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando-se as alíquotas em vigor. Revisamos regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Empresas Usiminas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando uma variação provável com base em índices do mercado e deterioração de 25% e 50% sobre o cenário provável, estão demonstradas na Nota 5.4.

(d) Reconhecimento de receita

A controlada Usiminas Mecânica utiliza o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar a receita de encomendas em curso acordada a preço fixo. O uso do método POC requer que sejam estimados os serviços realizados até a data-base do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.

(e) Benefícios de planos de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de aposentadoria.

As Empresas Usiminas determinam a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas que devam ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de aposentadoria. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, as Empresas Usiminas consideram as taxas de juros de títulos públicos mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de aposentadoria.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 26.

A Companhia e algumas de suas controladas reconhecem um passivo relacionado com a dívida contratada para cobertura da insuficiência de reservas.

Notas Explicativas

(f) Provisões para contingências

Como descrito na Nota 24, as Empresas Usiminas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos das Empresas Usiminas. A Administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(g) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

Conforme descrito na Nota 17 a depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros das Empresas Usiminas e consultores externos, que são revisados regularmente. A Administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

4.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

(a) Segregação de juros e variação monetária relacionados a aplicações financeiras e a empréstimos nacionais

A Companhia reavaliou a forma de interpretação e contabilização dos juros e correção monetária dos contratos indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) e pela Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”), e desde 2011 efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado é CDI. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica “Efeitos monetários”, no Resultado financeiro (Nota 33).

A Administração acredita que essa segregação está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades das Empresas Usiminas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado a taxa de juros, risco de preços de *commodities* e risco de preço do aço). O programa de gestão de risco global das Empresas Usiminas busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro das Empresas Usiminas decorrente da volatilidade dos mercados. As Empresas Usiminas utilizam instrumentos financeiros de derivativos para se proteger de certas exposições a risco.

A gestão dos riscos financeiros é realizada pela Diretoria Corporativa Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Comitê Financeiro e Conselho de Administração. Essa equipe avalia, acompanha e busca proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as demais unidades, entre elas, unidades operacionais, Suprimentos, Planejamento, entre outras, das Empresas Usiminas. O Conselho de Administração estabelece normas e políticas, por escrito, para a gestão de risco global, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, através do uso de instrumentos financeiros de derivativos e não derivativos e investimento de caixa.

(a) Política de utilização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros das Empresas Usiminas encontram-se registrados em contas patrimoniais. As Empresas Usiminas adotam uma política responsável de gestão de seus ativos e passivos financeiros, cujo acompanhamento é feito pelo Comitê Financeiro e pelo Conselho de Administração. A referida política tem o objetivo de: (i) manter a liquidez desejada, (ii) definir nível de concentração de suas operações e (iii) controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro. As Empresas Usiminas realizam operações de derivativos visando sempre proteger seus ativos e passivos financeiros e reduzir a volatilidade em seu fluxo de caixa, monitorando a exposição cambial, um possível descasamento entre moedas, preço de *commodities*, entre outros.

As Empresas Usiminas não possuem contratos de instrumentos financeiros sujeitos a margens de garantia.

Notas Explicativas

(b) Política de gestão de riscos financeiros

As Empresas Usiminas gerenciam seus riscos financeiros como fundamento para sua estratégia de crescimento e de um fluxo de caixa saudável. O objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, por meio do gerenciamento das taxas de câmbio, taxas de juros e condições de mercado. A gestão de riscos financeiros é determinada por meio de norma interna que estabelece as estratégias de gerenciamento de riscos e a política de proteção patrimonial, permitindo a realização de operações de *hedge* (proteção) e por meio das decisões do Comitê Financeiro, criado em 10 de junho de 2009, que se reúne periodicamente. As Empresas Usiminas não tem a prática de efetuar operações especulativas. Os procedimentos de controles internos das Empresas Usiminas proporcionam o acompanhamento de forma consolidada dos resultados financeiros e dos impactos no fluxo de caixa. Os principais parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos são: taxas de câmbio, taxas de juros, preços de matérias-primas e produtos. As operações de derivativos são realizadas com instituições financeiras de primeira linha, as quais são monitoradas regularmente pela USIMINAS, com avaliação de limites e exposições de risco de crédito das suas contrapartes.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos e aplicações em bancos, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

A política de vendas das Empresas Usiminas se subordina às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Adicionalmente, existe um Comitê de Crédito composto de especialistas das áreas financeira e comercial, que avaliam e acompanham o risco dos clientes. Esse objetivo é obtido por meio de uma análise criteriosa e da seleção de clientes de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento e balanço patrimonial e por meio da diversificação de suas contas a receber de clientes (pulverização do risco).

A Companhia conta ainda com provisão para devedores duvidosos, no valor de R$98.382 em 31 de dezembro de 2012 (31 de dezembro de 2011 - R$107.868), que representa 9,4% (31 de dezembro de 2011 - 12,1%), do saldo de contas a receber de clientes em aberto nessa data. Em termos consolidados, essa provisão totalizou R$116.786 (31 de dezembro de 2011 - R$126.149), que representa 6,9% (31 de dezembro de 2011 – 9,1%) do saldo de contas em receber de clientes em aberto nessa data.

No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, as Empresas Usiminas têm como política trabalhar com instituições de primeira linha. São aceitos somente títulos e papéis de entidades classificadas com *rating* mínimo "A-" pelas agências de *rating* internacionais. Nenhuma instituição financeira detém isoladamente mais de 20% do total das aplicações financeiras e demais investimentos das Empresas Usiminas.

Notas Explicativas

(d) Risco de liquidez

A Companhia adota uma política responsável de gestão de seus ativos e passivos financeiros, cujo acompanhamento é feito sistematicamente pelo Comitê Financeiro e pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes das Empresas Usiminas por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e *rating* visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar risco de liquidez.

A previsão do fluxo de caixa é elaborada com base no Orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. Essa previsão leva em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento da dívida das Empresas Usiminas. Em todo o trabalho, é observado o cumprimento de cláusulas de *covenants* e recomendação interna do nível de alavancagem. A Tesouraria monitora as previsões contidas no fluxo de caixa direto da Companhia, diariamente, para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, de investimentos e ao devido cumprimento de pagamento de suas obrigações. Adicionalmente, a Companhia possui linhas de crédito contratadas para aumentar e fortalecer a sua posição de liquidez.

O caixa mantido pelas Empresas Usiminas é gerenciado pela Diretoria Corporativa Financeira, que o investe em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Operações Compromissadas, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados que atendam à liquidez adequada. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantinha fundos de curto prazo no montante de R$1.251.103 (31 de dezembro de 2011 - R$363.586) e títulos e valores mobiliários no montante de R$9.137 (31 de dezembro de 2011 - R$124.396). No Consolidado, os fundos de curto prazo totalizavam R$3.180.764 (31 de dezembro de 2011 - R$2.901.312) e os títulos e valores mobiliários totalizavam R$1.537.558 (31 de dezembro de 2011 - R$2.289.383).

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros não derivativos das Empresas Usiminas e os passivos financeiros derivativos que são realizadas, pelo saldo líquido, por essas mesmas empresas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos são incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Notas Explicativas

	Controladora			
	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Em 31 de dezembro de 2012				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.833.050			
Empréstimos e financiamentos	1.768.499	3.381.941	3.974.412	
Debêntures	259.410			
Obrigações com arrendamento financeiro	413			
Instrumentos financeiros derivativos	19.769	36.173	(74.719)	(227.754)
Em 31 de dezembro de 2011				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.270.212			
Empréstimos e financiamentos	1.261.522	1.749.961	4.302.578	1.103.932
Debêntures	293.260	263.789		
Obrigações com arrendamento financeiro	4.036	835		
Instrumentos financeiros derivativos	(42.161)	(21.831)	138.392	302.310

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Em 31 de dezembro de 2012				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	2.283.644			
Empréstimos e financiamentos	1.827.834	3.341.425	2.460.483	1.067
Debêntures	259.410			
Bond	27.492	51.799	779.034	
Obrigações com arrendamento financeiro	1.247	841	127	
Instrumentos financeiros derivativos	(13.036)	11.148	9.100	22.186
Em 31 de dezembro de 2011				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.462.373			
Empréstimos e financiamentos	1.347.108	1.823.264	4.453.421	1.162.083
Debêntures	293.260	263.789		
Bond	85.348	85.348	615.731	831.917
Obrigações com arrendamento financeiro	7.549	1.232		
Instrumentos financeiros derivativos	(42.128)	(19.238)	138.138	302.310

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para fornecedores, empreiteiros e fretes, empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros derivativos e outras obrigações.

Dos valores relacionados acima na coluna “Menos de 1 ano” referente a empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2012, a Companhia pretende amortizar R$935.337 no primeiro trimestre de 2013.

Notas Explicativas

(e) Riscos de mercado

(i) Risco cambial

As Empresas Usiminas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos e em menor escala, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A política financeira das Empresas Usiminas destaca que as operações de derivativos têm como objetivos reduzir seus custos, diminuir a volatilidade no fluxo de caixa, reduzir a exposição cambial e evitar o descasamento entre moedas.

Como medida preventiva e de redução dos efeitos da variação cambial, a Administração tem adotado como política efetuar operações de *swap* e *Non Deliverable Forwards* (NDF) e, adicionalmente, ter seus ativos vinculados à correção cambial, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	**31/12/2011**	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Ativos em moeda estrangeira				
Caixa e equivalentes de caixa	76.310	85.588	179.249	107.213
Títulos e valores mobiliários	9.137	124.396	1.537.558	2.289.383
Contas a receber e contas correntes empresas ligadas	155.102	231.694	439.528	244.855
Adiantamentos a fornecedores	3.421	87.860	3.421	87.860
Instrumentos financeiros derivativos (i)	246.531	374.753	(29.398)	(125.403)
Investimentos	1.687.894	2.207.535		
	2.178.395	3.111.826	2.130.358	2.603.908
Passivos em moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos	(3.953.711)	(4.547.737)	(3.810.426)	(4.248.216)
Fornecedores, empreiteiros e fretes	(741.560)	(606.751)	(762.769)	(617.061)
Adiantamento de clientes	(45.223)	(2.998)	(44.724)	(4.805)
Demais contas a pagar		(5.172)	10.324	(543.965)
	(4.740.494)	(5.162.658)	(4.607.595)	(5.414.047)
Exposição líquida	(2.562.099)	(2.050.832)	(2.477.237)	(2.810.139)

(i) Resultado líquido das operações de *swap.* Os contratos de *swap* da Companhia no Brasil são amparados pelo instrumento Contrato Geral de Derivativos (CGD) e registrados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). No exterior, são amparados por contratos da International Swaps and Derivatives Association, Inc. (ISDA).

Notas Explicativas

Em conjunto com a posição líquida de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2012, anteriormente demonstrada, deve-se considerar o saldo líquido, previsto para o ano de 2013, entre as contas de exportação e importação. Cerca de 21% da receita líquida (não auditado) das Empresas Usiminas resultam das vendas ao mercado externo. Desta forma, a Companhia possui um *hedge* natural, de uma fonte estável em moeda forte, que representou cerca de US$1.271.351 mil (R$2.598.005) (não auditado) no exercício de 2012.

Os valores dos empréstimos e financiamentos e das debêntures das Empresas Usiminas são mantidos nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Real	4.161.227	4.389.077	4.344.234	4.514.426
Euro	29.541	35.564	29.541	35.564
Dólar norte-americano	2.341.716	2.890.357	3.778.033	4.209.729
Iene	1.582.454	1.621.816	2.852	2.923
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	8.114.938	8.936.814	8.154.660	8.762.642

O impacto relacionado a variações nas taxas de câmbio (análise de sensibilidade) está demonstrado na Nota 5.4(b).

(ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado a taxa de juros

O risco de taxa de juros das Empresas Usiminas decorre de empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos emitidos às taxas variáveis expõem as Empresas Usiminas ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem as Empresas Usiminas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

As Empresas Usiminas não têm ativos significativos em que incidam juros.

A política financeira das Empresas Usiminas destaca que as operações de derivativos têm como objetivos reduzir o risco por meio da substituição de taxas de juros flutuantes por taxas de juros fixas ou substituir as taxas de juros baseadas em índices internacionais por taxas de juros baseadas em índices em moeda local, de acordo com as orientações do Comitê Financeiro.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os empréstimos e financiamentos das Empresas Usiminas, às taxas variáveis, eram denominados em reais, dólar dos Estados Unidos, iene e em euro.

Notas Explicativas

As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2012	%	31/12/2011	%	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Empréstimos e financiamentos								
Préfixada	1.731.391	21	1.686.101	20	1.497.319	18	1.282.411	15
TJLP	923.052	11	1.057.603	6	959.700	12	1.120.181	13
Libor	2.343.751	29	2.798.469	36	2.501.209	31	2.966.956	34
CDI	2.869.615	36	2.789.071	30	2.947.977	36	2.823.255	32
Outras	(10.535)		81.151	1	(9.209)		45.420	1
	7.857.274	97	8.412.395	93	7.896.996	97	8.238.223	94
Debêntures								
CDI	257.664	3	524.419	7	257.664	3	524.419	6
	8.114.938	100	8.936.814	100	8.154.660	100	8.762.642	100

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para o gerenciamento de riscos referentes às oscilações das taxas de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, como a fixação da taxa da Libor em alguns casos. O objetivo é minimizar os riscos referentes às oscilações das taxas de juros nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e, em alguns casos, em moeda nacional. No exterior, os contratos de empréstimos e financiamentos são amparados por contratos ISDAs e, quando as operações são contratadas localmente, essas são amparadas por contratos CGDs.

(iii) Risco de preço de *commodities* e de preço de aço

Este risco está relacionado com a oscilação no preço das matérias-primas e dos insumos (*commodities*) utilizados no processo de produção e do preço de venda do aço. A contratação de operações de NDF busca a proteção econômica de exportações e importações nos fluxos da Companhia.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos das Empresas Usiminas ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos e de devolução de capital aos acionistas ou ainda emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Notas Explicativas

Condizente com outras companhias do setor, as Empresas Usiminas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, valores a pagar para a Previdência Usiminas – Plano PBD e tributos parcelados (incluindo operações de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído o montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

A estratégia das Empresas Usiminas é a de manter o índice de alavancagem financeira em índices inferiores àqueles previstos nos contratos de empréstimos e financiamentos (*covenants*) e em uma classificação de crédito “BBB-“.

O índice de alavancagem financeira em relação ao EBITDA ajustado (não auditado) é de 4,67 vezes em 31 de dezembro de 2012 (31 de dezembro de 2011 - 3,11 vezes).

O EBITDA ajustado é calculado adicionando-se ao lucro líquido (prejuízo) do exercício o resultado das operações descontinuadas, o imposto de renda e contribuição social, a participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas, o resultado financeiro, depreciação, amortização e exaustão e outras adições e exclusões.

Adicionalmente, demonstramos o cálculo do índice de alavancagem financeira considerando a dívida líquida como um percentual do capital total. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	Consolidado	
	31/12/2012	**31/12/2011**
Total dos empréstimos e financiamentos, debêntures, dívida Plano PBD e tributos parcelados	8.445.861	9.117.254
Menos: caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(4.718.322)	(5.190.695)
Dívida líquida	3.727.539	3.926.559
Total do patrimônio líquido	18.513.073	19.014.205
Total do capital	22.240.612	22.940.764
Índice de alavancagem financeira	17%	17%

Notas Explicativas

5.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que o saldo contábil do contas a receber de clientes menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa seja próximo de seu valor justo devido ao seu curto vencimento. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para as Empresas Usiminas para instrumentos financeiros similares.

Para as operações de *swap* e NDF, as posições ativas e passivas são calculadas pela Companhia de forma independente, utilizando a metodologia de marcação a mercado de acordo com as taxas praticadas e verificadas em divulgações do *site* da BM&F, Broadcast e Bloomberg. No caso de não existir negociação para o prazo do portfólio da Companhia, é utilizada a metodologia de interpolação para encontrar as taxas referentes aos prazos específicos. Em ambos os casos, é calculado o valor presente dos fluxos. A diferença entre os valores a pagar e a receber é o valor justo das operações.

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

As Empresas Usiminas aplicam o CPC 40 e o IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação da mensuração do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços), seja indiretamente (derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (inserções não observáveis) (Nível 3).

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo por meio do resultado:

(i) Controladora

			31/12/2012
	Nível 1	**Nível 2**	**Saldo total**
Ativos			
- Instrumentos financeiros derivativos		303.796	303.796
Caixa e equivalentes de caixa			
- CDBs	1.146.932		1.146.932
Total do ativo	1.146.932	303.796	1.450.728
Passivos			
- Instrumentos financeiros derivativos		57.265	57.265
Total do passivo		57.265	57.265

			31/12/2011
	Nível 1	**Nível 2**	**Saldo total**
- Instrumentos financeiros derivativos		442.332	442.332
Caixa e equivalentes de caixa			
- CDBs	248.619		248.619
Total do ativo	248.619	442.332	690.951
Passivos			
- Instrumentos financeiros derivativos		67.579	67.579
Total do passivo		67.579	67.579

Notas Explicativas

(ii) Consolidado

			31/12/2012
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
- Instrumentos financeiros derivativos		336.601	336.601
Caixa e equivalentes de caixa			
- CDBs	2.921.917		2.921.917
Total do ativo	2.921.917	336.601	3.258.518
Passivos			
- Instrumentos financeiros derivativos		365.999	365.999
Total do passivo		365.999	365.999

			31/12/2011
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
- Instrumentos financeiros derivativos		465.436	465.436
Caixa e equivalentes de caixa			
- CDBs	2.721.957		2.721.957
Total do ativo	2.721.957	465.436	3.187.393
Passivos			
- Instrumentos financeiros derivativos		590.839	590.839
Total do passivo		590.839	590.839

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, sendo que aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelas Empresas Usiminas é o preço de transações atuais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1 e compreendem principalmente os investimentos em CDBs classificados como títulos para negociação.

Notas Explicativas

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento é incluído no Nível 3. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, as Empresas Usiminas não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- Valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

(b) Valor justo de empréstimos e financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos, com exceção de operações de mercado de capitais, aproxima-se do valor justo. Nas operações de mercado de capitais, como debêntures e *bonds*, o valor justo reflete o valor praticado no mercado. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado é apurada de acordo com taxas divulgadas no *site* da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), Broadcast e Bloomberg e pode ser assim sumariada:

	Controladora			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos bancários – moeda estrangeira	2.371.257	2.371.257	2.925.921	2.925.921
Empréstimos bancários – moeda nacional	3.903.563	3.903.563	3.864.658	3.864.658
Debêntures	257.664	257.664	524.419	524.642
Bonds	1.582.454	1.582.454	1.621.816	1.621.816
	8.114.938	8.114.938	8.936.814	8.937.037

Notas Explicativas

	Consolidado			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos bancários – moeda estrangeira	2.556.066	2.556.066	3.096.796	3.096.796
Empréstimos bancários – moeda nacional	4.086.570	4.086.570	3.990.007	3.990.007
Debêntures	257.664	257.664	524.419	524.642
Bonds	1.254.360	1.283.893	1.151.420	1.133.824
	8.154.660	8.184.193	8.762.642	8.745.269

Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos não divergem significativamente dos valores contábeis desses, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

(c) Demais ativos e passivos financeiros

O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros não diverge significativamente dos valores contábeis desses, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

Notas Explicativas

5.4 Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade

Na elaboração da análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros derivativos, foram utilizadas cotações do mercado financeiro, disponibilizadas por instituições financeiras e provedores de informações financeiras (Broadcast, Bloomberg, BM&F). As referidas cotações foram utilizadas no cálculo dos valores futuros das operações de *swap* e NDF para o cenário considerado "provável" pela Administração. Adicionalmente, os Cenários II e III foram calculados com deterioração de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada provável pela Administração.

(a) Risco cambial e de taxa de juros

(i) Controladora

		Ganho(Perda) 31/12/2012		
Operação	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Swap	Alta do CDI	15.723	13.532	11.365
Swap	Baixa da LIBOR	(32.335)	(34.227)	(36.119)
Swap	Baixa do Zinco	640	(803)	(2.247)
NDF	Alta do US$	2.953	(79.955)	(162.862)

		Ganho(Perda) 31/12/2011		
Operação	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Swap	Alta do CDI	(8.897)	(25.269)	(41.676)
Swap	Baixa da LIBOR	(40.287)	(45.977)	(51.668)
Swap	Baixa do Zinco	(1.403)	(3.206)	(5.009)
NDF	Alta do US$	(814)	(37.914)	(75.015)

Notas Explicativas

(ii) Consolidado

		31/12/2012		
		Ganho(Perda)		
Operação	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Swap	Alta do CDI	14.863	12.037	9.234
Swap	Baixa da LIBOR	(32.335)	(34.227)	(36.119)
Swap	Baixa do Zinco	640	(803)	(2.247)
NDF	Alta do US$	2.953	(79.955)	(162.862)

		31/12/2011		
		Ganho(Perda)		
Operação	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Swap	Alta do CDI	(4.526)	(21.323)	(38.150)
Swap	Baixa da LIBOR	(40.287)	(45.977)	(51.668)
Swap	Baixa do Zinco	(1.403)	(3.206)	(5.009)
NDF	Alta do US$	(814)	(37.914)	(75.015)

Notas Explicativas

(b) Análise de sensibilidade dos empréstimos e financiamentos

(i) Controladora

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade Empréstimos e financiamentos **31/12/2012**

		Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
	Dólar	2,0435	2,5544	3,0653
	EUR	2,6954	3,3693	4,0431
	JPY	0,0237	0,0297	0,0356

Operação	Risco	Saldo	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos e financiamentos vinculados ao US$	Alta do USD	2.341.716	2.341.716	2.927.145	3.512.574
Empréstimos e financiamentos vinculados ao EUR	Alta do EUR	29.541	29.541	36.926	44.312
Empréstimos e financiamentos vinculados ao JPY	Alta do JPY	1.582.454	1.582.454	1.978.068	2.373.681

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade Empréstimos e financiamentos **31/12/2011**

		Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
	Dólar	1,8758	2,3448	2,8137
	EUR	2,4342	3,0428	3,6513
	JPY	0,0243	0,0304	0,0365

Operação	Risco	Saldo	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos e financiamentos vinculados ao US$	Alta do USD	2.890.357	2.890.357	3.612.946	4.335.536
Empréstimos e financiamentos vinculados ao EUR	Alta do EUR	35.564	35.564	44.455	53.346
Empréstimos e financiamentos vinculados ao JPY	Alta do JPY	1.621.816	1.621.816	2.027.270	2.432.724

(ii) Consolidado

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade Empréstimos e financiamentos **31/12/2012**

		Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
	Dólar	2,0435	2,5544	3,0653
	EUR	2,6954	3,3693	4,0431
	JPY	0,0237	0,0297	0,0356

Operação	Risco	Saldo	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos e financiamentos vinculados ao US$	Alta do USD	3.778.033	3.778.033	4.722.541	5.667.050
Empréstimos e financiamentos vinculados ao EUR	Alta do EUR	29.541	29.541	36.926	44.312
Empréstimos e financiamentos vinculados ao JPY	Alta do JPY	2.852	2.852	3.565	4.278

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade Empréstimos e financiamentos **31/12/2011**

		Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
	Dólar	1,8758	2,3448	2,8137
	EUR	2,4342	3,0428	3,6513
	JPY	0,0243	0,0304	0,0365

Operação	Risco	Saldo	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos e financiamentos vinculados ao US$	Alta do USD	4.209.729	4.209.729	5.262.161	6.314.594
Empréstimos e financiamentos vinculados ao EUR	Alta do EUR	35.564	35.564	44.455	53.346
Empréstimos e financiamentos vinculados ao JPY	Alta do JPY	2.923	2.923	3.654	4.385

Considerando a variação das moedas estrangeiras em 5% frente ao real, o impacto dessa variação sobre os empréstimos e financiamentos seria de R$197.686 (31 de dezembro 2011 – R$277.387) na Companhia e de R$190.521 (31 de dezembro 2011 – R$212.411) no Consolidado.

Os saldos líquidos de contas a receber, títulos e valores mobiliários e fornecedores em moeda estrangeira não são relevantes, portanto não oferecem riscos relevantes decorrentes da variação na taxa de câmbio.

Notas Explicativas

6 Instrumentos financeiros de derivativos

As Empresas Usiminas participam em operações de *swap* e NDF com o objetivo de proteger e gerenciar os riscos inerentes à variação de moedas estrangeiras, taxas de juros, preços, entre outros. Essas operações visam reduzir a exposição cambial e as alterações bruscas em preços de *commodities* (principalmente alumínio, níquel, cobre e zinco). As Empresas Usiminas não possuem instrumentos financeiros com fins especulativos. A Companhia tem por política não liquidar as suas operações antes dos seus respectivos vencimentos originais e não efetuar pagamentos antecipados de seus instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

As operações de instrumentos financeiros derivativos podem ser sumariadas como segue:

(a) Controladora

		INDEXADOR		VALOR DE REFERÊNCIA (valor contratado - Nocional)				VALOR JUSTO (MERCADO) -CONTÁBIL				Resultado do período
Faixas de vencimento mês/ano		31/12/2012		31/12/2012		31/12/2011		31/12/2012		31/12/2011		31/12/2012
		Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Ganho (perda)
PROTEÇÃO DE TAXAS DE CÂMBIO (SWAP)												
Credit Suisse	02/09 a 02/14	Libor + 4% a.a	100% CDI	US$ 30.000	US$ 30.000	US$ 70.000	US$ 70.000	2.953	(3.156)	6.737	(12.816)	(556)
Pre-pagamento Citibank	10/09 a 03/15	Libor + 1,35% a.a.	4,23% a.a.	US$ 300.000	US$ 300.000	US$ 300.000	US$ 300.000	562.400	(580.443)	555.126	(580.281)	(6.033)
Pre-pagamento HSBC	10/09 a 03/13	Libor + 1,10% a.a.	3,3375%	US$ 128.871	US$ 128.871	US$ 300.000	US$ 300.000	175.753	(176.950)	483.124	(489.146)	(1.858)
Banco do Brasil S.A	05/10 a 03/13	Taxa pré-fixada 11,48% a.a.	98% CDI	R$ 300.000	R$ 300.000	R$ 300.000	R$ 300.000	407.379	(387.904)	367.894	(357.599)	9.180
MERRIL LYNCH	09/10 a 03/17	Libor + 0,83%	3,05% a.a.	US$ 96.000	US$ 96.000	US$ 96.000	US$ 96.000	193.591	(204.104)	168.468	(176.610)	(5.328)
ABN AMRO	01/08 a 01/18	Yen + 4,1165% a.a.	Dólar + 7,34% a.a.	JPY 42.952.000	US$ 400.000	JPY 42.952.000	US$ 400.000	1.217.765	(1.070.078)	1.191.394	(934.863)	(20.245)
ABN AMRO	06/06 a 06/16	Yen + 4,275% a.a	Dólar + 8,25% a.a.	JPY 22.800.000	US$ 200.000	JPY 22.800.000	US$ 200.000	617.158	(510.708)	615.282	(457.413)	(161.216)
Bradesco	10/12 a 01/13	Dólar a 2,0702	PTAX de Venda	US$66.369	US$66.369			136.993	(135.630)			1.363
Votorantim	10/12 a 02/13	Dólar a 2,0800	PTAX de Venda	US$20.824	US$20.824			42.944	(42.747)			197
Credit Agricole	11/12 a 02/13	Dólar a 2,0789	PTAX de Venda	US$39.746	US$39.746			81.922	(81.590)			332
Hsbc	11/12 A 03/13	Dólar a 2,0857	PTAX de Venda	US$34.159	US$34.159			70.251	(69.903)			348
								3.509.109	(3.263.213)	3.388.025	(3.008.728)	(183.816)
							Saldo contábil (posição ativa líquida posição passiva)		245.896		379.297	(183.816)
											Resultado com operações liquidadas	(439)
											Resultado no período - Receitas (despesas) financeiras	(184.255)
PROTEÇÃO DE PREÇO DE PRODUTO E CÂMBIO(NDF)												
HSBC Bank	17/1/2012	Dólar a 1,843	PTAX de Venda			USD 3.410	USD 3.410			6.255	(6.361)	
HSBC Bank	15/2/2012	Dólar a 1,843	PTAX de Venda			USD 35.378	USD 35.378			64.360	(66.100)	
Goldman Sacks	17/1/2012	Dólar a 1,8408	PTAX de Venda			USD 8.328	USD 8.328			15.258	(15.536)	
MERRIL LYNCH	15/2/2012	Dólar a 1,8513	PTAX de Venda			USD 13.989	USD 13.989			25.565	(26.138)	
MERRIL LYNCH	15/3/2012	Dólar a 1,8609	PTAX de Venda			USD 14.191	USD 14.191			25.873	(26.502)	
Citibank	15/3/2012	Dólar a 1,9382	PTAX de Venda			USD 4.368	USD 4.368			8.295	(8.029)	
								-	-	145.606	(148.666)	-
							Saldo contábil (posição ativa líquida posição passiva)		-		(3.060)	-
											Resultado com operações liquidadas	12.834
											Resultado no período - Receitas (despesas) operacionais	12.834
PROTEÇÃO DE PREÇO DE PRODUTO - COMMODITIES												
SANTANDER SA (ZINCO)	31/1/2012	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 1.387	USD 1.387			1.879	(2.602)	
Citibank (ZINCO)	2/3/2012	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 1.412	USD 1.412			1.926	(2.649)	
Barclays (ZINCO)	2/2/2012	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 148	USD 148			273	(277)	
Barclays (ZINCO)	2/3/2012	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 148	USD 148			274	(277)	
Barclays (ZINCO)	3/4/2012	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 148	USD 148			275	(277)	
Barclays (ZINCO)	3/5/2012	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 149	USD 149			276	(280)	
Barclays (ZINCO)	4/6/2012	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 149	USD 149			276	(280)	
Barclays (ZINCO)	3/7/2012	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 149	USD 149			277	(280)	
Barclays (ZINCO)	2/8/2012	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 151	USD 151			278	(283)	
Barclays (ZINCO)	4/9/2012	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 151	USD 151			279	(283)	
Barclays (ZINCO)	2/10/2012	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 151	USD 151			280	(283)	
Barclays (ZINCO)	5/11/2012	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 151	USD 151			281	(284)	
Barclays (ZINCO)	4/12/2012	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 151	USD 151			282	(284)	
Barclays (ZINCO)	3/1/2013	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 151	USD 151			283	(284)	
BRADESCO S.A. (ZINCO)	28/2/2013	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax	USD 1.312	USD 1.312			3.003	(2.681)			320
ABC BRASIL S.A. (ZINCO)	1/2/2013	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax	USD 1.310	USD 1.310			2.991	(2.678)			314
TOTAL								5.994	(5.359)	7.139	(8.623)	634
							Saldo contábil (posição ativa líquida posição passiva)		635		(1.484)	634
											Resultado com operações liquidadas	(980)
											Resultado no período - Custo das Vendas	(346)
							Saldo contábil (posição ativa líquida posição passiva)		**246.531**		**374.753**	**(183.182)**
											Resultado com operações liquidadas	**11.415**
											Resultado no total com Instrumentos financeiros	**(171.767)**

Notas Explicativas

(b) Consolidado

		INDEXADOR		VALOR DE REFERÊNCIA (valor contratado - Nocional)				VALOR JUSTO (MERCADO) -CONTÁBIL				Resultado do período
Faixas de vencimento mês/ano		31/12/2012		31/12/2012		31/12/2011		31/12/2012		31/12/2011		31/12/2012
		Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Ganho (perda)
PROTEÇÃO DE TAXAS DE CÂMBIO (SWAP)												
Credit Suisse	02/09 a 02/14	Libor + 4% a.a	100% CDI	US$ 30.000	US$ 30.000	US$ 70.000	US$ 70.000	2.953	(3.156)	6.737	(12.816)	(556)
Pre-pagamento Citibank	10/09 a 03/15	Libor + 1,35% a.a.	4,23% a.a.	US$ 300.000	US$ 300.000	US$ 300.000	US$ 300.000	562.400	(580.443)	555.126	(580.281)	(6.033)
Pre-pagamento HSBC	10/09 a 03/13	Libor + 1,10% a.a.	3,3375%	US$ 128.871	US$ 128.871	US$ 300.000	US$ 300.000	175.753	(176.950)	483.124	(489.146)	(1.858)
Banco do Brasil S.A	05/10 a 03/13	Taxa pré-fixada 11,48% a.a.	98% CDI	R$ 300.000	R$ 300.000	R$ 300.000	R$ 300.000	407.379	(387.904)	367.894	(357.599)	9.180
MERRIL LYNCH	09/10 a 03/17	Libor + 0,83%	3,05% a.a.	US$ 96.000	US$ 96.000	US$ 96.000	US$ 96.000	193.591	(204.104)	168.468	(176.610)	(5.328)
ABN AMRO	01/08 a 01/18	Yen + 4,1165% a.a.	Dólar + 7,34% a.a.	JPY 42.952.000	US$ 400.000	JPY 42.952.000	US$ 400.000	1.217.765	(1.070.078)	1.191.394	(934.863)	(20.245)
ABN AMRO	06/06 a 06/16	Yen + 4,275% a.a	Dólar + 8,25% a.a.	JPY 22.800.000	US$ 200.000	JPY 22.800.000	US$ 200.000	617.158	(510.708)	615.282	(457.413)	(161.216)
Bradesco	10/12 a 01/13	Dólar a 2,0702	PTAX de Venda	US$66.369	US$66.369			136.993	(135.630)			1.363
Votorantim	10/12 a 02/13	Dólar a 2,0800	PTAX de Venda	US$20.824	US$20.824			42.944	(42.747)			197
Credit Agricole	11/12 a 02/13	Dólar a 2,0789	PTAX de Venda	US$39.746	US$39.746			81.922	(81.590)			332
Hsbc	11/12 A 03/13	Dólar a 2,0857	PTAX de Venda	US$34.159	US$34.159			70.251	(69.903)			348
ABN AMRO	06/06 a 06/16	Dólar + 8,25 a.a.	Yen + 4,275 % a.a.	US$200.000	JPY 22.800.000	US$200.000	JPY 22.800.000	517.346	(627.699)	492.767	(673.122)	167.346
ABN AMRO	01/08 a 01/18	Dólar + 7,25 a.a.	Yen + 4,1165 % a.a.	US$400.000	JPY42.952.000	US$400.000	JPY42.952.000	1.101.834	(1.270.604)	1.028.656	(1.352.657)	79.307
ITAU BBA	06/11 a 06/14	3,7 % a.a	106,50% CDI	US$24.000	US$24.000	US$30.000	US$30.000	23.172	(19.978)	36.126	(31.926)	17
								5.151.461	(5.181.494)	4.945.574	(5.066.433)	62.854
								Saldo contábil (posição ativa líquida posição passiva)	(30.033)		(120.859)	62.854
											Resultado com operações liquidadas	(439)
											Resultado no período - Receitas (despesas) financeiras	62.415
PROTEÇÃO DE PREÇO DE PRODUTO E CÂMBIO(NDF)												
HSBC Bank	17/1/2012	Dólar a 1,843	PTAX de Venda			USD 3.410	USD 3.410			6.255	(6.361)	
HSBC Bank	15/2/2012	Dólar a 1,843	PTAX de Venda			USD 35.378	USD 35.378			64.360	(66.100)	
Goldman Sacks	17/1/2012	Dólar a 1,8408	PTAX de Venda			USD 8.328	USD 8.328			15.258	(15.536)	
MERRIL LYNCH	15/2/2012	Dólar a 1,8513	PTAX de Venda			USD 13.989	USD 13.989			25.565	(26.138)	
MERRIL LYNCH	15/3/2012	Dólar a 1,8609	PTAX de Venda			USD 14.191	USD 14.191			25.873	(26.502)	
Citibank	15/3/2012	Dólar a 1,9382	PTAX de Venda			USD 4.368	USD 4.368			8.295	(8.029)	
								-	-	145.606	(148.666)	-
								Saldo contábil (posição ativa líquida posição passiva)	-		(3.060)	-
											Resultado com operações liquidadas	12.834
											Resultado no período - Receitas (despesas) operacionais	12.834
PROTEÇÃO DE PREÇO DE PRODUTO - COMMODITIES												
SANTANDER SA (ZINCO)	31/1/2012	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 1.387	USD 1.387			1.879	(2.602)	
Citibank (ZINCO)	2/3/2012	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 1.412	USD 1.412			1.926	(2.649)	
Barclays (ZINCO)	2/2/2012	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 148	USD 148			273	(277)	
Barclays (ZINCO)	2/3/2012	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 148	USD 148			274	(277)	
Barclays (ZINCO)	3/4/2012	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 148	USD 148			275	(277)	
Barclays (ZINCO)	3/5/2012	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 149	USD 149			276	(280)	
Barclays (ZINCO)	4/6/2012	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 149	USD 149			276	(280)	
Barclays (ZINCO)	3/7/2012	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 149	USD 149			277	(280)	
Barclays (ZINCO)	2/8/2012	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 151	USD 151			278	(283)	
Barclays (ZINCO)	4/9/2012	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 151	USD 151			279	(283)	
Barclays (ZINCO)	2/10/2012	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 151	USD 151			280	(283)	
Barclays (ZINCO)	5/11/2012	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 151	USD 151			281	(284)	
Barclays (ZINCO)	4/12/2012	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 151	USD 151			282	(284)	
Barclays (ZINCO)	3/1/2013	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax			USD 151	USD 151			283	(284)	
BRADESCO S.A. (ZINCO)	28/2/2013	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax	USD 1.312	USD 1.312			2.991	(2.678)			320
ABC BRASIL S.A. (ZINCO)	1/2/2013	Preço médio(Zn) x Ptax	Preço Compra(Zn) x Ptax	USD 1.310	USD 1.310			3.003	(2.681)			314
TOTAL								5.994	(5.359)	7.139	(8.623)	634
								Saldo contábil (posição ativa líquida posição passiva)	635		(1.484)	634
											Resultado com operações liquidadas	(980)
											Resultado no período - Custo das Vendas	(346)
								Saldo contábil (posição ativa líquida posição passiva)	**(29.398)**		**(125.403)**	**63.488**
											Resultado com operações liquidadas	**11.415**
											Resultado no total com Instrumentos financeiros	**74.903**

Notas Explicativas

Os saldos contábeis das operações de instrumentos financeiros derivativos estão descritos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativo circulante	22.440	10.560	50.093	29.464
Ativo não circulante	281.356	431.772	286.508	435.972
Passivo circulante	(42.209)	(43.589)	(42.209)	(43.589)
Passivo não circulante	(15.056)	(23.990)	(323.790)	(547.250)
	246.531	374.753	(29.398)	(125.403)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
No custo das vendas	(346)	(9.970)	(346)	(9.970)
Nas outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	12.834	(3.877)	12.834	(3.877)
No resultado financeiro	(184.255)	58.622	62.415	(20.097)
	(171.767)	44.775	74.903	(33.944)

(c) Atividades de *hedge* – *hedge* de fluxo de caixa (*hedge accounting)*

Em 1º de agosto de 2011, a Companhia designou algumas operações de pré-pagamento de exportação como instrumento de proteção contra parte do risco cambial resultante das transações futuras altamente prováveis (exportações) e resolveu descontinuar a contabilização de *hedge accounting* das exportações a partir de 1º de outubro de 2012. Dessa forma o saldo reconhecido no Patrimônio Liquido em 31 de dezembro de 2012 de R$121.597 (31 de dezembro de 2011 - R$143.735), não sofrerá novas alterações oriundas de variação da taxa de câmbio e será reconhecido nos resultados da Companhia conforme a realização das exportações definidas como instrumento de *hedge* (Nota 3.7 (c)).

Notas Explicativas

A seguir estão apresentadas as operações de pré-pagamento de exportação designadas como instrumento de *hedge*:

				Controladora e Consolidado	
				Saldo do principal	
	Valor nominal US$ mil	Taxa de juros	Vencimento	31/12/2012	31/12/2011
BNP Paribas		Libor + 1,25% a.a.	2012		13.643
Club Deal (Mizuho, Tokio Mitsubishi, WestLB)		Libor + 0,65% a.a.	2012		112.548
Credit Suisse	30.000	Libor + 4% a.a.	2014	61.305	93.790
Bawag PSK		Libor + 2,317% a.a.	2012		13.534
Sindicato (HSBC)	358.442	Libor + 1,1% a 1,35% a.a.	2012 a 2015	732.476	1.045.089
	388.442			793.781	1.278.604
No passivo circulante				438.954	493.692
No passivo não circulante				354.827	784.912

O reconhecimento do *hedge accounting* no patrimônio líquido pode ser demonstrado como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Valor reconhecido no patrimônio líquido	(143.735)	(229.714)
Valor (adicionado) revertido do patrimônio líquido	33.543	11.933
Tributos sobre o lucro diferidos (34%)	(11.405)	74.046
Saldo de *hedge accounting* no patrimônio líquido	(121.597)	(143.735)

Até a data da descontinuação da contabilização de *hedge accounting,* a Companhia efetuou testes de efetividade prospectivo e retrospectivo em conformidade com o IAS 29/CPC 38. Esses testes apresentaram 100% de efetividade para as operações de pré-pagamento de exportação definidas como instrumentos de *hedge*, bem como para as exportações definidas como objeto de *hedge*.

Notas Explicativas

7 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Controladora

	Controladora					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	104.171	1.146.932	1.251.103	114.967	248.619	363.586
Títulos e valores mobiliários	9.137		9.137	124.396		124.396
Contas a receber de clientes	949.368		949.368	783.520		783.520
Instrumentos financeiros - *swap*		303.796	303.796		442.332	442.332
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	114.557		114.557	144.456		144.456
	1.177.233	1.450.728	2.627.961	1.167.339	690.951	1.858.290

	Controladora					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos						
Empréstimos e financiamentos e debêntures		8.114.618	8.114.618		8.933.731	8.933.731
Obrigações de arrendamento financeiro		320	320		3.083	3.083
Instrumentos financeiros – *swap*	57.265		57.265	67.579		67.579
Fornecedores, empreiteiros e fretes		1.833.050	1.833.050		1.270.212	1.270.212
	57.265	9.947.988	10.005.253	67.579	10.207.026	10.274.605

Notas Explicativas

(b) Consolidado

	Consolidado					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	258.847	2.921.917	3.180.764	179.355	2.721.957	2.901.312
Títulos e valores mobiliários	1.537.558		1.537.558	2.289.383		2.289.383
Contas a receber de clientes	1.568.085		1.568.085	1.254.435		1.254.435
Instrumentos financeiros - *swap*		336.601	336.601		465.436	465.436
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	172.792		172.792	304.881		304.881
	3.537.282	3.258.518	6.795.800	4.028.054	3.187.393	7.215.447

	Consolidado					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos						
Empréstimos e financiamentos e debêntures		8.154.340	8.154.340		8.755.998	8.755.998
Obrigações de arrendamento financeiro		320	320		6.644	6.644
Instrumentos financeiros – *swap*	365.999		365.999	590.839		590.839
Fornecedores, empreiteiros e fretes		2.283.644	2.283.644		1.462.373	1.462.373
	365.999	10.438.304	10.804.303	590.839	10.225.015	10.815.854

Notas Explicativas

8 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Contas a receber de clientes				
Contrapartes com classificação externa de crédito				
AAA a AA	17.278	12.960	158.537	12.960
BBB a B	78.733	37.051	620.652	126.704
	96.011	50.011	779.189	139.664
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Grupo 1	35.870	10.205	45.431	39.660
Grupo 2	415.334	593.408	140.654	733.419
Grupo 3	402.153	129.896	602.811	341.692
	853.357	733.509	788.896	1.114.771
	949.368	783.520	1.568.085	1.254.435

- Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de 6 meses).
- Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de 6 meses) sem inadimplência no passado ou inadimplência de até 90 dias.
- Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de 6 meses) com inadimplência no passado acima de 90 dias. Todas as inadimplências foram totalmente recuperadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo				
AAA	1.148.033	317.076	2.599.812	2.388.257
AA+	32.865	8.347	415.042	427.509
AA-	19.956	18.386	64.694	65.291
A+	50.249	19.727	88.468	19.743
Outros		50	12.748	512
	1.251.103	363.586	3.180.764	2.901.312

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Títulos e valores mobiliários				
AAA	9.137	99.809	778.369	1.758.212
AA		24.587	450.907	271.426
A				14.642
A+			308.282	245.103
	9.137	124.396	1.537.558	2.289.383

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros derivativos				
AAA	302.847	442.332	335.652	465.436
AA+	197		197	
Outros	752		752	
	303.796	442.332	336.601	465.436

Os *ratings* decorrentes de classificação externa foram extraídos de agências de *ratings* (Standard&Poor's, Moodys, Fitch).

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício.

Nenhum dos contas a receber com partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

Notas Explicativas

9 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os ativos financeiros conforme a seguir:

	Controladora					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Bancos conta movimento	27.861		27.861	29.379		29.379
Bancos conta movimento exterior	48.647		48.647	12.223		12.223
Certificados de depósitos bancários – CDBs (i)		1.146.932	1.146.932		248.619	248.619
Aplicações financeiras no exterior (*Time Deposit*)	27.663		27.663	73.365		73.365
	104.171	1.146.932	1.251.103	114.967	248.619	363.586

(i) Vide Nota 16 (d) (ii) – em 2012 ocorreu ingresso de recurso decorrente da redução de capital de subsidiárias no exterior**.**

	Consolidado					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Bancos conta movimento	79.598		79.598	72.142		72.142
Bancos conta movimento exterior	64.480		64.480	33.846		33.846
Certificados de depósitos bancários – CDBs		2.921.917	2.921.917		2.721.957	2.721.957
Aplicações financeiras no exterior (*Time Deposit*)	114.769		114.769	73.367		73.367
	258.847	2.921.917	3.180.764	179.355	2.721.957	2.901.312

As aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDBs) possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados à variação de 90% a 103% do certificado de depósito interbancário (CDI).

O valor justo dos CDBs é baseado nos percentuais do CDI. As taxas de CDI são obtidas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP).

As Empresas Usiminas não possuem contas garantidas.

Notas Explicativas

10 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários incluem ativos financeiros conforme a seguir:

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Aplicações financeiras no exterior (*Time Deposit*)		124.396
Certificados de depósitos bancários - CDBs	9.137	
	9.137	124.396

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Aplicações financeiras no exterior (*Time Deposit*)	1.528.421	2.289.383
Certificados de depósitos bancários - CDBs	9.137	
	1.537.558	2.289.383

As aplicações financeiras em CDBs são atreladas à variação de 90% a 103% do CDI**.** As aplicações financeiras no exterior são remuneradas às taxas préfixadas mais variação cambial.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos de dívida classificados como disponíveis para venda.

Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou *impaired*.

11 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Clientes no país	607.049	517.997	1.228.402	1.124.237
Clientes no exterior	142.854	144.948	298.815	238.468
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(98.382)	(107.868)	(116.786)	(126.149)
Contas a receber de clientes, líquidas	651.521	555.077	1.410.431	1.236.556
Contas a receber de partes relacionadas	297.847	228.443	157.654	17.879
	949.368	783.520	1.568.085	1.254.435

As contas a receber de clientes não possuem caráter de financiamento e estão avaliadas e registradas inicialmente pelo valor justo.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2012 as contas a receber de clientes nos montantes de R$248.554 na Controladora e R$366.609 no Consolidado encontravam-se vencidas, mas não *impaired* (31 de dezembro de 2011 – R$165.614 e R$315.450, respectivamente). Essas contas se referem a diversos clientes independentes que não possuem histórico de inadimplência recente.

Em 31 de dezembro de 2012 as contas a receber de clientes nos montantes de R$98.382 na Controladora e R$116.786 no Consolidado encontravam-se *impaired* e provisionadas (31 de dezembro de 2011 – R$107.868 e R$126.149, respectivamente).

A análise de vencimentos do contas a receber de clientes está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Valores a vencer	700.814	617.906	1.201.476	938.985
Vencidos:				
Até 30 dias	201.061	119.378	302.806	174.694
Entre 31 e 60 dias	20.477	5.997	24.264	54.723
Entre 61 e 90 dias	5.525	10.209	11.919	16.933
Entre 91 e 180 dias	13.839	28.494	16.267	47.580
Acima de 181 dias	106.034	109.404	128.139	147.669
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(98.382)	(107.868)	(116.786)	(126.149)
	949.368	783.520	1.568.085	1.254.435

As contas a receber de clientes das Empresas Usiminas são mantidas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Real	794.266	552.136	1.245.473	1.009.890
Dólar	151.240	227.664	318.720	240.825
Euro	3.862	3.720	3.892	3.720
	949.368	783.520	1.568.085	1.254.435

Notas Explicativas

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes das Empresas Usiminas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial em 1º de janeiro	(107.868)	(51.233)	(126.149)	(71.156)
Reversão (constituição) da provisão	9.486	(56.635)	9.363	(54.993)
Saldo final em 31 de dezembro	(98.382)	(107.868)	(116.786)	(126.149)

A constituição e a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes *impaired* foram registradas no resultado do exercício como “Despesas com vendas” . Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada anteriormente, antes da constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa. As Empresas Usiminas não mantêm nenhum título como garantia de contas a receber de clientes.

12 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Produtos acabados	799.618	1.143.730	1.017.748	1.463.147
Produtos em elaboração	953.396	1.706.518	999.910	1.752.084
Matérias-primas	511.677	514.088	875.478	857.639
Suprimentos e sobressalentes	603.674	729.966	710.943	807.774
Importações em andamento	35.654	108.890	42.316	109.184
Outros	81.201	60.481	133.787	69.048
	2.985.220	4.263.673	3.780.182	5.058.876

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía provisão para redução a valor de mercado e obsolescência de itens de estoques no valor de R$74.288 (31 de dezembro de 2011 - R$30.516). No Consolidado, essa provisão totalizou R$77.564(31 de dezembro de 2011 - R$43.481).

Em 31 de dezembro de 2012, o aumento da referida provisão gerou um efeito negativo no custo das vendas na demonstração do resultado no valor de R$43.772 (31 de dezembro de 2011 – receita de R$31.861). No Consolidado, esse efeito totalizou R$34.083 (31 de dezembro de 2011 – receita de R$38.934).

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía estoques no montante de R$15.547(31 de dezembro de 2011 - R$17.463) dados em garantia de processos judiciais.

Notas Explicativas

13 Impostos a recuperar

	Controladora			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
IRPJ antecipado	6.093		86.926	
CSLL antecipada	776		70.040	
PIS	24.124	276	67.331	2.480
COFINS	111.409	1.270	305.338	11.425
ICMS	185.747	56.807	110.464	95.165
Crédito Exportação – Reintegra (i)	37.626			
Outros	3.903	11.710	6.061	14.311
	369.678	70.063	646.160	123.381

	Consolidado			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
IRPJ antecipado	15.010		117.529	
CSLL antecipada	4.269		79.506	
PIS	24.845	572	80.049	2.929
COFINS	114.946	2.637	321.261	13.495
ICMS	253.335	117.377	156.618	123.847
Crédito Exportação – Reintegra (i)	37.626			
Outros	35.501	11.865	44.672	14.466
	485.532	132.451	799.635	154.737

(i) Refere-se ao Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras (Reintegra), cujo objetivo é o de restituir valores decorrentes de custos tributários residuais apurados na cadeia produtiva das empresas exportadoras. O Reintegra foi instituído pela Medida Provisória 540/2011 e regulamentado pelo Decreto 7633/2011. A sua base de cálculo representa 3% da receita de exportação. Em 2012, o Reintegra, inicialmente vigente até 2012, foi prorrogado até dezembro de 2013, através da MP 601/2012 de 28 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas

14 Imposto de renda e contribuição social

(a) Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais desses tributos, aplicáveis ao lucro antes da tributação, na controladora e no consolidado, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(931.089)	110.395	(641.106)	642.804
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Tributos sobre o lucro calculados às alíquotas nominais	316.570	(37.534)	217.976	(218.553)
Ajustes para apuração dos tributos sobre o lucro efetivos:				
Equivalência patrimonial (25% e 9%)	238.159	302.553	20.797	22.769
Juros sobre capital próprio (25% e 9%)		27.739		27.739
Exclusões (adições) permanentes (25% e 9%)	(277.622)	(30.999)	(279.387)	(34.955)
Incentivo fiscal			4.505	6.622
Lucro de controladas no exterior não tributável			125.574	91.604
Ajuste DIPJ (i)	18.087	(14.158)	15.991	(11.554)
Outros	(3.679)		4.350	2.576
Tributos sobre o lucro apurados	291.515	247.601	109.806	(113.752)
Corrente	27.041	7.924	(168.316)	(340.583)
Diferido	264.474	239.677	278.122	226.831
Tributos sobre o lucro (prejuízo) no resultado	291.515	247.601	109.806	(113.752)

(i) Declaração de Informações Economico-fiscais da Pessoa Jurídica.

As diferenças entre as bases fiscais dos ativos e as dos passivos incluídos nos registros contábeis, preparados de acordo com o IFRS e o CPC, foram reconhecidas como diferenças temporárias para fins de contabilização dos impostos diferidos em contrapartida da despesa (ou receita) no resultado.

Não há itens de imposto corrente apresentados no patrimônio líquido destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos e a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativo e passivo, constituídos às alíquotas nominais, são demonstrados como segue:

(i) Controladora

	31/12/2011	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	31/12/2012
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízos fiscais	715.429		170.585	886.014
Provisões temporárias				
Passivo atuarial	341.349		51.167	392.516
Passivos contingentes	65.696		38.363	104.059
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.248		(18.476)	772
Provisão para ajustes de estoque			25.259	25.259
Lucros não realizados nos estoques	5.024		(815)	4.209
Juros sobre capital próprio	27.736		(27.736)	
Hedge accounting			62.642	62.642
Provisão para participação nos lucros			21.820	21.820
Variação cambial ativa sobre empréstimos e financiamentos			59.931	59.931
Outros	13.024		3.796	16.820
Total ativo	1.187.506		386.536	1.574.042
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Variação cambial diferida	155.221		(34.239)	120.982
Depreciação incentivada	39.521		(4.633)	34.888
Ajuste de passivo atuarial		(129.181)	129.181	
Hedge accounting		11.405	(11.405)	
Depreciação taxa fiscal	228.341			228.341
Diferença temporária sobre ajustes 11.638	(20.313)		52.021	31.708
Ajuste de imobilizado	108.144		(8.863)	99.281
Total passivo	510.914	(117.776)	122.062	515.200
Total líquido	676.592	117.776	264.474	1.058.842

Notas Explicativas

(ii) Consolidado

	31/12/2011	Patrimônio líquido/ Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	Outros	31/12/2012
No ativo					
Imposto de renda e contribuição social					
Prejuízos fiscais	760.500		205.614		966.114
Provisões temporárias					
Passivo atuarial	358.678		50.914		409.592
Passivos contingentes	83.529		41.248		124.777
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	20.749		(19.542)		1.207
Provisão para ajustes de estoques	4.376		21.657		26.033
Lucros não realizados nos estoques	5.024		2.098		7.122
Juros sobre capital próprio	27.736		(27.736)		
Hedge accounting			62.642		62.642
Provisão para participação nos lucros			22.284		22.284
Variação cambial ativa sobre empréstimos e financiamentos			59.931		59.931
Diferença temporária sobre ajustes 11.638	3.003		11.390		14.393
Ágio/Aquisição de empresas (i)	38.095	303.697	(8.538)		333.254
Outros	19.465		6.472	(414)	25.523
Total ativo	1.321.155	303.697	428.434	(414)	2.052.872
No passivo					
Imposto de renda e contribuição social					
Variação cambial diferida	157.628		(34.286)		123.342
Depreciação incentivada	39.521		(4.633)		34.888
Ajuste de passivo atuarial		(129.181)	129.181		
Hedge accounting		11.405	(11.405)		
Depreciação taxa fiscal	254.092		26.340		280.432
Diferença temporária sobre ajustes 11.638	(20.313)		52.899		32.586
Ajuste de imobilizado	109.126		(7.608)		101.518
Correção monetária de depósitos judiciais	407		167		574
Diferimento na perda dos contratos de *swap*	1.428		(343)		1.085
Total passivo	541.889	(117.776)	150.312		574.425
Total líquido	779.266	421.473	278.122	(414)	1.478.447
Total no ativo não circulante	797.146	421.473	295.673	(413)	1.513.879
Total no passivo não circulante	(17.880)		(17.551)	(1)	(35.432)
Total líquido	779.266	421.473	278.122	(414)	1.478.447

(i) Incorporação da Summit Empreendimentos Minerais Ltda. – Nota 16 (d) (iv).

Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social diferidos de longo prazo possuem expectativa de realização, de acordo com lucros tributáveis futuros fundamentados por projeções aprovadas pela Administração da Companhia, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Estas projeções estão baseadas em premissas que refletem o ambiente econômico e operacional da Companhia.

As projeções estão sujeitas a fatores que podem apresentar variações em relação aos dados reais. Caso o lucro tributável futuro utilizado no estudo de recuperabilidade fosse deteriorado em 10%, a Companhia recuperaria os créditos tributários no mesmo prazo.

Caso os preços de venda fossem deteriorados em 1% ou os custos de venda aumentassem em 2% ou ainda o volume de vendas reduzisse em 1% com relação às premissas utilizadas, a Companhia recuperaria os créditos ao longo de 11 anos.

A expectativa de realização dos impostos são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
2012				23.406
2013	3.634		116.470	18.252
2014	114.205	148.438	196.627	167.215
2015	129.167	148.438	211.971	202.476
2016	130.043	148.438	211.032	153.970
2017	121.749	148.438	201.937	152.213
2018	172.985	148.438	187.837	151.946
2019	142.789	148.438	156.758	151.348
2020	163.616	148.438	174.137	149.880
A partir de 2021	595.854	148.440	596.103	150.449
	1.574.042	1.187.506	2.052.872	1.321.155

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros das Empresas Usiminas.

Notas Explicativas

(c) Imposto de renda e contribuição social no passivo circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda				
Despesa corrente	(9.795)	(5.204)	(131.112)	(250.663)
Antecipações e compensações do período (i)	9.795	5.204	64.079	90.056
			(67.033)	(160.607)
Contribuição social				
Despesa corrente	(17.246)	(2.720)	(37.204)	(89.920)
Antecipações e compensações do período (i)	17.246	2.720	16.627	52.891
			(20.577)	(37.029)
Total IRPJ e CSLL a pagar			(87.610)	(197.636)

(i) Os valores pagos a título de antecipação que excederam a despesa corrente de IR e CSLL estão registrados em "Impostos a recuperar" (Nota 13).

15 Depósitos judiciais

	Controladora					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Depósitos judiciais	Provisões para contingências /tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Provisões para contingências /tributos parcelados	Saldo líquido
IPI	162.607	(105.192)	57.415	232.318	(105.192)	127.126
IR e CSLL	174.146	(73.595)	100.551	167.457	(73.161)	94.296
INSS	146.517	(14.211)	132.306	142.569	(13.904)	128.665
CIDE	26.509	(22.250)	4.259	26.252	(22.250)	4.002
Trabalhistas	138.607	(97.734)	40.873	113.755	(83.461)	30.294
Cíveis	39.125	(10.053)	29.072	31.521	(7.810)	23.711
Outras	27.480		27.480	40.559		40.559
	714.991	(323.035)	391.956	754.431	(305.778)	448.653

Notas Explicativas

	Consolidado					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Depósitos judiciais	Provisões para contingências /tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Provisões para contingências /tributos parcelados	Saldo líquido
IPI	162.607	(105.192)	57.415	232.318	(105.192)	127.126
IR e CSLL	176.485	(83.497)	92.988	181.038	(83.057)	97.981
INSS	157.763	(14.239)	143.524	142.598	(13.932)	128.666
CIDE	33.005	(28.747)	4.258	32.271	(28.269)	4.002
COFINS	11.873	(11.873)		18.001	(11.873)	6.128
PIS	2.392	(2.216)	176	2.379	(2.216)	163
Trabalhistas	159.619	(109.360)	50.259	131.818	(92.283)	39.535
Cíveis	60.275	(10.061)	50.214	48.479	(7.810)	40.669
Outras	34.852	(2.969)	31.883	42.735	(678)	42.057
	798.871	(368.154)	430.717	831.637	(345.310)	486.327

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial antes de compensar as provisões para contingências	754.431	727.807	831.637	797.313
Adições	29.707	28.429	40.146	34.468
Juros/atualizações	37.211	55.375	41.727	62.293
Reversões	(93.042)	(57.180)	(101.322)	(62.462)
Outros	(13.316)		(13.317)	25
	714.991	754.431	798.871	831.637
Depósitos vinculados a provisões para contingências (Nota 24) e tributos parcelados (Nota 23)	(323.035)	(305.778)	(368.154)	(345.310)
Saldo final	391.956	448.653	430.717	486.327

Notas Explicativas

16 Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

(i) Controladora

	31/12/2011	Adições (baixas)	Equivalência patrimonial	IR/CS sobre ágio	Juros sobre capital próprio e dividendos	Outros	31/12/2012
Controladas							
Automotiva Usiminas	115.440		7.102		(3.407)	(165)	118.970
Cosipa Commercial			21.263				21.263
Cosipa Overseas	17.579		1.442				19.021
Mineração Usiminas	3.227.711		241.458	212.589	(58.689)		3.623.069
Rios Unidos	10.206	10.452	(11.205)			6	9.459
Soluções Usiminas	756.614		5.243			3.698	765.555
Usiminas Commercial			24.857				24.857
Usiminas Europa	1.962.976	(618.675)	243.785				1.588.086
Usiminas International	217.362		25.275		(207.970)		34.667
Usiminas Mecânica	703.521		(16.215)		(133.240)	(1.140)	552.926
UPL	45.944		8.217		(2.883)		51.278
Ágio em controladas	130.801					(1.008)	129.793
	7.188.154	(608.223)	551.222	212.589	(406.189)	1.391	6.938.944
Controladas em conjunto							
Fasal Trading Brasil	9.617		676		333	(548)	10.078
Unigal	754.729		100.984		(175.000)		680.713
Usiroll	5.948		1.577			18	7.543
	770.294		103.237		(174.667)	(530)	698.334
Coligadas							
Codeme	38.290	4.146	5.029		(1.872)		45.593
Metform	17.840	(5.212)	2.868		(4.541)		10.955
MRS	6.423		1.228		(630)	7	7.028
Ágio em coligadas	79.464						79.464
	142.017	(1.066)	9.125		(7.043)	7	143.040
	8.100.465	(609.289)	663.584	212.589	(587.899)	868	7.780.318

O resultado de equivalência patrimonial apresentado nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa da controladora inclui o valor de R$36.884 referente às perdas de passivo a descoberto de controlada.

Notas Explicativas

(ii) Consolidado

	31/12/2011	Adições (baixas)	Equivalência patrimonial	Juros sobre capital próprio e dividendos	Outros	31/12/2012
Codeme	38.290	4.146	5.029	(1.872)		45.593
Metform	17.840	(5.212)	2.868	(4.541)		10.955
MRS	262.397		50.258	(25.614)	6	287.047
Terminal Sarzedo	3.381		3.315	(3.434)		3.262
Outros	3.185	(23)	(302)	45	11	2.916
Ágio	103.289					103.289
Total	428.382	(1.089)	61.168	(35.416)	17	453.062

(b) Informações financeiras das coligadas

A seguir, está demonstrada a participação da Companhia nos resultados das coligadas, em 31 de dezembro de 2012:

	País de constituição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro	% de participação
Codeme	Brasil	454.258	284.926	169.332	268.838	16.267	30,76
Metform	Brasil	90.852	25.607	65.245	60.176	8.509	30,76
MRS (i)	Brasil	6.244.772	3.729.830	2.514.942	2.989.814	447.616	11,41

(i) Participação direta de 0,28% e indireta através da MUSA de 11,13%.

A participação nos lucros foi calculada após o imposto de renda e a contribuição social e após a participação dos acionistas não controladores em coligadas.

O capital votante nas empresas coligadas corresponde ao mesmo percentual do capital social total, exceto para a empresa MRS, cujo percentual do capital votante é de 15,2%. A USIMINAS participa do grupo de controle e tem influência significativa, o que classifica esse investimento como coligada.

A Companhia utilizou os balanços de 30 de novembro de 2012 para calcular os efeitos da equivalência patrimonial das coligadas Codeme e Metform.

Notas Explicativas

(c) Companhias incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras incluem as da Controladora e das seguintes empresas controladas diretamente:

	Participação (%)	
	31/12/2012	31/12/2011
Automotiva Usiminas	100	100
Cosipa Commercial	100	100
Cosipa Overseas	100	100
Fasal Trading Brasil (i)	50	50
Mineração Usiminas	70	70
Rios Unidos	100	100
Soluções Usiminas	68,88	68,88
Unigal (i)	70	70
Usiminas Commercial	100	100
Usiminas Europa	100	100
Usiminas International	100	100
Usiminas Mecânica	99,99	99,99
Usiroll (i)	50	50
UPL	16,70	16,70

(i) Empresas consolidadas proporcionalmente, cujas informações financeiras resumidas estão demonstradas a seguir, de forma consolidada.

(i) Controladas em conjunto

A Unigal é uma *Joint Venture* entre Usiminas e Nippon Steel Corporation, cujo controle é compartilhado entre os sócios, conforme contrato entre os acionistas.

Em 31 de dezembro de 2012, estão em vigor dois compromissos entre a Unigal e a Usiminas, definidos contratualmente, a saber:

- contrato referente ao serviço de galvanização por imersão a quente prestado pela Unigal à Companhia. Para esse compromisso não há um valor definido visto que a sua apuração ocorre mensalmente e varia de acordo com o volume das vendas de produtos galvanizados, deduzidos dos custos incorridos dos insumos, materiais, serviços e utilidades, além de outros ajustes. Em 31 de dezembro de 2012, esse contrato apurou o montante de R$477.139 (31 de dezembro de 2011 – R$376.339);

- contrato referente à prestação de serviços de retífica de rolos e cilindros de laminação prestados pela Companhia à controlada em conjunto Unigal. Esse contrato terá vigência até agosto de 2013 e o seu valor anual base é de, aproximadamente, R$800.

As informações financeiras resumidas das empresas controladas em conjunto estão demonstradas a seguir de forma consolidada.

Notas Explicativas

(ii) Balanços patrimoniais resumidos

	31/12/2012				31/12/2011			
	Fasal Trading Brasil	Modal	Unigal	Usiroll	Fasal Trading Brasil	Modal	Unigal	Usiroll
Ativo								
Circulante	20.253	2.351	153.856	4.504	19.904	2.118	210.818	3.341
Não circulante								
Realizável a longo prazo			1.492	20			10.495	13
Imobilizado		3.067	1.123.442	25.342		3.251	1.165.419	23.713
Intangível			1.212	3			1.387	3
Total do ativo	20.253	5.418	1.280.002	29.869	19.904	5.369	1.388.119	27.070
Passivo e Patrimônio Líquido								
Circulante	98	144	68.687	775	671	155	69.223	754
Não circulante			238.868	14.010			240.713	14.421
Patrimônio líquido	20.155	5.274	972.447	15.084	19.233	5.214	1.078.183	11.895
Total do passivo e patrimônio líquido	20.253	5.418	1.280.002	29.869	19.904	5.369	1.388.119	27.070

(iii) Demonstrações dos resultados resumidas

	31/12/2012				31/12/2011			
	Fasal Trading Brasil	Modal	Unigal	Usiroll	Fasal Trading Brasil	Modal	Unigal	Usiroll
Receita líquida de vendas e serviços		4.572	339.460	9.031	116.212	5.682	279.736	5.270
Custo produtos e serviços vendidos		(1.665)	(86.204)	(4.307)	(113.903)	(1.767)	(45.586)	(3.259)
Receitas (despesas) operacionais	1.439	99	(29.524)	(1.180)	(1.323)	102	(21.942)	(521)
Provisão IRPJ e CSLL	(87)	(545)	(79.468)	(388)	(324)	(671)	(71.488)	(207)
Lucro líquido do exercício	1.352	2.461	144.264	3.156	662	3.346	140.720	1.283

(d) Outras informações relevantes sobre os investimentos

(i) Ternium

Em 21 de fevereiro de 2011, foi concluída a oferta pública da operação de venda da totalidade das ações da Ternium (NYSE: TX), detidas pela sua controlada, Usiminas Europa A/S (“Usiminas Europa”). Adicionalmente, a Ternium e Techint Holdings S.àr.l (“Techint”) adquiriram, respectivamente, 41.666.666 e 27.777.780 ações de emissão da Ternium detidas pela Usiminas Europa. As operações totalizaram US$1.028.634 mil sendo US$778.634 mil da oferta pública e US$250.000 mil da transação com Ternium e Techint. A referida venda foi caracterizada como operação descontinuada conforme CPC 31 e IFRS 5 (Nota 40).

Notas Explicativas

(ii) Usiminas Galvanized e Usiminas Electrogalvanized

Em 31 de março de 2011, foram constituídas as empresas (*trading companies*) Usiminas Galvanized e Usiminas Electrogalvanized, com sede em Copenhague, na Dinamarca.

A atividade principal das referidas empresas é, respectivamente, fomentar o comércio com clientes, no exterior, de aço galvanizado e de aço eletrogalvanizado produzidos pela Companhia. Ambas as empresas são controladas integrais da Usiminas Europa A/S (Dinamarca).

Em 21 de dezembro de 2012, as controladas Usiminas Galvanized e Usiminas Eletrogalvanized, com sede na Dinamarca, procederam à redução de seu capital social no montante de R$309.337 (US$150.000 mil) em cada uma, como distribuição ao acionista, totalizando R$618.675, cujo valor foi ingressado na Controladora.

(iii) Mineração Ouro Negro

Em 25 de novembro de 2011, a controlada Mineração Usiminas adquiriu 1.214 mil ações ordinárias da empresa Mineração Ouro Negro, representativas da totalidade do seu capital social.

Em 28 de setembro de 2012, a Mineração Ouro Negro foi incorporada pela Mineração Usiminas com o objetivo de facilitar a operacionalização dos ativos e simplificar a estrutura organizacional da Mineração Usiminas, acarretando uma redução dos custos da estrutura societária.

(iv) Mineração Usiminas

Em 26 de outubro de 2012, a Mineração Usiminas S.A. (“MUSA”), com o propósito de capturar sinergias operacionais, incorporou a sua acionista Summit Empreendimentos Minerais Ltda. (“SEM”), sociedade limitada, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na forma de incorporação reversa. Em decorrência dessa incorporação, ações representativas do capital social da MUSA pertencentes à SEM foram atribuídas à Serra Azul Iron Ore L.L.C. e à Sumitomo Corporation do Brasil S.A., únicas quotistas da SEM.

O acervo líquido da SEM em 26 de outubro de 2012, antes da incorporação foi o seguinte:

Ativo circulante	608
Ativo não circulante	2.351.593
Passivo circulante	(607)
Acervo líquido	2.351.594

Em decorrência da referida incorporação, a MUSA registrou o montante de R$303.697 de imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo não circulante, tendo como contrapartida a conta de “Reserva de Capital – Reserva Especial de Ágio”.

Notas Explicativas

(v) Usiminas Portugal

Em 30 de novembro de 2012, a Companhia reestruturou as suas participações societárias no exterior, optando por encerrar as atividades da Usiminas Portugal, empresa localizada em Portugal. Essa empresa era controlada da Usiminas International.

(vi) Fasal Trading Corporation

Em 03 de agosto de 2012, a Companhia reestruturou as suas participações societárias no exterior e encerrou as atividades da Fasal Trading Corporation, localizada na Flórida, nos Estados Unidos. Essa empresa era controlada da Fasal Trading Brasil.

17 Imobilizado

		Controladora					
		31/12/2012			31/12/2011		
	Taxa média ponderada de depreciação anual %	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Edificações	3	2.023.785	(1.048.912)	974.873	1.477.306	(1.122.663)	354.643
Máquinas e Equipamentos	5	19.151.569	(8.524.416)	10.627.153	14.295.096	(7.248.792)	7.046.304
Instalações	4	263.345	(95.714)	167.631	1.236.971	(506.066)	730.905
Móveis e utensílios	14	41.443	(23.730)	17.713	41.393	(22.365)	19.028
Equipamentos de Informática	35	140.454	(120.484)	19.970	137.153	(122.287)	14.866
Veículos	15	37.505	(28.779)	8.726	36.662	(27.048)	9.614
Ferramentas e aparelhos	14	176.723	(118.291)	58.432	174.403	(106.819)	67.584
Outros		522	(408)	114	522	(399)	123
		21.835.346	(9.960.734)	11.874.612	17.399.506	(9.156.439)	8.243.067
Terrenos		603.546		603.546	572.332		572.332
Total em operação		22.438.892	(9.960.734)	12.478.158	17.971.838	(9.156.439)	8.815.399
Em obras							
Obras em andamento		952.099		952.099	4.018.845		4.018.845
Imobilizado em Processamento		8.362		8.362	42.694		42.694
Importações em andamento		338.405		338.405	274.238		274.238
Adiantamentos a Fornecedores		9.124		9.124	72.523		72.523
Adiantamentos a fornecedores – empresas ligadas					1.355		1.355
Variação monetária/cambial e juros Capitalizados		100.866		100.866	197.263		197.263
Outros		87.612		87.612	363.854		363.854
Total em obras		1.496.468		1.496.468	4.970.772		4.970.772
		23.935.360	(9.960.734)	13.974.626	22.942.610	(9.156.439)	13.786.171

Notas Explicativas

		Consolidado					
		31/12/2012			31/12/2011		
	Taxa média ponderada de depreciação anual %	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Edificações	3	2.472.342	(1.186.895)	1.285.447	1.841.630	(1.241.782)	599.848
Máquinas e equipamentos	5	21.023.656	(9.116.127)	11.907.529	15.956.738	(7.768.748)	8.187.990
Instalações	4	404.735	(145.756)	258.979	1.333.330	(548.431)	784.899
Móveis e utensílios	14	60.470	(34.736)	25.734	59.528	(32.357)	27.171
Equipamentos de informática	35	167.366	(140.327)	27.039	160.738	(139.719)	21.019
Veículos	15	99.010	(66.778)	32.232	96.303	(57.555)	38.748
Ferramentas e aparelhos	14	192.752	(123.733)	69.019	189.144	(111.355)	77.789
Outros		45.910	(1.303)	44.607	42.755	(938)	41.817
		24.466.241	(10.815.655)	13.650.586	19.680.166	(9.900.885)	9.779.281
Terrenos		792.738		792.738	710.521		710.521
Total em operação		25.258.979	(10.815.655)	14.443.324	20.390.687	(9.900.885)	10.489.802
Em obras							
Obras em andamento		1.536.712		1.536.712	4.327.391		4.327.391
Imobilizado em processamento		71.146		71.146	120.836		120.836
Importações em andamento		362.272		362.272	277.585		277.585
Adiantamentos a fornecedores		49.137		49.137	144.423		144.423
Variação monetária/cambial e juros capitalizados		103.097		103.097	197.263		197.263
Outros		87.432		87.432	363.854		363.854
Total em obras		2.209.796		2.209.796	5.431.352		5.431.352
		27.468.775	(10.815.655)	16.653.120	25.822.039	(9.900.885)	15.921.154

Notas Explicativas

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	Controladora							
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	354.643	7.046.304	730.905	67.584	572.332	4.970.772	43.631	13.786.171
Adições		475		1	31.215	926.189	1.743	959.623
Baixas		(6)			(1)	(3.523)	(54)	(3.584)
Depreciação	(40.784)	(758.412)	(10.907)	(11.639)			(17.485)	(839.227)
Variação monetária e cambial e juros capitalizados						100.866		100.866
Baixa de Adiantamentos						(9.903)		(9.903)
Transferências	661.014	4.338.792	(552.367)	2.486		(4.468.613)	18.688	
Transferências para Intangível						(10.812)		(10.812)
Outros						(8.508)		(8.508)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	974.873	10.627.153	167.631	58.432	603.546	1.496.468	46.523	13.974.626

	Consolidado							
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	599.848	8.187.990	784.899	77.789	710.521	5.431.352	128.755	15.921.154
Adições	2.221	33.086	2.094	1.530	43.805	1.546.644	7.697	1.637.077
Baixas	(689)	(3.730)	(251)	(1.633)	(1)	(3.745)	(1.078)	(11.127)
Depreciação	(54.774)	(838.049)	(18.626)	(12.970)			(29.598)	(954.017)
Variação monetária e cambial e juros capitalizados						103.097		103.097
Baixa de Adiantamentos						(16.539)		(16.539)
Transferências	738.841	4.528.000	(509.137)	4.303	38.413	(4.824.258)	23.838	
Transferências para Intangível						(18.154)		(18.154)
Outros		232				(8.601)	(2)	(8.371)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.285.447	11.907.529	258.979	69.019	792.738	2.209.796	129.612	16.653.120

Em 31 de dezembro de 2012, as adições do imobilizado, no montante de R$1.637.077, referem-se principalmente à Laminação de Tiras a Quente 2 (R$256.530), Coqueria 2 (R$125.341), Laminador Chapas Grossas (R$138.829), *Sustaing* das Usinas (R$62.757) e Projeto Friáveis (R$357.151) da Mineração Usiminas.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2012, a depreciação na controladora foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas”, “Despesas das vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, nos montantes de R$829.523, R$3.544 e R$6.160 (31 de dezembro de 2011 - R$733.987, R$3.556 e R$2.303), respectivamente. Em termos consolidados, nessa mesma data, a depreciação foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R$937.543, R$4.249 e R$12.225 (31de dezembro de 2011 - R$804.444, R$4.234 e R$14.587), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (Nota 20(g)).

Veículos, equipamentos de informática e máquinas e equipamentos incluem os seguintes valores relacionados a arrendamentos financeiros, nos quais as Empresas Usiminas atuam como arrendatárias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Custo – arrendamentos financeiros capitalizados	39.387	39.469	48.950	47.864
Depreciação acumulada	(36.330)	(34.079)	(40.507)	(37.243)
	3.057	5.390	8.443	10.621

Os saldos de obras em andamento referem-se a projetos de melhoria no processo produtivo para manutenção da capacidade produtiva e projetos de proteção ambiental.

18 *Impairment* de ativos não financeiros

Em 31 de dezembro de 2012 as Empresas Usiminas efetuaram avaliação das suas unidades geradoras de caixa e ficou constatado que o valor recuperável dos ativos, que é o maior valor entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de vendas, é superior ao valor contábil, e, portanto não há necessidade de efetuar provisão para redução ao valor recuperável.

Para as unidades geradoras de caixa que possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio), as Empresas Usiminas efetuaram análise de *impairment*, conforme descrito abaixo.

(a) Testes do ágio para verificação de *impairment*

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) identificadas de acordo com o segmento operacional.

Notas Explicativas

Segue o resumo da alocação do ágio por nível de segmento operacional:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Mineração			51.845	52.203
Siderurgia	200.641	200.641	200.641	200.641
Transformação do aço			59.166	59.166
	200.641	200.641	311.652	312.010

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base no maior valor entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de vendas. Os cálculos de valor em uso usam projeções de fluxo de caixa, antes do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos.

A Administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem ao custo de capital da Companhia.

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável foram a margem bruta, que foi apurada pela média do período orçado de 5 anos do plano de negócios da Companhia, a taxa de crescimento, que considerou média da geração de caixa operacional, para o período orçado de 5 anos no plano de negócios da Companhia e a taxa de desconto, que se aproxima das taxas de WACC de mercado.

Essas premissas foram usadas para análise de cada UGC dos segmentos operacionais.

Em 2012, foi reconhecida uma despesa de *impairment* referente ao ágio, no montante de R$358 (31 de dezembro de 2011 – R$5.552), apurada na UGC Modal, que faz parte do segmento operacional de Mineração. Este valor foi registrado na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”.

Notas Explicativas

19 Ativos intangíveis

	Controladora		
	Ágio pago em aquisições	***Softwares* adquiridos**	**Total**
Valor residual em 31 de dezembro de 2011	110.343	32.392	142.735
Adições		6.951	6.951
Transferências do imobilizado		10.812	10.812
Amortização		(12.835)	(12.835)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	110.343	37.320	147.663
Custo total	153.692	172.132	325.824
Amortização acumulada	(43.349)	(134.812)	(178.161)
Valor residual em 31 de dezembro de 2012	110.343	37.320	147.663
Taxa anual de amortização %		20	

	Consolidado				
	Direitos minerários (i)	**Ágio pago em aquisições**	***Softwares* adquiridos**	**Outros**	**Total**
Valor residual em 31 de dezembro de 2011	2.162.392	208.722	54.710	28.128	2.453.952
Adições			13.926	713	14.639
Impairment		(358)			(358)
Baixas			(38)		(38)
Transferências do imobilizado			18.154		18.154
Amortização	(13.201)		(20.912)	(9.588)	(43.701)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.149.191	208.364	65.840	19.253	2.442.648
Custo total	2.183.246	251.714	256.374	30.250	2.721.584
Amortização acumulada	(34.055)	(43.350)	(190.534)	(10.997)	(278.936)
Valor residual em 31 de dezembro de 2012	2.149.191	208.364	65.840	19.253	2.442.648
Taxa anual de amortização %			20		

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão das minas.

A amortização na controladora foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas” e “Despesas das vendas” nos montantes de R$10.424 e R$2.411 (31 de dezembro de 2011 - R$7.185, R$4.878 e R$173 como “Despesas gerais e administrativas”), respectivamente. Em termos consolidados, nessa mesma data, a amortização foi reconhecida nas rubricas “Custos das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas” nos montantes de R$33.955, R$2.532 e R$7.214 (31 de dezembro de 2011 - R$28.346, R$4.878 e R$400), respectivamente.

Notas Explicativas

O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e dos passivos (ágio por expectativa de rentabilidade futura) é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Aquisição da Mineração Ouro Negro

Em 25 de novembro de 2011, a Mineração Usiminas concluiu a aquisição de 100% do capital da Mineração Ouro Negro. O preço de aquisição foi de US$368.645 mil, correspondente a R$698.103, com base nas demonstrações financeiras da adquirida de 25 de novembro de 2011, que, a valor presente totaliza, R$628.545.

Em 28 de setembro de 2012, a Mineração Ouro Negro foi incorporada pela Mineração Usiminas com o objetivo de facilitar a operacionalização dos ativos, simplificando a estrutura organizacional da Companhia, acarretando uma redução dos custos da estrutura societária**.**

Os ativos e os passivos em 25 de novembro de 2011, decorrentes da aquisição, são:

	Valor justo	Valor contábil da adquirida
Caixa e equivalentes de caixa	2	2
Imobilizado	416	416
Intangível	628.127	797
Total de ativos líquidos identificáveis	628.545	1.215
Contraprestação total pela compra	628.545	
Contraprestação paga pela compra, em dinheiro	(151.913)	
Contraprestação a ser liquidada	476.632	
Variação cambial	(8.054)	
	468.578	

Os ativos líquidos identificáveis relacionados ao intangível referem-se a direitos minerários.

Conforme demonstrado acima, o valor do caixa pago pela aquisição da Mineração Ouro Negro em 2011 foi de R$151.913 (líquido do caixa adquirido). O saldo remanescente será pago até 2014. Em 31 de dezembro de 2012 o valor a pagar totaliza R$356.498 (31 de dezembro de 2011 – R$468.578).

Notas Explicativas

20 Empréstimos e financiamentos

(a) Controladora

(i) Em moeda nacional

				31/12/2012		31/12/2011	
	Moeda/ indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	URTJLP	2013	TJLP + 2,50% a 3% a.a.	13.893		23.882	50.733
BNDES	URTJLP	2013 a 2015	TJLP + 1,36% a 2,9% a.a.	74.935	27.805	108.222	65.571
BNDES	URTJLP	2015	TJLP + 1,76% a.a.	73.854	140.435	73.168	210.663
BNDES	URTJLP	2018 a 2021	TJLP + 1,88% a.a. e 2,88% a.a.	30.561	498.906	2.828	474.705
BNDES	URTJLP	2018	TJLP + 1,48% a.a.	175	60.735	73	45.735
BNDES	URTJLP	2018	TJLP + 5,50% a.a.	916	5.520	22	2.000
BNDES	R$	2018 a 2020	TJLP	12	992		
FINAME	URTJLP	2012 a 2014	TJLP + 1,0% a 1,3% a.a.	709	40	1.274	749
FINAME	R$	2013 a 2020	2,5% a 10,9% a.a.	16.941	10.036	18.073	8.626
Banco do Brasil	R$	2013, 2015 e 2018	11,464% a.a., 98% CDI e 108,15% CDI	420.295	2.449.000	85.988	2.700.000
HP Financial – Leasing	R$	2013	1,52% a.a. + 100% CDI	320		2.381	320
Crédito Rotativo	R$	2013		85.983			
Outros						382	
Comissões e Outros Custos				(2.852)	(5.648)	(2.562)	(8.175)
				715.742	3.187.821	313.731	3.550.927

Notas Explicativas

(ii) Em moeda estrangeira

				31/12/2012		31/12/2011	
	Moeda/ indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	US$	2013 a 2018	Cesta de moedas (US$) + 1,76% a 2,40% a.a.	16.908	28.923	15.444	41.771
BNDES	US$	2013	Cesta de moedas (US$) + 2,50% a.a.	1.453		2.290	1.330
BNDES	US$	2016	Cesta de moedas (US$) + 1,76%a.a.	39.004	80.743	33.079	101.012
BNDES	US$	2018 a 2021	Cesta de moedas (US$) + 1,88%a.a	1.883	85.838	294	70.374
Nippon Usiminas	US$	2014 e 2017	Libor + 0,83% e 1,23% a.a.	71.529	245.218	65.917	289.408
JBIC/Nippon Usiminas	US$	2013 e 2016	Libor + 1,475% e 2,35% a.a.	29.318	70.482	27.098	90.588
JBIC	US$	2018	Libor + 0,546% e 0,885% a.a.	192.140	936.602	3.928	1.031.690
Credit Suisse -Pré-Pagamento Exportação	US$	2014	Libor + 4% a.a.	41.882	20.434	38.963	56.274
Eurobonds	JPY	2018	4,1165% a.a.	21.569	1.018.821	22.106	1.044.163
Pré-Pagamento Exportação Sindicalizado	US$	2013 a 2015	Libor + 1,1% a 1,35% a.a.	401.755	334.391	376.767	672.365
Pré-Pagamento Exportação Sindicalizado - *Escrow Account*				(246.533)		(168.120)	
Eurobonds	JPY	2016	4,275% a.a.	1.248	540.816	1.279	554.268
KFW	US$	2012	Libor + 0,75% a.a			4.921	
KFW	EUR	2015	3,59% a.a.	10.079	19.462	9.200	26.364
Bawag PSK - Pré-Pagamento Exportação	US$	2012	Libor + 2,317% a.a.			13.680	
BNP – Pré-Pagamento Exportação	US$	2011 a 2012	Libor+ 1,25% a.a.			13.715	
Club Deal - Pré-Pagamento Exportação	US$	2011 a 2012	Libor + 0,65% a.a.			56.882	56.273
Comissões e Outros Custos				(4.284)	(5.970)	(1.559)	(4.027)
				577.951	3.375.760	515.884	4.031.853
Em moeda nacional				715.742	3.187.821	313.731	3.550.927
				1.293.693	6.563.581	829.615	7.582.780

Notas Explicativas

(b) Consolidado

(i) Em moeda nacional

				31/12/2012		31/12/2011	
	Moeda/ indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	URTJLP	2013	TJLP + 2,50% a 3% a.a.	13.893		23.882	50.733
BNDES	URTJLP	2012 a 2015	TJLP + 1,36% a 2,90% a.a.	74.935	27.805	108.222	65.571
BNDES	URTJLP	2015	TJLP + 1,76% a.a.	73.854	140.435	73.168	210.663
BNDES	URTJLP	2018 a 2021	TJLP + 1,88% a.a. e 2,88% a.a.	30.561	498.906	2.828	474.705
BNDES	URTJLP	2018	TJLP + 1,48% a.a..	175	60.735	73	45.735
BNDES	URTJLP	2018	TJLP + 5,50% a.a.	916	5.520	22	2.000
BNDES	R$	2018 a 2020	TJLP	12	992		
Crédito Rotativo	R$	2013		85.983			
BDMG	URTJLP	2014	TJLP+ 6% a.a.	7.940	6.666	15.608	23.846
FINAME	URTJLP	2012 a 2014	TJLP + 1,0% a 1,3% a.a.	709	40	1.274	749
FINAME	R$	2013 a 2020	2,5% a 10,9% a.a.	16.941	10.036	18.073	8.626
FINAME	URTJLP	2012	TJLP+ 1,0% a 4% a.a.	18		192	
Banco do Brasil	R$	2013, 2015 e 2018	11,464% a.a., 98% CDI e 108,15% CDI	420.295	2.449.000	85.988	2.700.000
Outros				75.385	93.318	16.642	72.144
Comissões e outros custos				(2.852)	(5.648)	(2.562)	(8.175)
				798.765	3.287.805	343.410	3.646.597

Notas Explicativas

(ii) Em moeda estrangeira

	Moeda/ indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	31/12/2012 Circulante	31/12/2012 Não circulante	31/12/2011 Circulante	31/12/2011 Não circulante
BNDES	US$	2013 a 2018	Cesta de moedas (US$) + 1,76% a 2,40% a.a.	16.908	28.923	15.444	41.771
BNDES	US$	2013	Cesta de moedas (US$) + 2,50% a.a.	1.453		2.290	1.330
BNDES	US$	2016	Cesta de moedas (US$) + 1,76% a.a.	39.004	80.743	33.079	101.012
BNDES	US$	2018 a 2021	Cesta de moedas (US$) + 1,88%a.a	1.883	85.838	294	70.374
Nippon Usiminas	US$	2014 e 2017	Libor + 0,83% e 1,23% a.a.	71.529	245.218	65.917	289.408
JBIC/ Nippon Usiminas	US$	2013 e 2016	Libor + 1,475% e 2,35% a.a.	29.318	70.482	27.098	90.588
JBIC	US$	2018	Libor + 0,546% e 0,885% a.a.	192.140	936.602	3.928	1.031.690
JBIC	US$	2018	Libor + 1,2225% e 0,65% a.a.	28.717	128.741	26.362	144.412
Credit Suisse -Pré-Pagamento Exportação	US$	2014	Libor + 4% a.a.	41.882	20.434	38.963	56.274
KFW	US$	2012	Libor + 0,75% a.a.			4.921	
KFW	EUR	2015	3,59% a.a.	10.079	19.462	9.200	26.364
BNP – Pré-Pagamento Exportação	US$	2011 e 2012	Libor+ 1,25% a.a.			13.715	
Banco Itaú Pré-Pagamento Exportação	US$	2012	Libor + 1,45% a.a.			4.101	
Club Deal - Pré-Pagamento Exportação	US$	2011 e 2012	Libor + 0,65% a.a.			56.882	56.273
Club Deal - Pré-Pagamento Exportação *Escrow Account*						(31.529)	
UBS Eurobonds	US$	2016	8,25%	1.592	408.700	1.461	375.160
UBS Eurobonds	US$	2018	7,25%	26.668	817.400	24.479	750.320
Pré-pagamento Exportação Sindicalizado	US$	2013 e 2015	Libor + 1,1% a 1,35% a.a.	401.755	334.391	376.767	672.365
Pré-pagamento Exportação Sindicalizado - *Escrow Account*				(246.533)		(175.413)	

Notas Explicativas

	Moeda/ indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	31/12/2012 Circulante	31/12/2012 Não circulante	31/12/2011 Circulante	31/12/2011 Não circulante
Outros				18.776	9.388	25.287	23.215
Comissões e outros custos				(4.527)	(6.540)	(1.559)	(4.027)
				630.644	3.179.782	521.687	3.726.529
Em moeda nacional				798.765	3.287.805	343.410	3.646.597
				1.429.409	6.467.587	865.097	7.373.126

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
2013		1.256.233		1.320.176
2014	1.500.682	1.435.119	1.555.470	1.488.628
2015	1.349.316	1.292.884	1.395.193	1.336.216
2016	1.551.161	1.526.073	1.469.668	1.389.745
2017	608.226	523.998	664.633	564.514
2018 a 2020	1.554.196	1.548.473	1.382.623	1.273.847
	6.563.581	7.582.780	6.467.587	7.373.126

(c) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	8.412.395	7.338.322	8.238.223	7.194.684
Ingressos de empréstimos e financiamentos	338.368	1.442.850	452.758	1.497.120
Encargos provisionados	255.208	231.964	313.816	253.387
Variação monetária	216.260	249.933	222.576	258.404
Variação cambial	217.625	557.685	379.680	462.560
Transferência de outras obrigações	109.008		109.008	
Amortização de encargos	(435.119)	(436.635)	(465.524)	(471.349)
Amortização de principal	(1.254.040)	(955.401)	(1.348.095)	(940.230)
Diferimento de comissões	(2.431)	(16.323)	(5.446)	(16.353)
Saldo final	7.857.274	8.412.395	7.896.996	8.238.223

Notas Explicativas

(d) Cláusulas contratuais restritivas - *Covenants*

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com determinadas condições contratuais, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados índices financeiros, conforme a seguir:

- *Consolidated Interest Coverage Ratio* – capacidade de pagamento dos juros dos empréstimos e financiamentos em relação ao *Ebitda*;
- *Total Debt to Ebitda* e *Net Debt to Ebitda* – capacidade de pagamento da dívida em relação ao *Ebitda*;
- *Total Capitalization Ratio* – relação entre o capital próprio e o capital de terceiros;
- Nível de Liquidez – capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo;
- Nível de Capitalização – relação entre o patrimônio líquido e o ativo total;
- *Collections History* – relação entre os pagamentos de principal e juros dos contratos de ACC e pré-pagamento de exportação e a receita líquida de exportação;
- Caixa Mínimo;
- Endividamento máximo.

Os índices descritos acima são calculados numa base consolidada da Companhia. O descumprimento dessas exigências por parte da Companhia poderia gerar uma antecipação do vencimento das obrigações registradas no passivo não circulante com credores nacionais e no exterior.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia deixou de cumprir a condição contratual de empréstimos e financiamentos (índice financeiro dos covenants), relativo aos Ratios Total Debt to Ebitda, Net Debt to Ebitda e Consolidated Interest Coverage Ratio para determinados contratos. Esse fato foi devidamente comunicado aos credores e foi solicitado aos credores concessão de um perdão (*waiver*), o que foi obtido com pleno êxito para todos os contratos no mês de Dezembro de 2012.

(e) Contratação de Carta de Fiança

Em 13 de janeiro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a contratação de carta de fiança junto ao Banco Safra, no valor de US$79.692 mil, para garantir operação relacionada ao pagamento complementar e final da aquisição da Mineração JMendes Ltda., da Siderúrgica do Oeste de Minas Gerais Ltda. e da Global Mineração Ltda., conforme previsto no contrato original e divulgado em Fato Relevante, datado de 2 de fevereiro de 2008. O saldo da carta de fiança em 31 de dezembro de 2012 é de US$53.128 mil.

(f) Garantias de empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos e financiamentos estão garantidos substancialmente por bens do imobilizado, cujo valor líquido contábil é de R$4.171.372 (31 de dezembro de 2011 - R$3.564.960) na Controladora e R$4.757.746 (31 de dezembro de 2011 - R$4.171.535) no Consolidado.

Notas Explicativas

(g) Linhas de crédito não sacadas

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo das linhas de crédito não sacadas, com vencimento em mais de um ano e taxas variáveis totalizam R$2.174.540 (31 de dezembro de 2011 - R$2.107.120). Em termos consolidados, o saldo dessas operações totalizam R$2.176.763 (31 de dezembro de 2011 - R$2.113.169). Em 31 de dezembro de 2012, as Empresas Usiminas não possuem linhas de crédito não sacadas em taxa fixa.

(h) Arrendamentos financeiros

A Companhia possui obrigações de arrendamento financeiro que são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador, no caso de inadimplência.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo das operações de arrendamentos financeiros totalizam R$320 (31 de dezembro de 2011 - R$3.083). Em termos consolidados, o saldo dessas operações totalizam R$1.596 (31 de dezembro de 2011 - R$6.644).

(i) Valor justo e segregação por moeda dos empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos bem como a segregação dos valores contábeis por moeda estão demonstrados na Nota 5.3 (d).

(j) Outras informações relevantes sobre empréstimos e financiamentos

(i) Linha de crédito rotativo

Em 28 de julho de 2011, o Conselho de Administração aprovou a proposta de linha de crédito rotativo (*Revolving Credit Facility*), no valor de US$750 milhões, que poderá ser utilizada num período de até 5 anos. A transação possui o formato de *Club Deal* e conta com a participação de cinco bancos, sendo que cada um dos bancos disponibilizou US$150 milhões.

(ii) Contrato de limite de crédito rotativo BNDES

Em 28 de outubro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a participação da Companhia, como Beneficiária no Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito Rotativo a ser firmado junto ao BNDES, no valor de R$2.018.597.

Notas Explicativas

21 Debêntures

Em 1º de fevereiro de 2008, a Companhia efetuou distribuição pública de 5.000 (cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, sendo essa a Quarta Emissão Pública de Debêntures e a primeira no âmbito de seu Segundo Programa de Distribuição de Debêntures. Essas debêntures, no valor total de R$500.000, têm vencimento final em 1 de fevereiro de 2013, sendo que 50% do valor do principal foi amortizado em 1º de fevereiro de 2012. As debêntures são remuneradas por 100% do CDI e sobretaxa de 0,42% ao ano, remuneração essa que será paga semestralmente a partir da data de sua emissão.

Em 31 de dezembro de 2012, os encargos sobre as debêntures no montante de R$7.664 estão registrados no passivo circulante (31 de dezembro de 2011 – R$24.419).

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	524.419	522.416
Encargos provisionados e outros	9.223	25.394
Variação monetária	14.980	33.178
Amortização de encargos	(40.958)	(56.569)
Amortização de principal	(250.000)	
Saldo final	257.664	524.419

Notas Explicativas

22 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
ICMS	32.115	34.693	44.639	50.645
IPI	28.940	27.070	29.320	28.178
IRRF	12.194	11.541	16.385	15.664
ISS	2.126	4.027	6.858	9.787
PIS e COFINS	451	4.586	14.718	14.306
Outros	256	1.485	7.559	7.622
	76.082	83.402	119.479	126.202

23 Tributos parcelados

	Controladora			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
INSS	12.191	25.660	35.569	15.958
IPI	8.880		8.296	
Refis – Lei nº 11.941/09	8.932	5.077	11.511	5.077
Outros	1.104		1.793	1.015
	31.107	30.737	57.169	22.050

	Consolidado			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
INSS	12.195	25.660	35.577	15.958
IPI	8.880		8.296	
Refis – Lei nº 11.941/09	13.255	18.599	15.503	21.664
Outros	1.104		1.793	1.015
	35.434	44.259	61.169	38.637

Notas Explicativas

Sobre os parcelamentos, incidem juros de 1% ao mês (parcelamento previdenciário), TJLP (PAES) e Selic (Lei 11941/2009), com vencimentos previstos para os próximos 141 meses, parcialmente garantidos por bens patrimoniais da Companhia, cujo valor líquido contábil das garantias era de R$20.568 em 31 de dezembro de 2012 (31 de dezembro de 2011 - R$34.555).

A movimentação do saldo de tributos parcelados está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	272.159	283.982	292.746	293.666
Adições		27.367	7	37.128
Provisão (reversão) de juros	14.362	14.351	14.995	14.351
Amortização de juros	(696)	(21.681)	(696)	(21.681)
Amortização de principal	(31.041)	(31.860)	(35.229)	(34.335)
Variação monetária			810	3.617
	254.784	272.159	272.633	292.746
Saldo inicial compensação depósito judicial	(192.940)	(165.573)	(192.940)	(165.573)
(-) compensação depósito judicial		(27.367)		(27.367)
Saldo final compensação depósito judicial	(192.940)	(192.940)	(192.940)	(192.940)
	61.844	79.219	79.693	99.806

As parcelas registradas no passivo não circulante vencerão como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
2013		22.050		26.042
2014	12.075		15.843	3.482
2015	6.998		7.990	927
2016	6.998		7.990	927
2017 a 2024	4.666		12.436	7.259
	30.737	22.050	44.259	38.637

O parcelamento do INSS, que inicialmente venceria em 2013, foi ampliado em mais 60 meses.

Programa de Recuperação Fiscal

Em junho de 2011 a Receita Federal do Brasil reabriu o prazo para inclusão de novos débitos no Parcelamento da Lei 11.941/2009, oportunidade que a Companhia incluiu débitos no montante de R$27.367, atualizados mensalmente pela taxa de juros Selic.

Notas Explicativas

24 Provisão para contingências

	Controladora					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
IR e CSLL	16.503	(16.503)		16.070	(16.070)	
INSS	43.194	(5.805)	37.389	41.852	(5.498)	36.354
Trabalhistas	170.712	(97.734)	72.978	131.919	(83.461)	48.458
Cíveis	136.013	(10.053)	125.960	73.497	(7.809)	65.688
Outras	9.748		9.748			
	376.170	(130.095)	246.075	263.338	(112.838)	150.500

	Consolidado					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
IR e CSLL	33.276	(26.405)	6.871	32.961	(25.966)	6.995
INSS	43.222	(5.833)	37.389	63.892	(5.526)	58.366
CIDE	6.496	(6.496)		6.019	(6.019)	
COFINS	12.335	(11.873)	462	12.335	(11.873)	462
Trabalhistas	203.688	(109.360)	94.328	159.000	(92.284)	66.716
Cíveis	138.091	(10.060)	128.031	75.916	(7.809)	68.107
Outras	18.044	(5.187)	12.857	6.502	(2.893)	3.609
	455.152	(175.214)	279.938	356.625	(152.370)	204.255

A Companhia possui ainda depósitos judiciais, registrados no ativo não circulante, para os quais não existem provisões para contingências relacionadas (Nota 15).

Notas Explicativas

A movimentação das provisões para contingências pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial antes da compensação de depósitos judiciais	263.338	419.312	356.625	502.815
Adições	162.226	55.409	180.185	67.878
Juros/atualizações	34.624	39.597	37.278	43.899
Amortizações/baixas	(44.905)	(64.500)	(45.089)	(76.900)
Reversões	(15.020)	(186.480)	(46.900)	(212.773)
Transferências	(24.093)		(26.947)	31.706
	376.170	263.338	455.152	356.625
Compensação de depósitos judiciais	(130.095)	(112.838)	(175.214)	(152.370)
Saldo final	246.075	150.500	279.938	204.255

(a) Contingências prováveis

As provisões para contingências foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos internos e externos. As causas mais relevantes em 31 de dezembro de 2012 estão descritas abaixo:

Notas Explicativas

(i) Contingências provenientes da Controladora

Descrição	Posição	31/12/2012 Saldo	31/12/2011 Saldo
Ação visando afastar a cobrança das antecipações do IR incidentes sobre o lucro das exportações sob a alíquota de 18%.	Processo sobrestado aguardando julgamento do *leading case*.	16.503	16.070
Autuação fiscal visando à cobrança da contribuição social sobre o adicional de financiamento dos benefícios concedidos às aposentadorias especiais, decorrentes de incapacidade laborativa oriunda de riscos ambientais.	Autos remetidos à 1ª instância.	37.389	36.355
Ação judicial visando afastar a cobrança das contribuições previdenciárias do SAT de trabalhadores avulsos.	Processo incluído na anistia da Lei nº 11.941/09. Aguardando a homologação.	5.806	5.497
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Ipatinga em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	12.503	8.659
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usiminas/Sede BH em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	11.336	5.729
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros do TMP de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	7.923	6.408
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	132.453	103.027
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros do TMP de Praia Mole em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	6.496	8.096
Ação pleiteando indenização por danos materiais (pensão, gastos médicos fixos etc.) e danos morais por exposição ao gás benzeno durante o horário de trabalho.	Aguardando julgamento.	67.730	22.534
Trata-se de procedimento arbitral confidencial envolvendo Usiminas e MRS perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo do Centro e da Federação das Indústrias do Estado de SP (CIESP/FIESP).	Procedimento encerrado em setembro/2012.		19.694
Divergências entre as partes com relação ao preço pago na aquisição da Zamprogna NSG Tecnologia do Aço S.A pela Soluções Usiminas.	Os autos serão encaminhados ao juiz para decisão.	32.861	
Execuções Fiscais movidas pela Fazenda do Estado de São Paulo, derivadas de Autos de Infração de Multa, lavrados pela CETESB.	Em fase de liquidação/pagamento.	7.758	5.603
Outras		37.412	25.666
		376.170	263.338

Notas Explicativas

(ii) Contingências provenientes da Soluções Usiminas

Descrição	Posição	31/12/2012 Saldo	31/12/2011 Saldo
Discussão interpretação da Lei nº 9.718/98, ampliação das bases de cálculo do PIS e da COFINS.	Aguardando julgamento.	14.210	14.210
Ação discutindo a dedutibilidade da CSLL sobre a base de cálculo do IRPJ.	Aguardando julgamento.	15.540	16.891
Ações trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	Aguardando julgamento.	7.689	7.016
Outras		646	3.663
		38.085	41.780

(iii) Contingências provenientes da Unigal

Descrição	Posição	31/12/2012 Saldo	31/12/2011 Saldo
Ação judicial em que se discute a incidência da CIDE sobre as remessas feitas ao exterior em pagamento de transferência de tecnologia.	Processo incluído na anistia da Lei nº 11.941/09, aguardando a homologação do pedido pela Receita Federal.	6.496	6.019
Outras		723	465
		7.219	6.484

	31/12/2012	31/12/2011
Contingências provenientes da Controladora	376.170	263.338
Contingências provenientes da Soluções Usiminas	38.085	41.780
Contingências provenientes da Unigal	7.219	6.484
Contingências provenientes das demais empresas	33.678	45.023
Total do Consolidado	455.152	356.625

(b) Contingências possíveis

Adicionalmente, a controladora, e algumas de suas controladas figuram como parte em processos, não provisionados, cuja expectativa da Administração, baseada na opinião dos consultores jurídicos, é de perda possível, entre os quais se destacam:

Notas Explicativas

(i) Contingências provenientes da Controladora

Descrição	Posição	31/12/2012 Saldo	31/12/2011 Saldo
Ação judicial visando afastar a cobrança da CSL incidente sobre débitos com exigibilidade suspensa e sobre doações e patrocínios a projetos culturais.	Proferida decisão parcialmente favorável à Usiminas na segunda instância judicial.	25.785	23.794
Pedido de compensação de débitos de tributos federais com créditos de IRPJ apurados após revisão do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), não homologado.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	87.011	80.292
Pedido de compensação de saldo negativo de IRPJ com débito da CSL e de IRPJ com débitos do próprio IRPJ não homologado.	Processos encerrados com decisão favorável à Usiminas.		32.339
Execuções Fiscais visando ao estorno de créditos de ICMS em razão da divergência de classificação de materiais entre o Fisco e a Usiminas.	Foram distribuídas três Execuções Fiscais que aguardam julgamento na primeira instância judicial.	45.364	42.267
Ações visando à anulação de autuações fiscais que exigiam o ICMS sobre a exportação de produtos considerados semi-elaborados pelo Fisco (antes da EC 42/03).	Processos alterados para risco de perda remoto.		728.973
Autuação fiscal visando à cobrança do ICMS incidente sobre mercadorias cuja internação na Zona Franca de Manaus não restou comprovada.	Distribuída Execução Fiscal. Há quatro autos de infração aguardando julgamento na esfera administrativa.	49.270	42.140
Execuções fiscais visando ao estorno de créditos de ICMS de materiais considerados como de uso e consumo (refratários e outros)	Há duas Execuções Fiscais que aguardam decisão judicial e dois autos de infração que aguardam julgamento na esfera administrativa.	713.920	468.104
Execução Fiscal visando ao estorno de créditos de ICMS aproveitados pela Usiminas quando da contratação de serviços de transporte.	Aguardando julgamento na primeira instância judicial.	45.832	42.637
Ação visando ao afastamento da cobrança de PIS semestralidade , tendo em vista o erro da base de cálculo da contribuição.	Julgamento favorável em primeira instância. Aguardando o julgamento do recurso do Fisco em segunda instância.	10.238	9.126
Ação transitada em julgado, cuja desistência para a adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09 foi indeferida.	Aguardando julgamento na segunda instância judicial.	68.397	63.263
Ação questionando a cobrança de contribuição previdenciária incidente sobre o seguro de vida em grupo e sobre o PAT.	Proferida decisão favorável à Usiminas na segunda instância judicial.	8.962	8.289
Autuação fiscal visando à cobrança de IRPJ e CSL sobre os lucros auferidos por controlada no exterior na data do levantamento do balanço para a redomiciliação.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	159.307	147.450
Autuação fiscal visando à cobrança de ICMS sobre operações de exportação, sob a alegação de que as empresas destinatárias não constavam como habilitadas na SECEX	Processo administrativo encerrado. Distribuída Execução Fiscal.	34.138	26.515
Execuções fiscais visando à cobrança de ICMS incidente sobre mercadorias remetidas ao exterior, sem a efetiva comprovação da exportação.	Foram distribuídas duas Execuções Fiscais, que aguardam o julgamento na primeira instância judicial.	503.658	466.021
Pedido de compensação de débitos de IPI e de PIS e COFINS com crédito proveniente de pagamento indevido de CSL, não homologado.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	27.524	25.731

Notas Explicativas

Descrição	Posição	31/12/2012 Saldo	31/12/2011 Saldo
Pedido de homologação de compensação de débito de CSL com créditos de recolhimento a maior de CSL não homologado.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	15.180	14.080
Autuação fiscal visando ao estorno de créditos de ICMS relativos à aquisição de materiais classificados como de uso e consumo pelo Fisco.	Há um auto de infração encerrado na esfera administrativa e aguardando a inscrição em dívida ativa e outro que aguarda julgamento na esfera administrativa.	56.050	18.385
Autuação fiscal visando à cobrança de contribuições previdências relativas ao custeio da aposentadoria especial em decorrência do risco ambiental.	Aguardando decisão na esfera administrativa.	15.426	
Autuação fiscal visando à cobrança de ICMS, em decorrência da transferência interestadual entre filiais utilizando como base de cálculo para apuração dos créditos o preço de venda das mercadorias e não o seu custo de produção.	Aguardando decisão na esfera administrativa.	22.643	
Autuação fiscal visando ao estorno de créditos de ICMS aproveitados após o prazo decadencial.	Aguardando decisão na esfera administrativa.	23.422	
Execução Fiscal proposta pelo Município de Ipatinga visando à cobrança de débito de IPTU/2011 e Pedido de Revisão do IPTU/2012 apresentado pela Usiminas.	Execução Fiscal sobrestada. Pedido de Revisão não provido.	69.388	
Ação visando afastar a cobrança das contribuições previdenciárias incidentes sobre participação nos lucros e resultados pagos aos empregados no período de 1995 a 1998.	A Usiminas obteve decisão parcialmente favorável na segunda instância judicial e interpôs recurso, que aguarda julgamento.	15.884	
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho, em instâncias diversas.	127.454	123.215
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros do TMP de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	14.775	13.960
Ações envolvendo empregados, ex- empregados próprios e terceiros da Usina de Ipatinga em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	94.100	67.145
Ação anulatória de decisão administrativa do CADE, que condenou a Usiminas ao pagamento de multas por violação da ordem econômica.	Recurso especial não admitido.	60.126	50.606
Ação anulatória de decisão administrativa do CADE, que condenou a Cosipa ao pagamento de multas por violação da ordem econômica.	Recurso especial não admitido.	48.866	41.129
Multa aplicada pela SUNAB, em razão da suposta venda pela Cosipa de mercadorias com preços superiores ao tabelado e em desacordo com as especificações desse órgão.	Processo em fase de instrução.	16.660	14.022
Outras		256.670	151.869
		2.616.050	2.701.352

Notas Explicativas

(ii) Contingências provenientes da Usiminas Mecânica

Descrição	Posição	31/12/2012 Saldo	31/12/2011 Saldo
Processo Administrativo referente à antecipação da realização do saldo credor do lucro inflacionário originário da parcela da correção monetária das demonstrações financeiras do período base de 1990.	Risco de perda alterado de possível para remoto.	28.651	26.244
Ação pleiteando ressarcimento sob a alegação de prejuízos diretos e indiretos, por motivos de desacordo na fabricação e no fornecimento.	Aguardando julgamento.	301.792	268.289
Ação Civil Pública relativa a construção de Ponte, pleiteando ressarcimento ao Erário de valores acrescidos através de Aditamento ao Contrato da Empreitada.	O processo foi concluso para despacho.	284.808	240.428
Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público contra a Usiminas Mecânica, pleiteando o ressarcimento dos supostos danos causados ao Erário do Estado de Santa Catarina em razão de valores com gastos indevidos na construção de Ponte.	Aguardando julgamento.	58.960	
Outras		55.047	45.566
		729.258	580.527

(iii) Contingências provenientes da Unigal

Descrição	Posição	31/12/2012 Saldo	31/12/2011 Saldo
Execução fiscal visando a cobrança de ISS sobre prestação de serviços de galvanização à Usiminas.	Aguardando julgamento na 1ª instância judicial.	46.722	41.683
Outras		3	
		46.725	41.683

(iv) Contingências provenientes da Soluções Usiminas

Descrição	Posição	31/12/2012 Saldo	31/12/2011 Saldo
Diversos Autos de infração originado de compensação de Pis com Cofins, Finsocial, ICMS e Incra	Autuação foi impugnada	20.357	32.429
Processos trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	Aguardando julgamento	46.450	17.483
Outros – diversas ações de natureza tributária e civil		55.408	53.202
		122.215	103.114

Notas Explicativas

	31/12/2012	31/12/2011
Contingências provenientes da Controladora	2.616.050	2.701.352
Contingências provenientes da Usiminas Mecânica	729.258	580.527
Contingências provenientes da Unigal	46.725	41.683
Contingências provenientes da Soluções Usiminas	122.215	103.114
Contingências provenientes das demais empresas	6.333	3.715
Total do Consolidado	3.520.581	3.430.391

(c) Contingências ativas

A seguir, estão demonstradas as contingências ativas da Companhia e da controlada em conjunto Unigal, cujos processos não transitaram em julgado e, portanto, não foram reconhecidas no balanço:

(i) Contingências provenientes da Controladora

		31/12/2012	31/12/2011
Descrição	Posição	Saldo	Saldo
Ação proposta pela Usiminas visando receber o valor integral recolhido à Eletrobrás a título de empréstimo compulsório, de acordo com os critérios da legislação vigente à época do recolhimento do tributo.	Aguardando julgamento em segunda instância.	629.978	586.803
Ação proposta pela Cosipa visando receber o valor integral recolhido à Eletrobrás a título de empréstimo compulsório, de acordo com os critérios da legislação vigente à época do recolhimento do tributo.	Aguardando julgamento em instância superior.	702.491	654.346
Ação questionando a restrição do direito ao crédito de PIS e COFINS sobre máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado adquiridos antes de 30/04/2004.	Aguardando julgamento em segunda instância.	142.897	133.104
Outras		88.930	57.120
		1.564.296	1.431.373

(ii) Contingências provenientes da Unigal

		31/12/2012	31/12/2011
Descrição	Posição	Saldo	Saldo
Ação pleiteando a devolução do valor depositado para suspender a exigibilidade do Auto de Infração, tendo em vista a adesão à anistia estadual.	Probabilidade de êxito alterada para possível.		7.845
			7.845

Notas Explicativas

	31/12/2012	31/12/2011
Contingências provenientes da Controladora	1.564.296	1.431.373
Contingências provenientes da Unigal		7.845
Total do Consolidado	1.564.296	1.439.218

25 Provisão para recuperação ambiental

As Empresas Usiminas possuem provisão para recuperação ambiental conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Despoluição da Baía de Sepetiba	21.417	57.354	21.417	57.354
Recuperação de áreas em exploração			56.286	50.906
	21.417	57.354	77.703	108.260

Os gastos com a recuperação ambiental foram registrados como parte dos custos desses ativos em contrapartida à provisão que suportará tais gastos e levam em conta as estimativas da Administração da Companhia de futuros gastos trazidos a valor presente. As estimativas de gastos serão revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados.

26 Obrigações de benefícios de aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Obrigações registradas no balanço patrimonial com		
Benefícios de planos de aposentadoria	1.322.845	1.223.587
Benefícios de saúde pós-emprego	73.967	53.886
	1.396.812	1.277.473

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Receitas (despesas) reconhecidas na demonstração do resultado com (Nota 32 (b))		
Benefícios de planos de aposentadoria	89.203	91.940
Ajuste Plano de Benefícios (alteração regulamentar do Usiprev)	1.934	2.787
Benefícios de saúde pós-emprego	(5.045)	(5.061)
	86.092	89.666
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes	(530.684)	(277.354)
Ganhos (perdas) atuariais das dívidas contratadas reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes - CPC 33 e IFRIC 14	277.677	(81.607)
Redução (aumento) no ativo (*asset celing*) nos outros resultados abrangentes - parágrafo 58 CPC 33 e IAS 19	2.245	204.787
Perdas atuariais acumuladas reconhecidas em outros resultados abrangentes	(250.762)	(154.174)

26.1 Planos de suplementação de aposentadoria

A Companhia instituiu, em agosto de 1972, a Caixa dos Empregados da Usiminas (CAIXA), sociedade civil sem fins lucrativos, classificada como Entidade Fechada de Previdência Complementar.

A incorporada Cosipa instituiu, em agosto de 1975, a Fundação Cosipa de Seguridade Social (FEMCO), classificada como Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos.

Em 29 de março de 2012, por meio da Portaria nº 165, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 30 de março de 2012, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, aprovou a incorporação da Fundação Cosipa de Seguridade Social (FEMCO) pela Caixa dos Empregados da Usiminas (CAIXA). Com esta aprovação a administradora dos planos previdenciários das empresas Usiminas passou a se chamar Previdência Usiminas.

A Previdência Usiminas, em consonância com a legislação aplicável, têm como finalidade principal a administração e a execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.

Notas Explicativas

(a) Planos Administrados pela Previdência Usiminas

- Plano de Benefícios 1 (PB1)

É um plano de benefício definido e se encontra fechado para novas adesões desde novembro de 1996.

Oferece os seguintes benefícios convertidos em renda vitalícia: aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial e benefício proporcional diferido. Além disso, os participantes deste plano têm direito a benefícios de resgate, portabilidade, auxílio-funeral, auxílio-reclusão e auxílio-doença.

- Plano de Benefícios 2 (USIPREV)

Trata-se de um plano de benefícios de Contribuição Variável (CV), ativo em funcionamento desde agosto de 1998, oferecido aos colaboradores das empresas patrocinadoras.

Durante a fase de acumulação o participante do USIPREV define sua contribuição mensal para a constituição da sua reserva de poupança. No momento da concessão do benefício, o participante pode optar em receber seu beneficio em uma renda mensal entre 0,5% a 1,5% do seu Saldo de Conta, ou em uma renda mensal por prazo determinado, entre 60 e 360 meses. O “Participante Fundador” - inscrito no plano até 13 de abril de 2011, também poderá optar por converter seu saldo de conta em uma renda mensal vitalícia. Neste caso, durante a fase de recebimento do benefício, o USIPREV terá características de um plano da modalidade Benefício Definido (BD).

Os benefícios assegurados por este plano abrangem: aposentadoria programada, benefícios decorrentes da opção pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD), benefícios gerados por recursos portados, aposentadoria por invalidez; auxílio doença e aposentadoria por morte - antes e após aposentadoria. São ainda assegurados os Institutos do Autopatrocínio, BPD, Portabilidade e Resgate.

- Plano de Benefício Definido (PBD)

É um plano de benefício definido e se encontra fechado para novas adesões desde dezembro de 2000.

Oferece os seguintes tipos de benefício convertidos em renda vitalícia: aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial e benefício proporcional diferido.

Notas Explicativas

Além disso, os participantes deste plano têm direito a benefícios de resgate, portabilidade, auxílio-funeral, auxílio-natalidade e auxílio-doença.

- COSIPREV

Trata-se de um plano de contribuição definida fechado para novas adesões desde 30 de abril de 2009.

Os benefícios de aposentadoria oferecidos são: aposentadoria programada, aposentadoria por invalidez e benefício proporcional diferido.

Além disso, os participantes desse plano têm direito a benefícios de aposentadoria, auxílio-doença, resgate e portabilidade.

As reservas técnicas da Previdência Usiminas são calculadas por atuário independente contratado pela Companhia e representam a obrigação assumida de benefícios concedidos e a conceder aos participantes e aos seus beneficiários.

26.2 Dívidas contratadas – requisitos de fundamentos mínimos

A Companhia possui dívidas contratadas que representam requisitos de fundamentos mínimos para pagamento de contribuições com o objetivo de cobrir a defasagem existente em relação aos serviços já recebidos conforme definido pelo CPC 33 e pelo IFRC 14.

Em razão de algum eventual superávit não ser recuperável, as dívidas contratadas são reconhecidas como um passivo adicional na apuração do passivo atuarial líquido.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo devedor das referidas dívidas da Companhia com os planos PB1 e PBD junto à Previdência Usiminas era de R$1.161.143 (31 de dezembro de 2011- R$1.218.507).

Abaixo descrevemos as características gerais das dívidas as quais foram consideradas nos cálculos atuariais efetuados em consonância com o CPC 33, o IAS 19 e o IFRIC14.

A Companhia, bem como as demais patrocinadoras do plano PB1, vem efetuando mensalmente as contribuições normais e as extraordinárias, necessárias para cobertura da insuficiência de reserva apurada em dezembro de 1994. Essa insuficiência de reserva está sendo amortizada pelas patrocinadoras no prazo de 19 anos, a partir de 2002, correndo em taxa de juros de 6% a.a. e atualização mensal pelo IGP-M.

Notas Explicativas

O saldo devedor da dívida do plano PBD é estabelecido no encerramento de cada exercício, com base em reavaliação atuarial direta das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder. No decorrer do exercício subsequente, conforme definido na sistemática de reavaliação atuarial, o valor da dívida é ajustado pelo superávit ou déficit mensal apurado no plano PBD e pelo pagamento das parcelas a vencer no período. O saldo devedor dessa dívida deverá ser amortizado em 208 parcelas, que correspondem ao valor das prestações mensais calculadas com base na "Tabela Price", com juros equivalentes a 6% (seis por cento) ao ano e atualização mensal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A dívida do plano PBD está garantida por bens patrimoniais registrados no montante de R$583.106 em 31 de dezembro de 2012 (31 de dezembro de 2011 – R$543.995).

26.3 Cálculo atuarial dos planos de aposentadoria

Os valores apurados, conforme laudo atuarial, e reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado				
					31/12/2012
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(3.578.365)	(1.568.549)	(1.365.213)	(4.869)	(6.516.996)
Valor justo dos ativos	3.252.816	1.309.922	1.270.450	7.569	5.840.757
	(325.549)	(258.627)	(94.763)	2.700	(676.239)
Serviço passado não reconhecido			(22.520)		(22.520)
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	(624.086)				(624.086)
	(949.635)	(258.627)	(117.283)	2.700	(1.322.845)

	Controladora e Consolidado				
					31/12/2011
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(2.945.698)	(1.369.337)	(1.135.452)	(2.375)	(5.452.862)
Valor justo dos ativos	2.948.415	1.195.639	1.152.037	5.849	5.301.940
	2.717	(173.698)	16.585	3.474	(150.922)
Serviço passado não reconhecido			(24.454)		(24.454)
Ativo de benefício (*asset ceiling*)	(2.717)			(685)	(3.402)
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	(963.701)	(81.108)			(1.044.809)
	(963.701)	(254.806)	(7.869)	2.789	(1.223.587)

As patrocinadoras do USIPREV são solidárias entre si no que concerne às obrigações relativas à cobertura de benefícios oferecidos pela Previdência Usiminas aos participantes e respectivos beneficiários deste Plano.

Notas Explicativas

O COSIPREV possui um Fundo Previdencial, formado por recursos dos saldos de conta dos participantes não utilizados na concessão dos benefícios e poderá, com base no regulamento do plano, ser utilizado no futuro como fonte de custeio desse plano. Em 31 de dezembro de 2012, a parcela do Fundo Previdencial atribuído às Empresas Usiminas é de R$2.700 (31 de dezembro de 2011 - R$2.789).

A movimentação na obrigação de benefício definido nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	(5.452.862)	(5.041.726)
Custo do serviço corrente	(5.387)	(6.786)
Custo dos juros	(580.811)	(568.051)
Benefícios pagos	414.922	390.028
Ajustes Mudança no Plano de benefícios		27.241
Ganhos (perdas) atuariais	(892.858)	(253.568)
	(6.516.996)	(5.452.862)

A movimentação no valor justo dos ativos do plano nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	5.301.940	5.023.144
Retorno esperado dos ativos	675.191	666.565
Contribuições reais durante o ano	170.969	165.036
Benefícios pagos	(414.922)	(390.028)
Ganhos (perdas) atuariais	107.579	(162.777)
	5.840.757	5.301.940

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Custo do serviço corrente	(5.387)	(6.786)
Custo dos juros	(580.811)	(568.051)
Retorno esperado dos ativos	675.191	666.565
Ajuste Plano de benefícios (alteração regulamentar do Usiprev)	1.934	2.787
Outros	210	212
	91.137	94.727

Os encargos acima demonstrados foram reconhecidos em “Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado (Nota 32(b)).

O retorno real sobre os ativos do plano foi de R$782.770 (31 de dezembro de 2011 – R$503.778).

Notas Explicativas

As contribuições esperadas dos planos de benefício pós-emprego para o exercício de 2013 totalizam R$178.369.

Premissas Atuariais

	31/12/2012	Percentual 31/12/2011	
	Previdência Usiminas	CAIXA	FEMCO
Taxa de desconto	8,68% a.a.	10,35% a.a.	10,35% a.a.
Taxa de inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a	4,50% a.a
Retorno esperado sobre os ativos – PB1 e PBD	8,68% a.a.	12,84% a.a.	12,07% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos – USIPREV e COSIPREV	8,68% a.a.	11,59% a.a.	12,03% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	7,64% a.a	7,64% a.a
Crescimento dos benefícios da Previdência Social	4,50% a.a.	4,50% a.a	4,50% a.a

As premissas referentes à mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com estatísticas publicadas e sua experiência. Para o ano de 2012 e 2011, as premissas de mortalidade para os planos PB1, Cosiprev e Usiprev baseiam-se na tábua de mortalidade AT 2000. Para o ano de 2012, no plano PBD as premissas de mortalidade baseia-se na tábua de mortalidade AT 1983 (2011 – AT 2000). Para 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a tábua de mortalidade de inválidos utilizada foi a AT – 1949 masculina.

26.4 Ajustes de experiências

Os efeitos dos ajustes de experiências apurados no período é apresentado como segue:

							31/12/2012
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAUDE	TOTAL
Valor presente da obrigação de benefício definido	(3.578.365)	(1.568.549)	(1.365.213)	(4.869)	(6.516.996)	(73.967)	(6.590.963)
Valor justo dos ativos do plano	3.252.816	1.309.922	1.270.450	7.569	5.840.757		5.840.757
Déficit (excedente) no plano	(325.549)	(258.627)	(94.763)	2.700	(676.239)	(73.967)	(750.206)
Ajustes de experiência das obrigações do plano	(57.296)	7.242	(13.707)	(537)	(64.298)	(5.107)	69.405
Ajustes de experiência dos ativos do plano	33.314	57.546	14.591	2.128	107.579		107.579

Notas Explicativas

							31/12/2011
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAUDE	TOTAL
Valor presente da obrigação de benefício definido	(2.945.698)	(1.369.337)	(1.135.452)	(2.375)	(5.452.862)	(53.886)	(5.506.748)
Valor justo dos ativos do plano	2.948.415	1.195.639	1.152.037	5.849	5.301.940		5.301.940
Déficit (excedente) no plano	2.717	(173.698)	16.585	3.474	(150.922)	(53.886)	(204.808)
Ajustes de experiência das obrigações do plano	(50.302)	(10.932)	(15.659)	(473)	(77.366)	(2.981)	(80.347)
Ajustes de experiência dos ativos do plano	(225.892)	69.649	(9.389)	(2.855)	(168.487)		(168.487)

26.5 Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

A Previdência Usiminas através da antiga FEMCO possui também um sistema de saúde integrado, abrangente aos aposentados, composto de:

- Plano de Saúde, para pequenas despesas, como consultas e exames de rotina;
- Fundo de Saúde – COSaúde, para despesas de internações clínicas e/ou cirúrgicas, bem como outros procedimentos de alto custo e ambulatoriais.

Para o Plano de Saúde, existe subsídio da Companhia aos aposentados, aos pensionistas e aos dependentes, variando de 20% a 40% do custo médico, de acordo com o benefício total – INSS mais Previdência Usiminas. A condição para o aposentado participar do Plano de Saúde é a adesão ao COSaúde. Quanto ao Fundo de Saúde – COSaúde, é um sistema de autogestão e pré-pagamento integral pelo participante.

Este plano está fechado para novas adesões desde abril de 2002.

Além das premissas estabelecidas acima, a principal premissa atuarial é um aumento de longo prazo nos custos dos serviços médicos de 8,68% ao ano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial, conforme laudo atuarial, foram determinados como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente da obrigação atuarial	(73.967)	(53.886)

Notas Explicativas

A movimentação na obrigação de benefício definido durante os períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	(53.886)	(48.510)
Custo dos juros	(5.045)	(5.061)
Benefícios pagos	3.752	3.586
Ganhos (perdas) atuariais	(18.788)	(3.901)
	(73.967)	(53.886)

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Custo dos juros	(5.045)	(5.061)
	(5.045)	(5.061)

Os encargos acima apresentados foram reconhecidos em “Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

O efeito de uma movimentação de 1% na taxa de tendência presumida do custo de saúde é como segue:

	2012	
	Aumento	Redução
Efeito no total do custo dos juros	741	(590)
Efeito na obrigação de benefício definido	8.510	(6.829)

26.6 Ativos dos planos de aposentadoria

Os ativos dos planos de aposentadoria são compostos como segue:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor	%	Valor	%
Ações da Companhia	466.280	8	877.474	17
Títulos do Governo Federal	1.764.115	30	1.835.805	35
Renda fixa	2.982.605	51	1.805.986	34
Renda variável	133.469	2	142.302	2
Investimentos imobiliários	289.824	5	455.625	9
Outros	204.464	4	184.748	3
	5.840.757	100	5.301.940	100

Os ativos do plano de aposentadoria incluem 34.109.762 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R$466.280 (31 de dezembro de 2011 – 51.164.642 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R$877.474).

Notas Explicativas

O retorno esperado sobre os ativos dos planos corresponde à taxa de desconto definida com base nos títulos do governo federal de longo prazo que são relacionados à inflação, alinhados com o prazo médio ponderado pelo fluxo futuro de pagamentos de benefícios ora avaliados.

27 Patrimônio líquido

(a) Novo Acordo de Acionistas

Em 17 de janeiro de 2012, a Companhia informou ao mercado, por meio de Fato Relevante, a conclusão ocorrida em 16 de janeiro de 2012, das operações de compra e venda de ações nos termos da regulamentação aplicável do mercado de capitais brasileiro, cujo teor está transcrito a seguir:

(i) Confab Industrial S.A. (“Confab”), Prosid Investments S.C.A. (“Prosid”), Siderar S.A.I.C. (“Siderar”) e Ternium Investments S.à r.l. (“Ternium” e, juntamente com Confab, Prosid e Siderar, o “Grupo Techint”) concluíram as operações de compra e venda de ações nos termos dos contratos de compra e venda de ações celebrados junto à VBC Energia S.A. (“VBC”), à Votorantim Industrial S.A. (“Votorantim”) e à Previdência Usiminas (nova denominação da Caixa dos Empregados da Usiminas; “CEU”) e os “Contratos de Compra e Venda do Grupo Techint”) em 27 de novembro de 2011 e adquiriram 139.741.296 ações ordinárias da Usiminas, representando aproximadamente 27,66% das ações ordinárias da Usiminas e aproximadamente 13,78% do capital social da Usiminas, pelo preço de R$36,00 por ação, totalizando o montante de R$5.030.687.

(ii) Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (“NSSMC”) (nova denominação da Nippon Steel Corporation; “NSC”) concluiu a operação de compra e venda de ações nos termos do contrato de compra e venda de ações celebrado com a CEU em 27 de novembro de 2011, e adquiriu 8.527.440 ações ordinárias da Usiminas, representando aproximadamente 1,69% das ações ordinárias da Usiminas e aproximadamente 0,84% do capital social da Usiminas, pelo preço de R$36,00 por ação, totalizando o montante de R$306.988.

Notas Explicativas

(iii) O Grupo Techint, NSC, Nippon Usiminas Co. Ltd. ("NU"), Metal One Corporation ("Metal One"), Mitsubishi Corporation do Brasil S.A. ("Mitsubishi") e CEU celebraram um Acordo de Acionistas Aditado e Consolidado da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS (o "Novo Acordo de Acionistas"), em termos essencialmente idênticos aos do Acordo de Acionistas Aditado e Consolidado da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS celebrado em 27 de novembro de 2011, porém com a exclusão das condições precedentes de eficácia deste acordo. O Novo Acordo de Acionistas adita, consolida e substitui inteiramente o Acordo de Acionistas Aditado e Consolidado da Usiminas de 06 de novembro de 2006 ("Acordo de Acionistas Original") e deverá reger as relações entre partes de tal acordo na qualidade de acionistas e membros do grupo de controle da Usiminas. Uma cópia do Novo Acordo de Acionistas foi entregue à Usiminas em 17 de janeiro de 2012, para assinatura, na qualidade de interveniente anuente, e arquivamento em sua sede social para os fins do artigo 118 da Lei Nº 6.404/76.

(iv) O Novo Acordo de Acionistas também substitui e revoga o Acordo de Acionistas da Usiminas de 18 de fevereiro de 2011, entre Mitsubishi, Metal One, NSC, NU, VBC e Votorantim, o qual foi expressamente resilido pelas suas partes na presente data.

Para fins de referência, o quadro a seguir indica a distribuição do capital votante da USIMINAS entre as partes do Novo Acordo de Acionistas na presente data e após a conclusão das operações referidas nos itens "(i)" e "(ii)":

	Acordo de Acionistas Original		Novo Acordo de Acionistas	
	Ações ONs Vinculadas (%)	Total de Ações ONs(%)	Ações ONs Vinculadas(%)	Total de Ações ONs(%)
NSSMC (i)	3,75	2,40	6,40	4,09
NU	37,18	23,74	37,18	23,74
Total NSC e NU	**40,93**	**26,14**	**43,58**	**27,83**
Mitsubishi e Metal One	2,54	1,62	2,54	1,62
Total NSC, NU, Mitsubishi e Metal One	**43,47**	**27,76**	**46,12**	**29,45**
Ternium			26,26	16,77
Siderar			3,10	1,98
Prosid			6,20	3,96
Confab			7,75	4,95
Grupo Techint			**43,31**	**27,66**
Grupo V/C (Votorantim e Camargo Correa)	**40,67**	**25,97**		
Previdência Usiminas	**15,86**	**10,13**	**10,57**	**6,75**
Acionistas controladores	**100,00**	**63,86**	**100,00**	**63,86**
Acionistas não controladores		**36,14**		**36,14**

(i) O Grupo NSSMC possui 6.726.600 ações ordinárias livres, não vinculadas ao Novo Acordo de Acionistas.

Notas Explicativas

(b) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o capital social da Companhia, que totaliza R$12.150.000, é composto por 1.013.786.190 ações e pode ser demonstrado conforme a seguir:

	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Total de ações	505.260.684	508.439.712	85.794	1.013.786.190
Total de ações em tesouraria	(2.526.654)	(24.060.356)		(26.587.010)
Total de ações ex-tesouraria	502.734.030	484.379.356	85.794	987.199.180

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral e as ações preferenciais não têm direito a voto, mas (i) receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; têm (ii) o direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, de quaisquer bonificações votadas em Assembleia Geral; (iii) a prioridade no reembolso de capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia; (iv) adquirirão direito a voto nas assembleias se a Companhia deixar de pagar dividendos preferenciais durante três exercícios consecutivos.

As ações preferenciais não podem ser convertidas em ordinárias.

Os titulares de ações preferenciais Classe B gozarão de prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia. Os titulares de ações preferenciais Classe A gozarão da mesma prioridade, porém, somente após o atendimento da prioridade conferida às ações preferenciais Classe B. As ações preferenciais Classe B poderão, a qualquer tempo e a exclusivo critério do acionista, ser convertidas em ações preferenciais Classe A.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício calculado nos termos da lei societária.

(c) Reservas

- Valor excedente na subscrição de ações – constituída no processo de incorporação, em conformidade com o art. 14, § único da Lei 6.404/76. Essa reserva poderá ser utilizada na absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, resgate, reembolso ou compra de ações, resgate de partes beneficiárias, incorporação ao capital social e pagamento de dividendos a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada (art. 200 da Lei nº 6.404/76).

- Ações em tesouraria – em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia possuía 2.526.654 ações ordinárias e 22.455.476 ações preferências Classe A, em tesouraria.

- Reserva especial de ágio – refere-se ao reconhecimento do benefício fiscal da incorporação reversa efetuada pela controlada Mineração Usiminas (Nota 16 (d)(iv)).

Notas Explicativas

- Opções outorgadas reconhecidas - refere-se ao reconhecimento das ações outorgados conforme Plano de Opção de Compra de Ações (Nota 39).

- Reserva legal – constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social

Reserva para investimentos e capital de giro – o saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R$3.171.797 (31 de dezembro de 2011 - R$3.791.235), é assim composto:

(i) Pela destinação de 50% do lucro líquido do exercício ajustado pela reserva legal, conforme previsto no estatuto da Companhia. A reserva de investimentos e capital de giro não poderá ultrapassar 95% do capital social, e seu saldo poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, distribuição de dividendos, resgates, reembolso ou compra de ações ou ainda capitalizado. Em 31 de dezembro de 2011, o valor destinado à constituição dessa reserva foi de R$110.711.

(ii) Pela destinação do montante de R$51.466 em 31 de dezembro de 2011, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76, com base em orçamento de capital aprovado em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 06 de março de 2012.

(iii) Pela absorção do saldo de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2012 de R$619.438, nos termos do art. 189 da Lei nº 6.404/76.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se substancialmente a:

(i) Resultado de transação de capital: corresponde ao resultado de alterações nas participações societárias que não resultaram em perda ou aquisição de controle. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo credor dessa conta de R$871.258 refere-se a operação de reestruturação societária da Mineração Usiminas (Nota 16 (e) (i)).

(ii) Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 e IAS 19 (Nota 26). Em 31 de dezembro de 2012, o saldo devedor dessa conta totaliza R$592.487 (31 de dezembro de 2011 – R$341.725).

(iii) Correção do ativo imobilizado: corresponde a aplicação do IAS 29 em consonância com o CPC 37 para o período em que a economia brasileira se enquadrava na definição de hiperinflacionária. A referida correção é realizada com base na vida útil dos ativos imobilizados contra lucros acumulados. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo credor dessa conta totaliza R$194.530 (31 de dezembro de 2011 – R$211.887).

(iv) Reserva de *hedge* de fluxo de caixa: corresponde substancialmente a operação de *hedge* descrita na Nota 6 (c). Em 31 de dezembro de 2012, o saldo devedor dessa reserva totaliza R$121.597 (31 de dezembro de 2011 – R$143.735).

Notas Explicativas

(e) Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos e juros sobre capital próprio propostos, relativos ao exercício de 2011, podem ser demonstrados conforme a seguir:

	31/12/2011
Lucro líquido do exercício (i)	233.077
Constituição da reserva legal (5%)	(11.653)
Base de cálculo dos dividendos	221.424
Juros sobre capital próprio a pagar	**81.577**
Valor por ação ON	R$0,078769
Valor por ação PN	R$0,086646
Total	**81.577**
Porcentagem sobre a base de cálculo dos dividendos em relação ao lucro líquido do exercício	35%

(i) Lucro líquido da Controladora, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os dividendos e juros sobre capital próprio reconhecidos no exercício de 2011 estão demonstrados a seguir:

Natureza	R$/ação Ordinária	R$/ação Preferencial	31/12/2011
Juros sobre capital próprio a pagar	R$0,078769	R$0,086646	55.356
Juros sobre capital próprio (i)	R$0,136908	R$0,150599	176.833
Total dos dividendos disponibilizados			232.189

(i) Juros sobre capital próprio complementares sobre o resultado do ano anterior, e aprovados no atual exercício.

Notas Explicativas

A movimentação dos dividendos e dos juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Natureza	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Dividendos a pagar no início do exercício	57.171	145.175	69.704	159.819
Dividendos e juros sobre capital próprio referentes ao lucro do exercício anterior	26.221	176.833	26.221	176.833
Pagamento de impostos e dos juros sobre capital próprio	(81.568)	(319.684)	(94.099)	(371.896)
Juros sobre capital próprio e dividendos declarados		55.356	25.718	105.457
Dividendos prescritos	(909)	(509)	(909)	(509)
Total dos dividendos a pagar no fim do exercício	915	57.171	26.635	69.704

Os juros sobre capital próprio referentes ao exercício de 2011, no montante de R$81.577 foram contabilizados como despesa financeira para fins fiscais. Em atendimento à Deliberação CVM nº 207/1996, foram revertidos à mesma rubrica do resultado não produzindo, desta forma, efeito no lucro líquido do exercício, exceto quanto aos reflexos fiscais, estes reconhecidos nas linhas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. O estatuto da Companhia prevê pagamento de dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei. Em 2011, a Companhia deliberou o pagamento de juros sobre capital próprio, correspondentes a 35% do lucro líquido do exercício.

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos prescrevem em favor da Companhia.

No exercício de 2012, considerando o prejuízo do exercício apurado pela Companhia, não foram distribuídos/deliberados dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Notas Explicativas

(f) Lucros acumulados

A movimentação dos lucros (prejuízos) acumulados pode ser demonstrada conforme a seguir:

Em 31 de dezembro de 2010	
Lucro do exercício	233.077
Dividendo mínimo obrigatório e juros sobre capital próprio 2011	(55.356)
Dividendos a apropriar	(26.221)
Transferência para reserva legal	(11.653)
Transferência para reserva de investimento e capital de giro	(162.177)
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado	21.821
Dividendos prescritos	509
Em 31 de dezembro de 2011	
Prejuízo do exercício	(639.574)
Plano de opções de ações	1.870
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado	17.357
Dividendos prescritos	909
Transferência para reserva de investimento e capital de giro	619.438
Em 31 de dezembro de 2012	

28 Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais das Empresas Usiminas com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos produtos comercializados.

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda principalmente da fabricação e comercialização de produtos siderúrgicos e serviços relacionados.

Notas Explicativas

28.1 Informações sobre lucro (prejuízo) operacional, ativos e passivos por segmento reportável

							31/12/2012
	Mineração e logística	**Siderurgia**	**Transformação do aço**	**Bens de capital**	**Subtotal**	**Eliminações e ajustes**	**Total**
Receita	898.537	11.452.533	2.077.086	1.017.371	15.445.527	(2.736.728)	12.708.799
Custo das vendas	(341.994)	(11.488.927)	(1.887.065)	(997.214)	(14.715.200)	2.666.900	(12.048.300)
Lucro (prejuízo) bruto	556.543	(36.394)	190.021	20.157	730.327	(69.828)	660.499
(Despesas)/receitas operacionais	(151.246)	(469.701)	(183.228)	(55.967)	(860.142)		(860.142)
Despesas com vendas	(108.989)	(156.090)	(91.918)	(15.940)	(372.937)		(372.937)
Despesas gerais e administrativas	(58.924)	(283.701)	(93.810)	(61.408)	(497.843)	9.396	(488.447)
Outras (despesas) e receitas	16.667	(29.910)	2.500	21.381	10.638	(9.396)	1.242
Lucro (prejuízo) operacional	405.297	(506.095)	6.793	(35.810)	(129.815)	(69.828)	(199.643)
Depreciação, amortização e exaustão	33.959	884.577	52.931	25.244	996.711	1.007	997.718
EBITDA ajustado	439.256	378.482	59.724	(10.566)	866.896	(68.821)	798.075
Margem EBITDA	48.9%	3,3%	2,9%	-1,0%	5,6%		6,3%
Ativos	6.067.795	29.752.641	1.537.259	1.119.479	38.477.174	(5.702.955)	32.774.219
O total do ativo inclui:							
Investimentos em coligadas (exceto o ágio)	283.283	63.640		2.850	349.773		349.773
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	560.836	1.014.905	60.136	56.372	1.692.249	7.755	1.700.004
Passivos circulante e não circulante	832.625	13.136.040	285.182	562.789	14.816.636	(555.490)	14.261.146

Notas Explicativas

	31/12/2011						
	Mineração e logística	Siderurgia	Transformação do aço	Bens de capital	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita	974.253	10.421.067	2.148.859	1.418.709	14.962.888	(3.060.929)	11.901.959
Custo das vendas	(270.272)	(10.230.829)	(1.976.996)	(1.234.875)	(13.712.972)	3.105.181	(10.607.791)
Lucro bruto	703.981	190.238	171.863	183.834	1.249.916	44.252	1.294.168
(Despesas)/receitas operacionais	(138.308)	(244.156)	(192.382)	(99.067)	(673.913)	5.597	(668.316)
Despesas com vendas	(62.398)	(264.977)	(108.870)	(22.323)	(458.568)		(458.568)
Despesas gerais e administrativas	(40.629)	(305.412)	(102.722)	(69.742)	(518.505)	8.186	(510.319)
Outras (despesas) e receitas	(35.281)	326.233	19.210	(7.002)	303.160	(2.589)	300.571
Lucro (prejuízo) operacional	565.673	(53.918)	(20.519)	84.767	576.003	49.849	625.852
Depreciação, amortização e exaustão	27.941	765.421	42.014	21.512	856.888		856.888
Outras adições/exclusões	10.052	(248.176)	19.047	5.626	(213.451)	(5.597)	(219.048)
EBITDA ajustado	603.666	463.327	40.542	111.905	1.219.440	44.252	1.263.692
Margem EBITDA	62,0%	4,4%	1,9%	7,9%	8,2%		10,6%
Ativos	5.829.008	35.169.901	1.637.917	1.228.523	43.865.349	(10.504.924)	33.360.425
O total do ativo inclui:							
Investimentos em coligadas (exceto o ágio)	259.355	62.554		3.184	325.093		325.093
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	993.169	2.131.654	79.077	72.209	3.276.109	4.442	3.280.551
Passivos circulante e não circulante	942.877	14.954.780	396.402	522.376	16.816.435	(2.470.215)	14.346.220

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes.

A Administração avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base em uma mensuração do EBITDA ajustado (não auditado), cuja conciliação com o lucro operacional está demonstrada no quadro acima.

O EBITDA ajustado é calculado adicionando-se ao lucro líquido (prejuízo) do exercício o resultado das operações descontinuadas, o imposto de renda e contribuição social, a participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas, o resultado financeiro, depreciação, amortização e exaustão e outras adições e exclusões.

O faturamento é pulverizado, e a Companhia e suas controladas não possuem clientes que representam individualmente mais de 10% do faturamento. Mais de 95% das receitas são derivadas das receitas com bens e serviços.

Notas Explicativas

28.2 Conciliações de ativos, passivos e receitas dos segmentos reportáveis

Os valores fornecidos ao Conselho de Administração com relação ao total do ativo e do passivo, são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras consolidadas. Esses valores são alocados com base nas operações do segmento e no local físico do ativo. As eliminações dos ativos e passivos entre segmentos referem-se a saldos comuns entre as empresas.

(a) Conciliação dos ativos

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Ativos dos segmentos reportados	38.477.174	43.865.349
Eliminação de ativos entre segmentos	(5.702.955)	(10.504.924)
Ativo total	32.774.219	33.360.425

(b) Conciliação dos passivos

Os passivos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do passivo, conforme segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Passivos dos segmentos reportados	14.816.636	16.816.435
Eliminação de passivos entre segmentos	(555.490)	(2.470.215)
Passivo total	14.261.146	14.346.220

(c) Outros itens significativos

Análise de receita por categoria	31/12/2012	31/12/2011
Receita bruta de vendas mercado interno	14.112.658	14.458.127
Receita bruta de vendas mercado externo	2.782.821	1.646.320
Deduções da receita bruta, principalmente impostos sobre vendas	(4.186.680)	(4.202.488)
Receita líquida de vendas mercado interno	10.110.794	10.345.344
Receita líquida de vendas mercado externo	2.598.005	1.556.615

Notas Explicativas

29 Receita

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Vendas de produtos				
Mercado interno	12.638.859	12.694.998	13.821.781	14.037.934
Mercado externo	2.390.168	1.410.849	2.763.522	1.638.389
	15.029.027	14.105.847	16.585.303	15.676.323
Vendas de serviços				
Mercado interno	55.880	109.003	290.877	420.193
Mercado externo	19.299	7.619	19.299	7.931
	75.179	116.622	310.176	428.124
Receita bruta	15.104.206	14.222.469	16.895.479	16.104.447
Deduções da receita	(3.689.785)	(3.704.947)	(4.186.680)	(4.202.488)
Receita líquida	11.414.421	10.517.522	12.708.799	11.901.959

Notas Explicativas

30 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Depreciação e amortização	(852.062)	(752.082)	(997.718)	(856.888)
Despesas de benefícios a empregados	(1.223.175)	(959.548)	(2.125.813)	(2.028.692)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(7.651.152)	(7.194.422)	(7.045.055)	(6.056.961)
Custo de distribuição	(74.908)	(81.138)	(219.593)	(168.625)
Custo serviços/vendas diversas	(122.210)	(88.562)	(166.857)	(157.993)
Serviços de terceiros	(1.240.939)	(1.246.486)	(1.164.493)	(1.461.959)
Receitas (despesas) com contingências, líquidas	(147.206)	131.071	(133.285)	144.895
Resultado na venda de imobilizado, intangível e Investimento	2.137	49.403	2.246	64.112
Outras receitas (despesas)	(872.187)	(555.650)	(1.057.874)	(753.996)
	(12.181.702)	(10.697.414)	(12.908.442)	(11.276.107)
Custo das vendas	(11.759.451)	(10.445.265)	(12.048.300)	(10.607.791)
Despesas com vendas	(155.945)	(264.876)	(372.937)	(458.568)
Despesas gerais e administrativas	(274.316)	(291.175)	(488.447)	(510.319)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	8.010	303.902	1.242	300.571
	(12.181.702)	(10.697.414)	(12.908.442)	(11.276.107)

31 Despesas com benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Salários e encargos	(1.003.853)	(776.923)	(1.748.078)	(1.627.819)
Encargos previdenciários	(170.527)	(145.155)	(279.545)	(293.485)
Benefícios de planos de aposentadoria e saúde pós-emprego	86.092	89.666	86.092	89.666
Abonos	(21.711)	(13.053)	(23.272)	(22.428)
Participação dos empregados nos lucros	(63.249)	(69.468)	(100.051)	(108.660)
Custos de plano de aposentadoria	(30.723)	(27.709)	(33.952)	(39.196)
Outras	(19.204)	(16.906)	(27.007)	(26.770)
	(1.223.175)	(959.548)	(2.125.813)	(2.028.692)

As despesas com benefícios a empregados são registradas nas rubricas de “Custo das vendas”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

Notas Explicativas

32 Receitas (despesas) operacionais

(a) Despesas com vendas e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Despesas com vendas				
Despesas com pessoal	(34.453)	(55.122)	(83.422)	(106.572)
Serviços de terceiros	(28.141)	(36.765)	(31.239)	(38.333)
Depreciação e amortização	(5.955)	(8.434)	(6.781)	(9.112)
Custo de distribuição	(74.908)	(81.138)	(219.593)	(191.991)
Comissões sobre vendas	(1.886)	(1.665)	(9.275)	(13.538)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.786)	(66.698)	(2.054)	(72.160)
Despesas gerais	(8.816)	(15.054)	(20.573)	(26.862)
	(155.945)	(264.876)	(372.937)	(458.568)
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	(155.655)	(137.810)	(268.357)	(250.272)
Serviços de terceiros	(50.273)	(60.101)	(94.523)	(109.361)
Depreciação e amortização	(6.160)	(2.476)	(19.337)	(14.987)
Honorários da Administração	(7.358)	(29.612)	(10.321)	(32.074)
Despesas gerais	(54.870)	(61.176)	(95.909)	(103.625)
	(274.316)	(291.175)	(488.447)	(510.319)

Notas Explicativas

(b) Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Outras receitas operacionais				
Recuperação de despesas	30.788	7.179	39.359	15.839
Recuperação de tributos	84.906	126.751	87.716	133.161
Recuperação de custos	34.827	37.082	41.461	43.019
Alienação/baixa de investimentos, imobilizado e intangível	5.178	64.953	12.890	121.053
Projeto Reintegra	71.881		71.881	
Benefícios de planos de aposentadoria e saúde pós-emprego	86.092	89.666	86.092	89.666
Aluguel de imóveis	6.712	6.315	6.712	6.318
Outras receitas	30.817	20.255	17.697	13.147
	351.201	352.201	363.808	422.203
Outras despesas operacionais				
Tributos	(11.627)	(23.786)	(16.687)	(24.933)
Resultado de vendas diversas e fretes	(32.684)	(15.849)	(30.909)	(18.275)
Incentivo ao desligamento	(10.018)	(3.861)	(10.018)	(3.861)
Pesquisas tecnológicas	(33.708)	(37.502)	(34.230)	(37.502)
(Provisão) reversão de contingências	(147.206)	131.071	(133.285)	144.895
Incentivo à cultura e esporte, FIA, audiovisual	(5.439)	(453)	(9.391)	(9.213)
Controle ambiental	(23.472)	(6.860)	(23.472)	(6.860)
Encargos judiciais	(18.249)	(6.447)	(18.998)	(6.468)
Custo na venda/baixa imobilizado, investimento e intangível	(3.041)	(15.550)	(10.644)	(56.941)
Multas	(3.477)	(16.632)	(4.459)	(17.779)
Pessoal e treinamento pré-operacional	(13.666)	(28.144)	(13.666)	(28.144)
Resultado com operações de NDF (*Non Deliverable Forward*)	12.834	(3.877)	12.834	(3.877)
Plano de outorga de opção de ações	(6.691)	(2.274)	(6.691)	(2.274)
Consultoria na apuração de projetos de investimentos	(1.114)	(3.788)	(7.199)	(22.373)
Provisões para perdas diversas	(18.308)		(20.782)	
Outras despesas	(27.325)	(14.347)	(34.969)	(28.027)
	(343.191)	(48.299)	(362.566)	(121.632)
	8.010	303.902	1.242	300.571

Notas Explicativas

33 Resultado financeiro

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras				
Juros de clientes	22.205	11.095	28.343	15.829
Receita de aplicações financeiras	7.900	20.451	100.274	171.163
Efeitos monetários	20.297	46.385	137.993	216.861
Correção dos depósitos judiciais	37.211	55.375	41.727	62.293
Juros sobre créditos fiscais	6.057	28.973	6.996	28.973
Realização do ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	84.951	114.009	84.984	113.794
Outras receitas financeiras	13.599	24.187	7.866	17.030
	192.220	300.475	408.183	625.943
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos e tributos parcelados	(214.497)	(240.236)	(249.777)	(271.636)
Resultado das operações de s*wap*	(184.255)	58.622	62.415	(20.097)
Efeitos monetários	(234.712)	(257.728)	(249.044)	(272.541)
Juros, comissões e despesas de mora	(10.675)	(12.803)	(17.823)	(15.832)
IOF	(4.031)	(8.450)	(5.411)	(8.662)
Juros sobre passivos contingentes	(34.624)	(39.597)	(37.278)	(43.899)
Realização do ajuste a valor presente de fornecedores	(63.920)	(72.926)	(99.443)	(72.269)
Comissões s/ financiamentos e outros	(27.121)	(10.419)	(28.849)	(10.519)
Realização de *hedge accounting*	(47.492)		(47.492)	
Outras despesas financeiras	(14.500)	(11.830)	(47.127)	(14.816)
	(835.827)	(595.367)	(719.829)	(730.271)
Ganhos e perdas cambiais, líquidos	(220.669)	(304.682)	(190.985)	54.313
	(864.276)	(599.574)	(502.631)	(50.015)

As diferenças cambiais (debitadas) creditadas na demonstração do resultado são decorrentes da variação cambial sobre empréstimos e financiamentos, fornecedores no exterior, contas-correntes no exterior, aplicações financeiras no exterior e clientes no exterior.

A Companhia reavaliou a forma de interpretação e contabilização dos juros e correção monetária dos contratos indexados por CDI e TJLP e, desde 2011 efetua a segregação do IPCA dos empréstimos e financiamentos e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado é o CDI. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos e do rendimento e aplicações financeiras e incluída na rubrica “Efeitos monetários”.

Notas Explicativas

34 Lucro (prejuízo) por ação

Básico e diluído

O lucro básico e diluído por ação são calculados mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 27).

A Companhia não possui dívida conversível em ações e a opção de compra de ações, dessa forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Básico e diluído						
Numerador básico e diluído						
Lucro líquido (prejuízo) disponível aos acionistas	(310.469)	(329.105)	(639.574)	113.143	119.934	233.077
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações, excluindo ações em tesouraria	502.734.030	484.465.150	987.199.180	502.734.030	484.465.150	987.199.180
Lucro (prejuízo) por ação em R$ - básico e diluído	(0,62)	(0,68)		0,23	0,25	

35 Compromissos

Gastos com capital contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Aciaria	5.762	154.413	5.762	154.413
Alto-forno	18.501	28.118	18.501	28.118
Chapas grossas	188.408	511.687	188.408	511.687
Coqueria	467.014	800.769	467.014	800.769
Decapagem	65.294	51.756	65.294	51.756
Laminação	1.349	170.680	1.349	170.680
Sinterização	35.253	307.010	35.253	307.010
Mineração			98.252	
Outros	35.879	16.138	35.879	16.138
	817.460	2.040.571	915.712	2.040.571

Notas Explicativas

36 Transações com partes relacionadas

A posição acionária da Companhia apresenta a seguinte composição:

31/12/2012

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nippon Usiminas Co. Ltd. (“Nippon Usiminas”) (i)	119.969.788	23,74	2.830.832	0,56	122.800.620	12,11
Ternium Investments S.A.R.L. (i)	84.741.296	16,77			84.741.296	8,36
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	53.034.392	10,50	6.695.350	1,32	59.729.742	5,89
Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”)	43.038.800	8,52	79.793.800	15,69	122.832.600	12,12
Previdência Usiminas (i)	34.109.762	6,75			34.109.762	3,36
Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (i)	27.347.796	5,41	307.926	0,06	27.655.722	2,73
Confab (i)	25.000.000	4,95			25.000.000	2,47
Prosid (i)	20.000.000	3,96			20.000.000	1,97
Siderar (i)	10.000.000	1,98			10.000.000	0,99
Usiminas em tesouraria	2.526.654	0,50	22.455.476	4,42	24.982.130	2,46
Demais acionistas	85.492.196	16,92	396.442.122	77,95	481.934.318	47,54
Total	**505.260.684**	**100,00**	**508.525.506**	**100,00**	**1.013.786.190**	**100,00**

31/12/2011

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nippon Usiminas Co. Ltd. (“Nippon Usiminas”) (i)	119.969.788	23,74	2.830.832	0,56	122.800.620	12,11
Votorantim Industrial S.A. (i)	65.606.930	12,98			65.606.930	6,47
VBC Energia S.A. (i)	65.606.926	12,98			65.606.926	6,47
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	52.769.590	10,45	6.640.950	1,31	59.410.540	5,86
Previdência Usiminas (i)	51.164.642	10,13			51.164.642	5,05
Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”)	31.554.500	6,25	76.973.800	15,14	108.528.300	10,71
Nippon Steel Corporation Co. Ltd. (i)	18.820.356	3,72	307.926	0,06	19.128.282	1,89
BNDES Participações S.A.			18.549.230	3,65	18.549.230	1,83
Usiminas em tesouraria	2.526.654	0,50	24.060.356	4,73	26.587.010	2,62
Demais acionistas	97.241.298	19,25	379.162.412	74,55	476.403.710	46,99
Total	**505.260.684**	**100,00**	**508.525.506**	**100,00**	**1.013.786.190**	**100,00**

(i) Acionistas controladores, por meio de acordo de acionistas.

Conforme descrito na Nota 27 (a), a partir de 16 de janeiro de 2012, a estrutura societária da Companhia foi alterada com ingresso do “Grupo Techint” como novo sócio.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são os seguintes:

Notas Explicativas

36.1 Controladora

(a) Ativo circulante

	31/12/2012			31/12/2011		
	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais contas a receber	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais contas a receber
Acionistas Controladores						
Confab	2.546					
Mitsubishi			313			
Previdência Usiminas				1		
Siderar	12.587					
Acionistas não controladores						
CSN				63		
Controladas						
Automotiva Usiminas	3.571	8.999		30.372	5.593	
Cosipa Overseas	92.986			53.324		
Mineração Usiminas	734	58.689	1.212	40	29.238	695
Rios Unidos				1.354		9.222
Soluções Usiminas	23.601			83.050		
Usiminas Eletrogalvanized	106.004		1.415	7.012		
Usiminas Galvanized	25.831		8.909	20.089		
Usiminas Mecânica	16.585	59.999	336	17.147	23.647	9.963
UPL		1.952			2.806	
Controladas em conjunto						
Fasal Trading Brasil					333	
Fasal Trading Corporation				366		
Unigal				91		
Usiroll	41			1		14.421
Coligadas						
Codeme	944			8.494		
Metform	169			1.312		
MRS		297			335	
Outras partes relacionadas						
Metal One Corporation			5	5.727		9
Ternium Procurement	11					
Ternium Internacional España	12.237					
	297.847	129.936	12.190	228.443	61.952	34.310

Notas Explicativas

As contas a receber de clientes classificadas como partes relacionadas são principalmente decorrentes de operações de vendas e vencem em prazos não superiores a 30 dias. As contas a receber não têm garantias e estão sujeitas a juros. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não foram constituídas provisões para as contas a receber de partes relacionadas.

(b) Ativo não circulante - valores a receber de empresas ligadas

	31/12/2012	31/12/2011
Acionistas Controladores		
Previdência Usiminas (i)	5.626	5.710
Controladas		
Usiminas Europa		74
Usiminas Mecânica (ii)	50.226	51.329
Coligadas		
Usiroll (iii)	14.010	
	69.862	57.113

(i) Refere-se a déficit atuarial.
(ii) Refere-se a déficit atuarial e à venda de imobilizado.
(iii) Refere-se a adiantamento por conta de serviços a faturar.

Notas Explicativas

(c) Passivo circulante

	31/12/2012		
	Valores a pagar a empresas ligadas		
	Fornecedores	Outros	Empréstimos e financiamentos
Acionistas controladores			
Mitsubishi	92.118		
Nippon Steel Corporation Co. Ltd.		852	
Nippon Usiminas (i)			100.847
Previdência Usiminas (ii)		611	
Siderar		3.589	
Controladas			
Automotiva Usiminas	193		
Cosipa Commercial			1.248
Mineração Usiminas	500.303		
Rios Unidos	5.873		
Soluções Usiminas	14.602		
Usiminas Commercial			21.569
Usiminas Eletrogalvanized		39.498	
Usiminas Mecânica	46.319		
Controladas em conjunto			
Unigal	65.707		
Usiroll	717		
Coligadas			
Metform	4		
MRS	4.125	19.805	
	729.961	64.355	123.664

Notas Explicativas

	31/12/2011		
	Valores a pagar a empresas ligadas		
	Fornecedores	Outros	Empréstimos e financiamentos
Acionistas controladores			
Nippon Steel Corporation Co. Ltd.	4		
Nippon Usiminas (i)			93.015
Previdência Usiminas (ii)		199	
Acionistas não controladores			
CSN	15.641		
Controladas			
Automotiva Usiminas	271		
Cosipa Commercial			1.279
Cosipa Overseas			13.680
Mineração Usiminas	91.450	1	
Rios Unidos	2.796		
Soluções Usiminas	559	100	
Usiminas Commercial			22.106
Usiminas Mecânica	193.396		
Controladas em conjunto			
Unigal	90.067		
Usiroll	534		
Coligadas			
Codeme		24.624	
Metform	99	7.776	
MRS	1.075		
	395.892	32.700	130.080

(i) Empréstimos em dólar norte-americano sobre os quais incidem encargos que variam de 0,83% a 2,35% ao ano + libor.
(ii) Refere-se a contribuições para o plano de aposentadoria.

Os valores a pagar a empresas ligadas classificados como fornecedores são principalmente decorrentes de operações de compra, as quais possuem vencimentos não superiores a 45 dias, além de cessão de crédito com a Mineração Usiminas. Os valores a pagar a empresas ligadas não estão sujeitos a juros.

Notas Explicativas

(d) Passivo não circulante

	31/12/2012		31/12/2011	
	Empréstimos e financiamentos	Outros	Empréstimos e financiamentos	Outros
Acionistas controladores				
Nippon Usiminas (i)	315.700		379.996	
Controladas				
Cosipa Commercial	540.816		554.268	
Usiminas Commercial	1.018.821		1.044.163	
Usiminas Eletrogalvanized		14.321		12.709
Usiminas Galvanized		26.624		23.626
Usiminas Portugal		499		
Coligadas				
Codeme				5.130
Metform				1.620
	1.875.337	41.444	1.978.427	43.085

(i) Empréstimos em dólar norte-americano sobre os quais incidem encargos que variam de 0,83% a 2,35% ao ano + libor.

Notas Explicativas

(e) Vendas e compras

	Vendas		Compras	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Acionistas controladores				
Confab	447.295			
Mitsubishi			214.517	
Nippon Steel Corporation			9.468	10.432
Siderar	76.994			
Acionistas não controladores				
CSN		5.197	48.321	291.560
Controladas				
Automotiva Usiminas	84.732	114.087	7.996	9.160
Cosipa Overseas	412.785	316.901		
Mineração Usiminas	3.114		1.085.300	1.113.227
Rios Unidos		3	58.498	53.969
Soluções Usiminas	1.872.972	1.840.452	26.853	26.658
Usiminas Eletrogalvanized	280.290	39.496		
Usiminas Galvanized	459.231	108.386		
Usiminas Mecânica	276.151	244.418	290.678	759.788
Controladas em conjunto				
Fasal Trading Corporation	41	84.818		285
Modal			1.102	139
Unigal	498	821	477.139	376.339
Usiroll			10.237	5.799
Coligadas				
Codeme	43.475	47.250	8.141	2.498
Metform	21.465	19.872	444	1.438
MRS	190		200.547	161.702
Terminal Sarzedo				51
Outras partes relacionadas				
Metal One Corporation	622		16.118	12.987
Ternium Internacional	65.211			
Ternium Internacional España	12.237			
Ternium Procurement	82.775			
	4.140.078	2.821.701	2.455.359	2.826.032

A natureza das principais operações da Companhia com partes relacionadas estão descritas na Nota 36.3.

Notas Explicativas

(f) Resultado financeiro

	31/12/2012	31/12/2011
Acionistas controladores		
Confab	1.799	
Mitsubishi	(1.295)	
Nippon Steel Corporation		(12)
Nippon Usiminas	(12.055)	(64.321)
Previdência Usiminas	751	617
Siderar	(3)	
Acionistas não controladores		
CSN	(410)	(394)
Controladas		
Automotiva Usiminas	106	403
Cosipa Commercial	(14.783)	(111.023)
Cosipa Overseas	1.721	7.148
Mineração Usiminas	9.398	8.186
Rios Unidos	(429)	(541)
Soluções Usiminas	(12.902)	12.264
Usiminas Commercial	(23.629)	(207.604)
Usiminas Europa	(19)	13
Usiminas Eletrogalvanized	(31.076)	(1.589)
Usiminas Galvanized	(9.695)	(2.235)
Usiminas International		3.002
Usiminas Mecânica	6.707	(51)
Usiminas Portugal	(3)	
Controladas em conjunto		
Fasal Trading Corporation	(426)	523
Modal	(4)	(1)
Unigal		(2.342)
Usiroll	1.637	1.355
Coligadas		
Codeme	11.206	166
Metform	3.096	52
MRS	(535)	(363)
	(70.843)	(356.747)

O resultado financeiro com partes relacionadas refere-se substancialmente a encargos sobre empréstimos e financiamentos relacionados nos itens (c) e (d) anteriormente descritos.

Notas Explicativas

(g) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que inclui a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia, está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Honorários	25.041	22.920
Encargos sociais	7.238	6.417
Planos de aposentadoria	311	275
	32.590	29.612

Em 2012, foram revertidos ao resultado R$25.231 referentes ao excesso de provisão para remuneração variável e encargos. O valor líquido está registrado na demonstração do resultado, na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor pago ao pessoal-chave da administração foi de R$21.726 (31 de dezembro de 2011 – R$22.676).

A Companhia possui plano de pagamento baseado em ações conforme descrito na Nota 39.

Notas Explicativas

36.2 Consolidado

(a) Ativo circulante

	31/12/2012		31/12/2011	
	Contas a receber de clientes	Demais contas a receber	Contas a receber de clientes	Demais contas a receber
Acionistas controladores				
Confab	2.546	384		
Previdência Usiminas			1	
Mitsubishi		313		
Nippon Steel Corporation				
Siderar	14.212			
Votorantin Industrial S.A.			462	
Acionistas não controladores				
CSN			63	
Controladas em conjunto				
Fasal Trading Corporation			183	
Unigal			917	
Usiroll	21			7.210
Coligadas				
Codeme	944	4.348	8.539	
Metform	169		1.312	
MRS	675	12.134	675	13.587
Outras partes relacionadas				
Metal One Corporation		5	5.727	9
Ternium Internacional	691			
Ternium Internacional España	41.288			
Ternium México	42.821			
Ternium Procurement	54.287			
	157.654	17.184	17.879	20.806

As contas a receber de clientes classificadas como partes relacionadas são principalmente decorrentes de operações de vendas e vencem em prazos não superiores a 30 dias. As contas a receber não têm garantias e estão sujeitas a juros. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não foram constituídas provisões para as contas a receber de partes relacionadas.

As demais contas a receber de partes relacionadas referem-se basicamente a contratos de mútuo.

Notas Explicativas

(b) Ativo não circulante - créditos com pessoas ligadas

	31/12/2012	31/12/2011
Acionistas controladores		
Previdência Usiminas (a)	5.626	5.710
Coligadas		
Usiroll (b)	7.005	
	12.631	5.710

(a) Refere-se ao déficit atuarial.
(b) Refere-se a adiantamento por conta de serviços a faturar.

(c) Passivo circulante

	31/12/2012			
	Passivos com partes relacionadas			
	Fornecedores	Demais contas a pagar	Dividendos a pagar	Empréstimos e financiamentos
Acionistas Controladores				
Mitsubishi	92.118			
Nippon Steel Corporation		852		
Nippon Usiminas (a)				100.847
Previdência Usiminas	38	695		
Siderar		3.589		
Acionistas não controladores				
Serra Azul Iron Ore LLC			24.524	
Sumitomo Corporation do Brasil			629	
Controladas em conjunto				
Modal	330			
Unigal	19.712			
Usiroll	359			
Coligadas				
Metform	4			
MRS	10.689	27.661		
Terminal Sarzedo	2.196			
	125.446	32.797	25.153	100.847

Notas Explicativas

	31/12/2011			
	Passivos com partes relacionadas			
	Fornecedores	Demais contas a pagar	Dividendos a pagar	Empréstimos e financiamentos
Acionistas controladores				
Nippon Steel Corporation	4			
Nippon Usiminas (i)				93.015
Previdência Usiminas	36	221		
Summit Empreendimentos			12.531	
Votorantin Industrial S.A.		17		
Acionistas não controladores				
CSN	15.641			
Controladas em conjunto				
Modal	299			
Unigal	27.200			
Usiroll	268			
Coligadas				
Codeme		24.624		
Metform	99	7.776		
MRS	8.343	7.289		
Terminal Sarzedo	998			
	52.888	39.927	12.531	93.015

(i) Empréstimos em dólar norte-americano sobre os quais incidem encargos que variam de 0,83% a 2,35% ao ano + libor.

Os valores a pagar a empresas ligadas classificadas como fornecedores são principalmente decorrentes de operações de compra e vencem em prazos não superiores a 45 dias. As contas a pagar não estão sujeitas a juros.

Os outros valores a pagar a empresas ligadas referem-se basicamente a contratos de mútuo e valor a pagar pela aquisição de investimento.

Notas Explicativas

(d) Passivo não circulante

	31/12/2012		31/12/2011	
	Empréstimos e financiamentos	Outros	Empréstimos e financiamentos	Outros
Acionistas Controladores				
Nippon Usiminas (i)	315.700		379.996	
Coligadas				
Codeme				5.130
Metform				1.620
	315.700		379.996	6.750

(i) Empréstimos em dólar norte-americano sobre os quais incidem encargos que variam de 0,83% a 2,35% ao ano + libor.

(e) Vendas e compras

	Vendas		Compras	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Acionistas controladores				
Confab	447.329			
Mitsubishi			214.517	
Nippon Steel Corporation			11.213	11.545
Siderar	117.594			
Votorantim Industrial S.A.		8.849		
Acionistas não controladores				
CSN		5.197	48.321	291.560
Controladas em conjunto				
Fasal Trading Corporation	21	42.409		143
Modal			1.494	5.834
Unigal	1.561	10.046	143.141	112.902
Usiroll			5.859	2.899
Coligadas				
Codeme	43.475	47.347	8.141	2.540
Metform	21.465	19.872	1.112	2.363
MRS	2.039	469	399.875	291.262
Terminal Sarzedo			19.409	11.170
Outras partes relacionadas				
Metal One Corporation	622		16.118	12.987
Ternium Internacional	121.984			
Ternium Internacional España	107.419			
Ternium México	42.821			
Ternium Procurement	224.851			
	1.131.181	134.189	869.200	745.205

Notas Explicativas

(f) Resultado financeiro

	31/12/2012	31/12/2011
Acionistas controladores		
Confab	1.799	
Mitsubishi	(1.295)	
Nippon Steel Corporation		(12)
Nippon Usiminas	(12.055)	(64.321)
Previdência Usiminas	751	617
Siderar	(3)	
Acionistas não controladores		
CSN	(410)	(394)
Controladas em conjunto		
Fasal Trading Corporation	(213)	261
Modal	(2)	(1)
Unigal		(703)
Usiroll	819	678
Coligadas		
Codeme	11.206	166
Metform	3.096	52
MRS	(535)	(7.652)
	3.158	(71.309)

O resultado financeiro com partes relacionadas refere-se substancialmente a encargos sobre empréstimos e financiamentos relacionados nos itens (c) e (d) anteriormente descritos.

Notas Explicativas

36.3 Natureza das operações com partes relacionadas

As principais operações da Companhia com partes relacionadas podem ser assim resumidas:

- Venda de produtos para a Confab destinados à produção de tubos de grande diâmetro, além de equipamentos industriais.
- Compra da Mitsubishi de equipamento para o laminador de tiras a quente de nº 2 da usina de Cubatão.
- Compra de serviços da Nippon Steel Corporation Co. Ltd., que inclui fornecimento de tecnologia industrial avançada, serviços de assistência técnica e treinamento de empregados.
- Venda de produtos para a Siderar.
- Venda de produtos para a Automotiva Usiminas para aplicação na estampagem de peças para a indústria automobilística.
- Compra de minério de ferro da Mineração Usiminas para utilização nas Usinas de Ipatinga e Cubatão.
- Operação de cessão de crédito com faturas da Mineração Usiminas relacionadas ao fornecimento de minério de ferro.
- Compra da Rios Unidos de serviços de transporte rodoviário de produtos siderúrgicos e materiais diversos.
- Venda de produtos para Soluções Usiminas para transformação e distribuição. Adicionalmente, a Soluções Usiminas presta serviços técnicos na área de siderurgia a clientes das Empresas Usiminas.
- Venda de produtos para Usiminas Eletrogalvanized e Usiminas Galvanized, para fomentar o comércio com clientes no exterior.
- Venda de produtos para a Usiminas Mecânica e compra de serviços, como a industrialização de produtos siderúrgicos e equipamentos.
- Compra da Unigal de serviços de galvanização por imersão a quente e de resfriamento para a produção de chapas e bobinas galvanizadas laminadas a quente.
- Compra da Usiroll de serviços de texturização e cromagem de cilindros utilizados nas laminações.
- Compra de serviços ferroviários da MRS para o transporte de minério de ferro.

Notas Explicativas

- Compra da Modal e Terminal Sarzedo de serviços de estocagem e carregamento de minério.

- Venda de produtos para a Ternium México, Ternium Procurement, Ternium Internacional e Ternium Internacional España.

As demais transações com partes relacionadas são substancialmente contratadas em condições de mercado, considerando preços e prazos.

37 Demonstrações dos fluxos de caixa

(a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição do caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 9.

(b) Informações suplementares

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Transações de investimentos e financiamentos sem efeito de caixa	4.775	132.194	(5.677)	476.631

Em 31 de dezembro de 2012, as transações de investimentos e financiamentos sem efeito de caixa referem-se a aumento de capital na Rios Unidos (R$10.452) e baixa de investimentos da Codeme (R$3.972) e Metform (R$1.705). Em 31 de dezembro de 2011 os montantes apresentados referem-se a pagamento complementar, conforme previsto no contrato original, pela aquisição em 2008 da Mineração J. Mendes, e a aquisição pela Mineração Usiminas de investimentos na empresa Ouro Negro, todos com financiamento creditado diretamente ao fornecedor.

Notas Explicativas

38 Cobertura de seguros (não auditada)

As apólices de seguros mantidas pela Companhia e por algumas controladas proporcionam coberturas consideradas como suficientes pela Administração. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e algumas de suas controladas possuíam seguros para prédios, mercadorias e matérias-primas, equipamentos, maquinismos, móveis, objetos, utensílios e instalações que constituem os estabelecimentos segurados e as respectivas dependências da Companhia, da Automotiva Usiminas, da Usiminas Mecânica, da Unigal e da Usiroll, tendo como valor em risco US$28.299.921 mil (31 de dezembro de 2011 – US$28.201.088 mil), uma apólice de seguro de riscos operacionais (*All Risks*) com limite máximo de indenização de US$1.000.000 mil por sinistro. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a franquia máxima para danos materiais era de US$7.500 mil, e, para as coberturas de lucros cessantes (perda de receita), a franquia máxima era de 21 dias (tempo de espera). O término desse seguro ocorrerá em 30 de junho de 2014.

39 Plano de outorga de opção de compra de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de abril de 2011, foi aprovado pelos acionistas o Plano de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia (“Plano”). Os principais objetivos do Plano são:

- alinhamento de interesses entre executivos e acionistas;
- incentivo à criação de valor sustentável;
- atração e retenção de talentos;
- manutenção da competitividade com as práticas de mercado.

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, com a assessoria do Comitê de Recursos Humanos, observadas as limitações constantes do Plano.

Em 31 de dezembro de 2012, o Plano possui 2 programas vigentes: Programa 2011, lançado em 03 de outubro de 2011 e Programa 2012, lançado em 28 de novembro de 2012.

(a) Principais diretrizes do Plano

As principais diretrizes do Plano podem ser resumidas conforme a seguir:

- Todos os empregados são potencialmente elegíveis ao Plano. Os potenciais beneficiários de cada outorga deverão ser submetidos à avaliação e aprovação do Conselho de Administração.

- O Conselho de Administração definirá a cada ano, após ouvido o Comitê de Recursos Humanos, os empregados que serão considerados elegíveis ao Plano.

- Todas as ações resultantes do exercício das opções outorgadas de acordo com o Plano serão ações preferenciais.

Notas Explicativas

- Para honrar o exercício das Opções, a Companhia poderá: (i) emitir novas ações preferenciais, dentro do limite de seu capital autorizado; ou (ii) utilizar ações preferenciais de sua emissão mantidas em tesouraria.

- Qualquer Ação Preferencial subjacente a uma Opção concedida de acordo com o presente Plano que, por qualquer motivo, seja cancelada ou extinta sem ter sido exercida, será novamente disponibilizada para concessão de Opções de acordo com o Plano. O exercício das Opções não poderá, em nenhuma hipótese, resultar na emissão ou atribuição de ações fracionadas, podendo o Conselho de Administração determinar a maneira pela qual o valor de uma ação fracionária será tratado.

- Na hipótese da emissão de novas ações pela Companhia em virtude de desdobramento, grupamento ou bonificação, o Conselho de Administração poderá realizar, a seu exclusivo critério, a substituição ou o ajuste que entender necessário (i) no número de ações que podem resultar do exercício das Opções nos termos do presente Plano; (ii) no número de ações relativas a Opções anteriormente concedidas mas não exercidas; e (iii) no Preço de Exercício de tais Opções.

(b) Modalidades das Opções de Outorga

As Opções foram concedidas em duas diferentes modalidades:

(i) Outorga Básica – em que o número de Opções concedidas será baseado na estratégia da Usiminas, sendo que cada Opção concedida conferirá ao seu titular direito a adquirir ou subscrever uma ação preferencial da Companhia.

(ii) Outorga Bonificada – a qual deverá ser atrelada a um investimento voluntário do Participante que destinar parte do valor líquido da remuneração variável para a aquisição de ações preferenciais.

(c) Principais características dos programas

Em 3 de outubro de 2011, foram outorgadas 2.589.451 Opções para a Outorga Básica e 402.302 para a Outorga Bonificada, totalizando 2.991.753 Opções referentes ao Programa 2011, a serem concedidas aos diretores executivos e estatutários (“Participantes”) da Companhia mediante “Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações”, com preço de exercício de R$11,98 por ação preferencial (USIM5).

Em 28 de novembro de 2012, foram outorgadas 2.825.268 Opções para a Outorga Básica referentes ao Programa 2012, a serem concedidas aos Participantes da Companhia mediante “Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações”, com preço de exercício de R$10,05 por ação preferencial (USIM5).

Notas Explicativas

As principais características dos Programa de 2011 e de 2012 podem ser resumidas conforme a seguir:

- prazo de carência: 3 anos (33% após o 1º ano, 33% após o 2º ano e 33% após o 3º ano);
- opção de destinação de até 50% da remuneração variável para compra de ações da Usiminas. Em contrapartida, a Companhia concede a outorga das opções bonificadas;
- prazo máximo de exercício das Opções: 7 anos.

(d) Valor justo das Opções

O valor justo na data da outorga, bem como as principais premissas utilizadas de acordo com o modelo de precificação Black & Sholes foram as seguintes:

Programa 2011

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R$ 4,83	R$ 5,07	R$ 5,27
Preço da ação	R$ 11,45	R$ 11,45	R$ 11,45
Preço de exercício	R$ 11,98	R$ 11,98	R$ 11,98
Volatilidade do preço da ação	50,70%	50,70%	50,70%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	2,94%	2,94%	2,94%
Taxa de retorno livre de risco	11,62% a.a.	11,65% a.a.	11,69% a.a.
Vigência ajustada	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2012

	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R$5,48	R$5,77	R$6,04
Preço da ação	R$ 12,02	R$ 12,02	R$ 12,02
Preço de exercício	R$ 10,05	R$ 10,05	R$ 10,05
Volatilidade do preço da ação	37,95%	37,95%	37,95%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	0,63%	0,63%	0,63%
Taxa de retorno livre de risco	8,13% a.a.	8,25% a.a.	8,37% a.a.
Vigência ajustada	4 anos	4,5 anos	5 anos

O preço de exercício foi determinado com base na média da cotação diária no exercício de 30 dias anteriores à concessão da Opção.

A volatilidade do preço da ação prevista é baseada na volatilidade histórica ajustada dos 36 meses anteriores à data da outorga.

O valor justo das Opções concedidas é contabilizado como despesa ao longo do período de carência.

Notas Explicativas

O número total de Opções em aberto e o preço médio de exercício ponderado das Opções estão demonstrados a seguir:

	31/12/2012		31/12/2011
	Programa 2012	**Programa 2011**	**Programa 2011**
Média ponderada do preço de exercício	R$ 10,05	R$ 11,98	R$ 11,98
Opções em aberto no início do exercício		2.991.753	
Opções outorgadas durante o exercício	2.825.268		2.991.753
Opções canceladas durante o exercício		(1.386.873)	
Opções em aberto no final do exercício	2.825.268	1.604.880	2.991.753

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, nenhuma opção foi exercida.

O impacto no resultado do Plano de Outorga de Opção de Ações acima descrito totalizou uma despesa de R$6.691 em 31 de dezembro de 2012 (31 de dezembro de 2011 - R$2.274), cujo montante foi contabilizado na demonstração do resultado, na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas” em contra partida do patrimônio líquido.

40 Resultado líquido de operações descontinuadas

Em fevereiro de 2011, a Companhia efetuou a venda das ações relacionadas ao seu investimento na Ternium. O resultado líquido da referida venda está demonstrado na rubrica “Resultado líquido das operações descontinuadas” na demonstração do resultado.

	31/12/2011
Saldo do investimento (e ágio)	(1.571.204)
Variação cambial coligada no exterior	(245.017)
Hedge de fluxo de caixa – coligada no exterior	(5.778)
Receita na venda de investimento	1.620.787
Tributos sobre venda	76.293
	(124.919)

Notas Explicativas

41 Evento subsequente

Emissão de Debêntures

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, por meio de oferta pública de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476 de 16/01/2009, no montante total de até R$1.000.000 a ser realizada no primeiro semestre de 2013, com prazo de vencimento de seis anos.

Notas Explicativas

Conselho de Administração

Paulo Penido Pinto Marques
Presidente

Alcides José Morgante
Conselheiro

Aloísio Macário Ferreira de Souza
Conselheiro

Daniel Agustín Novegil
Conselheiro

Fumihiko Wada
Conselheiro

José Oscar Costa de Andrade
Conselheiro

Marcelo Gasparino da Silva
Conselheiro em Exercício

Nobuhiko Ikura
Conselheiro

Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca
Conselheira

Roberto Caiuby Vidigal
Conselheiro

Conselho Fiscal

Paulo Frank Coelho da Rocha
Presidente

Lúcio de Lima Pires
Conselheiro

Masato Ninomiya
Conselheiro

Marco Antônio Bersani
Conselheiro

Telma Suzana Mezia
Conselheira

Diretoria Executiva

Julián Alberto Eguren
Diretor-Presidente

Marcelo Rodolfo Chara
Diretor Vice-Presidente Industrial

Rômel Erwin de Souza
Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade

Ronald Seckelmann
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Sérgio Leite de Andrade
Diretor Vice-Presidente Comercial

Paolo Felice Bassetti
Diretor Vice-Presidente de Subsidiárias

Nobuhiro Yamamoto
Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo

Antônio Geraldo Vilela de Moraes
Gerente-Geral de Contabilidade
Responsável Técnico TC CRC-MG 57.658

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relat· rio dos auditores independentes
sobre as demonstra- »es financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Usinas Sider¼rgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

Examinamos as demonstra- »es financeiras1 individuais da Usinas Sider¼rgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balan- o patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstra- »es do resultado, do resultado abrangente, das muta- »es do patrim¹ nio l²quido e dos fluxos de caixa para o exerc²cio findo nessa data, assim como o resumo das principais pol²ticas cont§beis e as demais notas explicativas.

Examinamos tamb®m as demonstra- »es financeiras consolidadas da Usinas Sider¼rgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balan- o patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstra- »es consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das muta- »es do patrim¹ nio l²quido e dos fluxos de caixa para o exerc²cio findo nessa data, assim como o resumo das principais pol²ticas cont§beis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administra- «o
sobre as demonstra- »es financeiras

A administra- «o da Companhia ®respons§vel pela elabora- «o e adequada apresenta- «o dessas demonstra- »es financeiras individuais de acordo com as pr§ticas cont§beis adotadas no Brasil e dessas demonstra- »es financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relat· rio financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as pr§ticas cont§beis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necess§rios para permitir a elabora- «o de demonstra- »es financeiras livres de distor- «o relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade ®a de expressar uma opini«o sobre essas demonstra- »es financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exig° ncias ®ticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter seguran- a razo§vel de que as demonstra- »es financeiras est«o livres de distor- «o relevante.

Uma auditoria envolve a execu- «o de procedimentos selecionados para obten- «o de evid° ncia a respeito dos valores e das divulga- »es apresentados nas demonstra- »es financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avalia- «o dos riscos de distor- «o relevante nas demonstra- »es financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avalia- «o de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elabora- «o e adequada apresenta- «o das demonstra- »es financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que s«o apropriados nas circunst©ncias, mas n«o para expressar uma opini«o sobre a efic§cia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui tamb®m a avalia- «o da adequa- «o das pol²ticas cont§beis utilizadas e a razoabilidade das estimativas cont§beis feitas pela administra- «o, bem como a avalia- «o da apresenta- «o das demonstra- »es financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evid° ncia de auditoria obtida ®suficiente e apropriada para fundamentar nossa opini«o.

Opini«o sobre as demonstra- »es
financeiras individuais

Em nossa opini«o, as demonstra- »es financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posi- «o patrimonial e financeira da Usinas Sider¼rgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas opera- »es e os seus fluxos de caixa para o exerc²cio findo nessa data, de acordo com as pr§ticas cont§beis adotadas no Brasil.

Opini«o sobre as demonstra- »es
financeiras consolidadas

Em nossa opini«o, as demonstra- »es financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posi- «o patrimonial e financeira da Usinas Sider¼rgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas opera- »es e os seus fluxos de caixa consolidados para o exerc²cio findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relat· rio financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as pr§ticas cont§beis adotadas no Brasil

Ênfase

Conforme descrito na Nota 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos
Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2013

PricewaterhouseCoopers Carlos Augusto da Silva
Auditores Independentes Contador CRC 1SP197007/O-2 "S" MG
CRC 2SP000160/O-5 “F” MG

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias examinou o Estudo de Viabilidade da Recuperação do Ativo Fiscal Diferido, Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes (PWC), bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2013.

Paulo Frank Coelho da Rocha
Presidente

Lúcio de Lima Pires

Masato Ninomiya

Marco Antonio Bersani

EXTRATO DE DECLARAÇÃO DE VOTO PARA REGISTRO EM ATA
REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA USIMINAS S/A
DATA: 18.02.2013

Item 1. Examinar e opinar sobre o Estudo de Viabilidade da Recuperação do Ativo Fiscal Diferido, Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.
Na condição de Conselheira Fiscal da Usiminas S/A, legalmente eleita na AGO - Assembléia Geral Ordinária, de 25.04.2012, e no exercício direito-dever de ação individual conferidos por lei, reporto-me ao Art.163, Inciso VII e ao Art.165, caput e §3º, da Lei 6.404/76, e atualizações, para manifestar voto divergente da aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, por insuficiência de esclarecimentos quanto às inconsistências dos números apresentados pela administração, notadamente no CPV - Custo de Produtos Vendidos, reconhecimento do Ativo Fiscal Diferido e pelo não cumprimento do estabelecido no §3º do Art. 163 da referida Lei, qual seja,... “Os membros do conselho fiscal assistirão às reuniões do conselho de administração, se houver, ou da diretoria, em que se deliberar sobre os assuntos em que devem opinar (ns. II, III e VII)”. A disponibilidade e leitura pontual de atas sumarizadas por ocasião das reuniões ordinárias, não se configuram como cumprimento dessa exigência legal.
São Paulo (SP), 18 de fevereiro de 2013. Telma Suzana Mezia, Conselheira Fiscal

DECLARAÇÃO DE VOTO ANEXO À ATA
Na condição de Conselheira Fiscal da Usiminas S/A, legalmente eleita na AGO - Assembléia Geral Ordinária, de 25.04.2012, e no exercício direito-dever de ação individual conferidos por lei, reporto-me ao Art.163, Inciso VII e ao Art.165, caput e §3º, da Lei 6.404/76, e atualizações, para manifestar voto divergindo da aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 e reversão do Ativo Fiscal Diferido. Apresento minhas considerações individuais a respeito dos itens a serem examinados e submetidos à provação dos conselheiros.
Estudo de viabilidade da Recuperação do Ativo Fiscal Diferido – como é notório o Ativo Fiscal Diferido é decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). É o valor do tributo sobre o lucro recuperável em período futuro relacionado; a) diferenças temporárias dedutíveis; b) compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados, e; c) compensação futura de créditos fiscais não utilizados (Deliberação CVM 599/09, item 5). Ora, para que todas estas condições sejam atendidas torna-se indispensável que a empresa tenha procedimentos sistemáticos de registros das ocorrências no Livro Fiscal obrigatório o LALUR- Livro de Apuração do Lucro Real, sob pena de incorrer em lançamentos e classificações indevidas de adições ou exclusões, temporárias ou não, do lucro tributável. Ocorre, que conforme relatório de recomendações para aprimoramento dos controles internos elaborado pela Auditoria Independente PWC, referente ao exercício de 2010, a empresa não apresentou o LALUR devidamente escriturado, sendo que o último registro foi referente ao exercício de 2007. Tal fato foi ratificado como recorrente em relatório posterior contemplando o exercício de 2011, onde foram enfatizados os riscos de erros na apuração do IRPJ e da CSLL. Ante ao exposto, não há como se construir convicção de que os registros do ativo fiscal que geraram o saldo da correspondente rubrica nas Demonstrações Financeiras de 2012 foram adequadamente apurados, classificados e reconhecidos. Por outro lado, o não reconhecimento deste ativo não impede a compensação dos prejuízos fiscais, mas deixa a demonstração de resultado com números, entre os exercícios, fora da realidade econômica. Além disso, quaisquer movimentações de entrada ou saída de acionistas podem implicar em perda ou ganho de valor para o acionista que adquiriu ou vendeu ações da Companhia.
Portanto, registro discordância de quaisquer reconhecimento do Ativo Fiscal Diferido sem que os fatos que geraram o seu reconhecimento ou constituição sejam inquestionavelmente esclarecidos, conforme prevê os Arts. 1º, 2º e 3º da Instrução CVM nº 371/2002 e aos itens 3. e 5. do Pronunciamento anexo à Deliberação CVM nº273/98.
São Paulo (SP), 18 de fevereiro de 2013. Telma Suzana Mezia, Conselheira Fiscal

Esclarecimentos da Administração sobre o Voto divergente da Conselheira Fiscal Telma Suzana Mezia

A Conselheira Telma Suzana Mezia, em reunião do Conselho Fiscal realizada no dia 18 de fevereiro de 2013, apresentou voto divergente, opinando contrariamente à aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, com base nas seguintes alegações:
a) A suposta inconsistência dos números apresentados pela administração, notadamente no CPV – Custo dos Produtos Vendidos;
b) O reconhecimento do Ativo Fiscal Diferido; e
c) A não participação do Conselho Fiscal nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração.

Esclarecimentos da Administração
a) Custo dos Produtos Vendidos
A Administração confirma que as demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com os preceitos legais e princípios contábeis aplicáveis e que não contêm nenhuma inconsistência, o que foi constatado pelos auditores externos, PricewaterhouseCoopers (PWC), que realizaram a auditoria e análise do processo de apuração de custos da Companhia, não apontando quaisquer observações quanto aos valores apurados.
Todos os documentos necessários ao exame das matérias constantes da agenda da reunião do Conselho Fiscal realizada em 18 de fevereiro de 2012 foram encaminhados dentro do prazo previsto no Regimento Interno deste Conselho. Além disso, todas as informações solicitadas pela Conselheira foram apresentadas e disponibilizadas no Portal de acesso exclusivo para os membros do Conselho Fiscal.
Adicionalmente, a Administração se colocou à disposição dos conselheiros, assim como nos trimestres anteriores, para prestar os esclarecimentos adicionais necessários, oferecendo ainda a possibilidade de realizar reuniões adicionais para o acompanhamento dos assuntos.

b) Reconhecimento do Ativo Fiscal Diferido
Quanto às alegações sobre o reconhecimento do Ativo Fiscal Diferido, a Administração informa que os saldos e a movimentação do Imposto de Renda e CSLL diferidos, ativo e passivo, encontram-se explicados na Nota Explicativa 14.b. das Demonstrações Financeiras. A Conselheira menciona a suposta falta de registro atualizado do livro LALUR da Companhia em anos anteriores, sendo o último exercício citado o finalizado em 31 de dezembro de 2011, bem como refere-se aos relatórios de controles internos emitidos pela PWC como base de suas alegações. Ocorre que nestes mesmos relatórios a PWC não reportou erro algum na apuração do Imposto de Renda e CSLL. Ademais, tal item dos relatórios foi devidamente atendido pela Administração no período subsequente, encontrando -se atualizado em 31 de dezembro de 2012.
A escrituração do LALUR de forma alguma prejudicou a devida apuração do Ativo Diferido da Companhia, visto que seu cálculo é precedente à escrituração do LALUR. Não é a escrituração do LALUR, ou a sua ausência, que definem se a apuração do Lucro Real está correta, pois esta se dá por outras técnicas, anteriores ao seu registro no livro fiscal em questão. A apuração do lucro real da Companhia é submetida trimestralmente à verificação dos auditores independentes (PWC), conforme contrato firmado entre as partes, e serve de base também para o preenchimento de outras declarações tributárias, também revisadas anualmente pela PWC.
A Administração entende que o comentário da Conselheira sobre uma potencial inadequação na apuração, classificação e no reconhecimento do ativo diferido não está adequado, por desconsiderar a metodologia e documentação suporte dos cálculos e o trabalho de revisão da PWC sobre os mesmos. A PWC auditou e analisou o processo de apuração de tributos da Companhia, bem como analisou a recuperabilidade dos créditos de impostos diferidos e não apontou quaisquer observações sobre os valores apurados.
Enfim, a Administração está convicta de que a técnica utilizada garante que os registros do ativo fiscal diferido constante das Demonstrações Financeiras de 2012 foram adequadamente apurados, classificados e reconhecidos, de acordo com a legislação de regência, tendo sido submetidos à verificação dos auditores independentes, e por eles aprovados sem ressalvas.

c) Não participação do Conselho Fiscal nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração
A Administração declara que os Conselheiros Fiscais foram convocados e que todos os seus membros participaram da Reunião do Conselho de Administração que analisou e aprovou “o Estudo de Viabilidade da Recuperação do Ativo Fiscal Diferido, Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012”, reunião esta realizada em 18 de fevereiro de 2013.
A Administração informa, ainda, que no período do mandato deste Conselho Fiscal nenhum outro tema cuja legislação exija a presença dos referidos Conselheiros Fiscais foi deliberado pelo seu Conselho de Administração.
Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2013 - A Administração

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os Diretores Estatutários da USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. Usiminas, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras (Controladora e Consolidada) referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2013

Julián Alberto Eguren
Diretor-Presidente

Ronald Seckelmann
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Marcelo Rodolfo Chara
Diretor Vice-Presidente Industrial

Rômel Erwin de Souza
Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade

Sérgio Leite de Andrade
Diretor Vice-Presidente Comercial

Paolo Felice Bassetti
Diretor Vice-Presidente de Subsidiárias

Nobuhiro Yamamoto
Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os Diretores Estatutários da USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. Usiminas, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras (Controladora e Consolidada) referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2013

Julián Alberto Eguren
Diretor-Presidente

Ronald Seckelmann
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Marcelo Rodolfo Chara
Diretor Vice-Presidente Industrial

Rômel Erwin de Souza
Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade

Sérgio Leite de Andrade
Diretor Vice-Presidente Comercial

Paolo Felice Bassetti
Diretor Vice-Presidente de Subsidiárias

Nobuhiro Yamamoto
Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Adequação à instrução CVM 527 de 4 de outubro de 2012.
2	Inclusão do voto dissidente do Parecer do Conselho Fiscal e esclarecimentos da Companhia.